



# Relatório de gestão 2021



**Coren<sup>SP</sup>**  
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

# Palavra do Presidente

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) é o maior conselho de classe da área da saúde da América Latina. A gestão financeira, orçamentária e, também, das atividades fim da autarquia é uma missão desafiadora, mas que muito vem contribuindo com a sociedade e com a construção diária de uma assistência de enfermagem segura e livre de erros.

A Gestão 2021-2023 assumiu a direção do Coren-SP com uma série de metas, entre elas ampliar a capilaridade das ações da fiscalização, buscando intensificar as inspeções nas instituições de saúde para averiguar o cuidado prestados aos cidadãos e, também, as condições de trabalho da categoria, uma vez que elas são fundamentais para a segurança dos pacientes e dos profissionais.

Para atingir esse objetivo, a Gerência de Fiscalização foi segregada entre Capital e Interior, com o objetivo de aprimorar os fluxos de trabalho e, também, proporcionar mais dinamismo na atuação, sobretudo no interior e regiões mais distantes da sede administrativa principal.

A partir do desenho de uma nova área geográfica, houve o aprimoramento da distribuição das carteiras fiscalizáveis, assim como das equipes de fiscalização no estado, apresentando-se de forma mais homogênea. Essa iniciativa teve um impacto extremamente positivo em relação aos indicadores de 2020, com aumento na quantidade de inspeções dos municípios fiscalizados e também de instituições distintas. Além das inspeções, as conciliações têm sido uma ferramenta importante de buscar o dimensionamento adequado de profissionais, por meio da assinatura de Termos de Ajustes de Conduta entre as instituições e o Coren-SP.

Esses resultados também foram impulsionados pela modernização dos processos, como o uso de tablets para registro dos relatórios de fiscalização, atribuindo mais celeridade aos processos. Outro avanço proporcionado pelos investimentos em tecnologia da informação na área da Fiscalização foi a redução do prazo em 75% da emissão do Registro de Responsabilidade Técnica, que passou a ser *online*.

Além desse serviço, muitos outros estão migrando para o ambiente *online* nessa nova fase do Coren-SP, que não tem medido esforços para aprimorar o atendimento ao profissional e aos interesses da sociedade nesta pandemia. Notamos a importância desse novo perfil de atuação com os números do chat, que embora tenham sido maiores no início da pandemia, em decorrência das dúvidas iniciais sobre o manejo da doença, seguem demonstrando o dinamismo das atividades *online*.

Seguimos pautados pela transparência em relação aos dados e indicadores e, também, pela responsabilidade com os gastos públicos e, para sustentar ainda mais esses pilares, foi implantada a Gerência de Governança e Integridade, garantindo a fidedignidade dos dados nele expressos.

É uma honra apresentar os resultados desse primeiro ano da Gestão 2021-2023 consolidados neste relatório. Que sirva como ferramenta de acompanhamento dos trabalhos do Coren-SP pela sociedade para que, assim, possamos demonstrar a importância dos conselhos de classe e da fiscalização em prol de uma assistência cada vez mais segura e humanizada, tanto para os cidadãos, quanto para a enfermagem.

Boa leitura.

“É uma honra apresentar os resultados desse primeiro ano da Gestão 2021-2023 consolidados neste relatório.



Assinatura manuscrita em tinta preta, com o nome 'James Francisco' claramente legível.

James Francisco Pedro dos Santos  
Presidente



Conselho Regional de Enfermagem  
de São Paulo

# Sumário

<b>Capítulo I - Visão Geral organizacional e ambiente externo</b>	<b>5</b>
Diretoria	7
Modelo de Negócio/Cadeia de Valor	8
Estrutura Organizacional	9
Diagrama Hierárquico	10
<b>Capítulo 2 - Riscos, oportunidades e perspectivas</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 3 - Governança, Estratégia e Desempenho</b>	<b>14</b>
Instâncias Internas de Governança	15
Gerência de Governança e Integridade	16
Corregedoria Geral	21
Controladoria Geral	28
Gerência Jurídica	33
Gerência de Fiscalização	36
Conciliação - GEFIS	43
Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional	46
Coren-SP Educação	57
Gerência de Atendimento ao Profissional	69
Gerência de Gestão de Pessoas	75
Gerência de Compras e Contratos	83
Gestão da Tecnologia da Informação	89
<b>Capítulo 4 - Informações Orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais</b>	<b>93</b>
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	94
Gestão Orçamentária e Financeira	97
Gerência Contábil	102
Créditos	135





# Capítulo I - Visão Geral organizacional e ambiente externo

- Diretoria
- Modelo de Negócio/Cadeia de Valor
- Estrutura Organizacional
  - Diagrama Hierárquico

# Capítulo I - Visão Geral organizacional e ambiente externo

## Visão Geral

O Coren-SP está regulamentado nos termos da Lei nº 5.905 de 12/5/1973, que criou o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren), com a finalidade de disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, realizar o julgamento e aplicação de penalidades nos casos de infração ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, além do cumprimento à observância de seus princípios éticos e profissionais. O Conselho Regional é subordinado diretamente ao Conselho Federal, guardadas as suas discricionariedades garantidas em seu regimento interno.

Assim, cabe ao Coren-SP:

- Análise e concessão de registro profissional para enfermeiros, obstetrizes, técnicos e auxiliares de enfermagem;
- Registros das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);
- Deliberações sobre infrações éticas, processos de imposição de penalidades e multas;
- Demais assuntos relativos ao exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Cofen/Corens

## Nossos Canais de Comunicação



Portal  
[www.coren-sp.gov.br](http://www.coren-sp.gov.br)



Ouvidoria  
[www.coren-sp.gov.br/ouvidoria](http://www.coren-sp.gov.br/ouvidoria)  
0800-77-26736



Acesso à Informação  
[ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia](http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia)



Facebook  
[www.facebook.com/corensaopaulo](http://www.facebook.com/corensaopaulo)



YouTube  
[www.youtube.com/tvcorensp](http://www.youtube.com/tvcorensp)



Instagram  
[www.instagram.com/corensaopaulo](http://www.instagram.com/corensaopaulo)



LinkedIn  
[www.linkedin.com/company/coren-sp](http://www.linkedin.com/company/coren-sp)



Twitter  
[www.twitter.com/corensaopaulo](http://www.twitter.com/corensaopaulo)

## Missão

Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional da enfermagem amparado por requisitos éticos e legais.

## Visão de futuro

Ser uma autarquia de destaque na fiscalização profissional, reconhecida pela celeridade e modernidade e comprometida com a valorização do profissional de enfermagem.

## Atributos de valor para a sociedade

Ética, Eficiência, Transparência, Acessibilidade, Modernidade, Comprometimento, Responsabilidade, Profissionalismo, Credibilidade, Inovação e Celeridade.

## Atributos de valor institucional

Implantação da área de planejamento estratégico, nesse relato o item será descrito de forma descentralizada nos demais capítulos, podendo ser consultado na íntegra através do link: <https://agiliza.coren-sp.gov.br/planejamento/estrategico/externo>. O planejamento estratégico é o conjunto de mecanismos sistêmicos que utiliza processos metodológicos para contextualizar e definir o estabelecimento de metas, o empreendimento de ações, a mobilização de recursos e a tomada de decisões, objetivando a consecução do sucesso, viabilizando a realização dos projetos estabelecidos na atual gestão.

# Diretoria



**James Francisco Pedro dos Santos**  
Presidente



**Erica Chagas**  
Vice-presidente



**Eduarda Ribeiro**  
Primeira-secretária



**Mauro Antônio Pires**  
Segundo-secretário

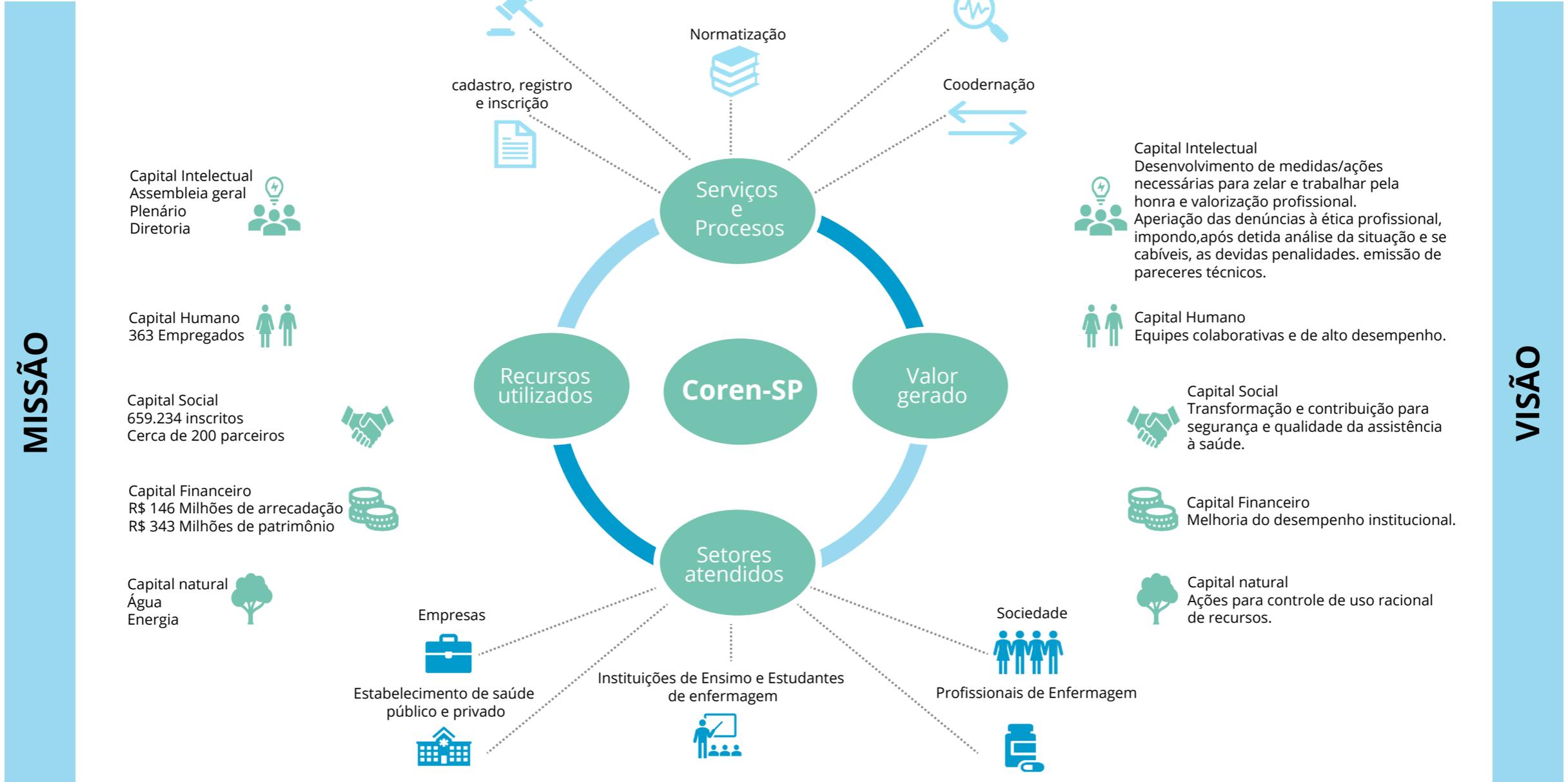


**Gergezio (Jesus) Andrade**  
Primeiro-tesoureiro



**Virgínia Tavares Santos**  
Segunda-tesoureira

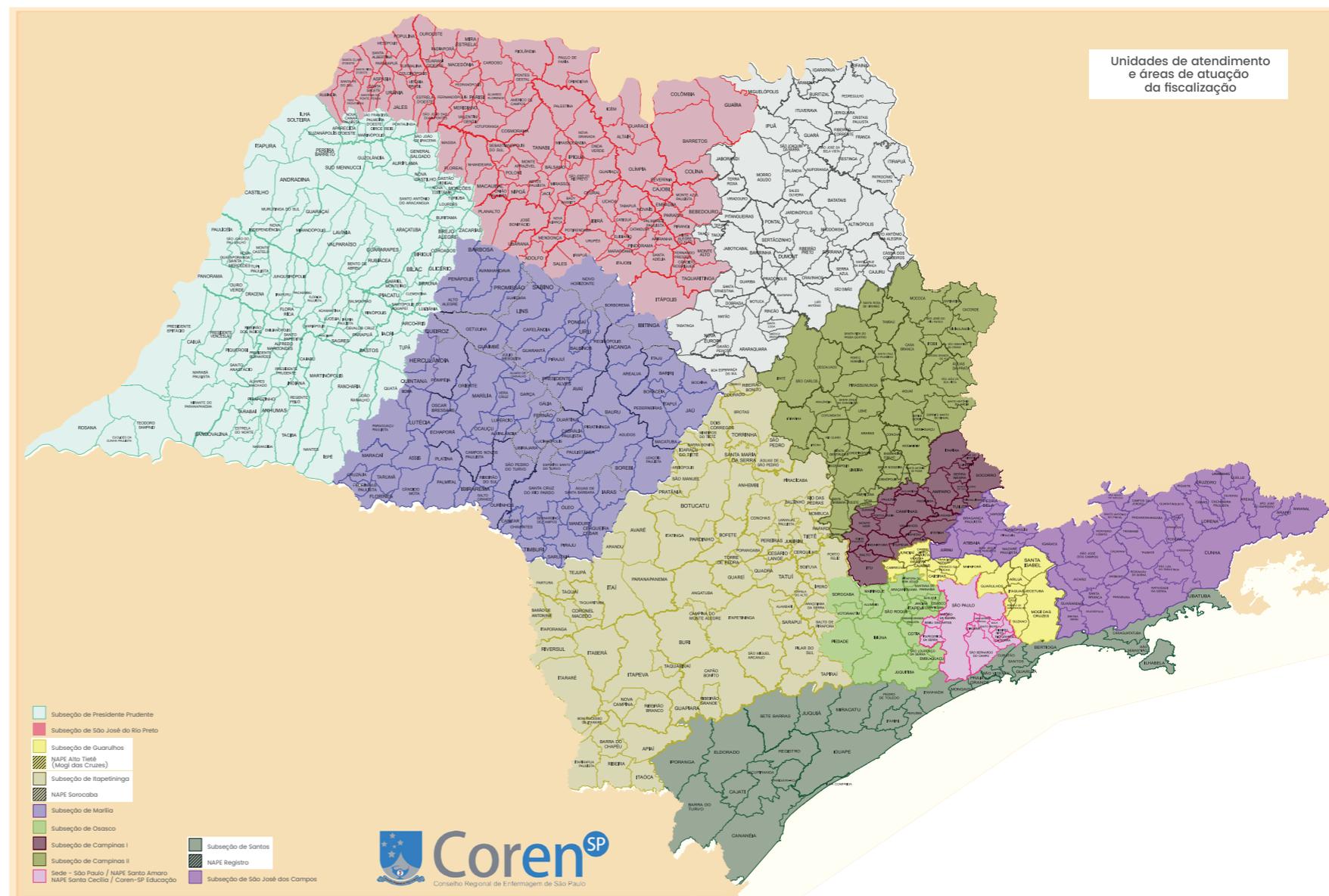
# Modelo de Negócio/Cadeia de Valor



# Estrutura Organizacional

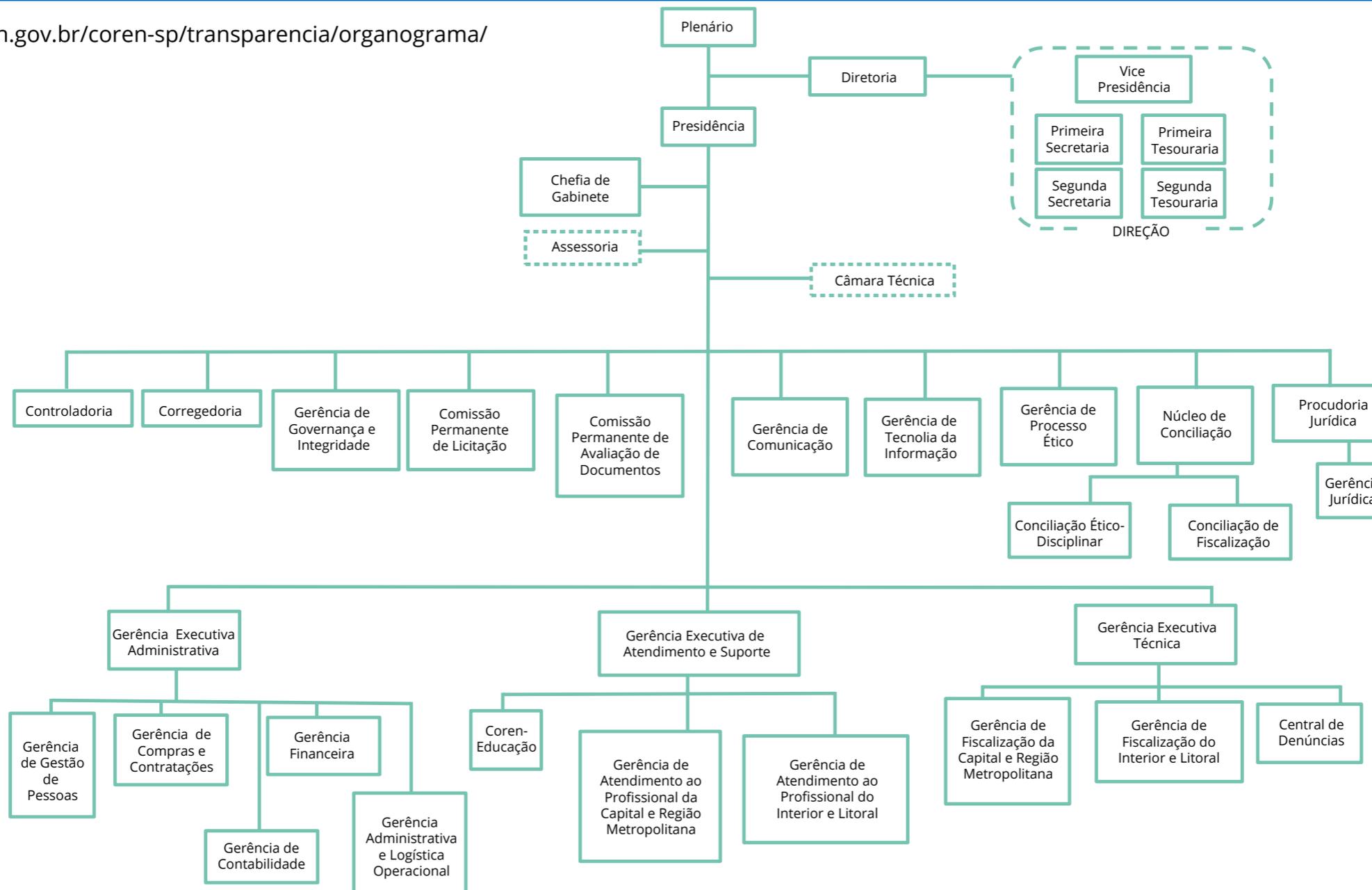
O Coren-SP possui jurisdição em todo o território do estado de São Paulo, com sede e foro na respectiva capital. O estado de São Paulo possui uma área total de 248.222 km<sup>2</sup>, com aproximadamente 46,6 milhões de pessoas e 645 municípios. A autarquia está presente no estado e suas regiões das seguintes formas:

- Subseções: Unidades descentralizadas para atendimento presencial dos profissionais de enfermagem e execução das atividades de fiscalização junto aos serviços de saúde;
- NAPES: Núcleos de atendimento ao profissional de enfermagem que realizam somente o atendimento presencial dos profissionais de enfermagem, não havendo atividades de fiscalização.



# Diagrama Hierárquico

<http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/organograma/>





# Capítulo 2

## Riscos, oportunidades e perspectivas

# Capítulo 2 - Riscos, oportunidades e perspectivas

## Controle de Riscos

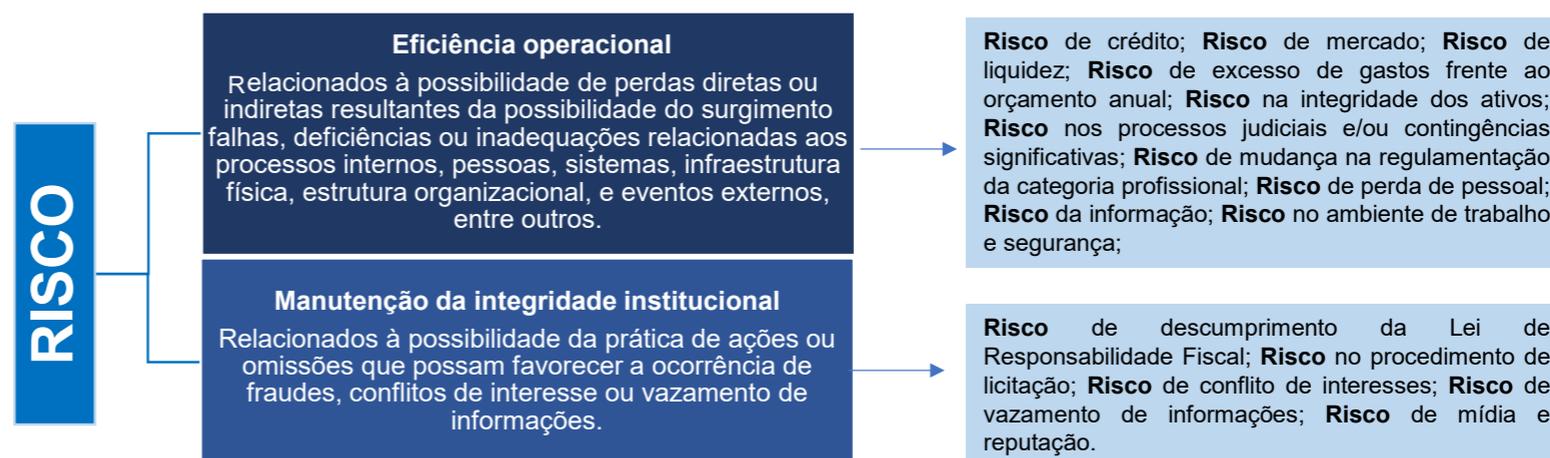
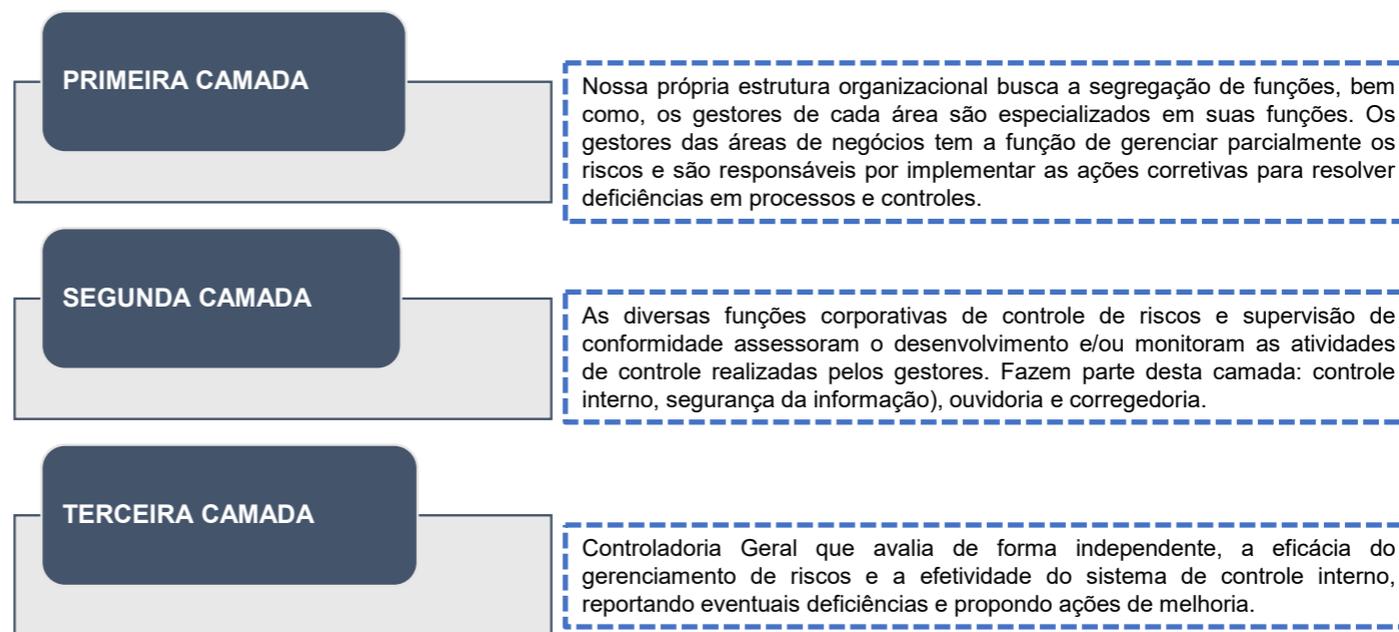
Nossa proposta de controle de riscos é baseada em três “camadas” que contribuem para que a organização possa atingir seus objetivos por meio do gerenciamento de riscos de forma padronizada e a consequente implementação de controles efetivos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema de controle interno, de acordo com nossa estrutura de governança.

## Riscos e relação com objetivos institucionais

A gestão de riscos e controles internos prevê a valorização dos objetivos finais, possibilitando a revisão de processos com vista a garantir a prestação de serviços com qualidade e custos adequados, respeitando um planejamento prévio para garantir o uso de recursos com responsabilidade. Trata-se da prevenção de riscos inerentes à própria gestão, especialmente aos riscos oriundos da realização de várias operações. O Controle de riscos e mitigação de risco do Coren-SP está em desenvolvimento, conforme será demonstrado no Capítulo 3 - Governança, estratégia e desempenho.

Nosso Conselho ainda está em uma fase inicial em relação à elaboração de um fluxo de processo de avaliação de riscos, bem como à construção de um modelo estruturado de gestão de riscos.

No entanto, considerando nossas atividades é possível identificar ao menos dois núcleos de riscos:



# Capítulo 2 - Riscos, oportunidades e perspectivas

## Mitigação de riscos

### Mitigação dos riscos na eficiência operacional

- Garantia do cumprimento da legislação federal que dispõe sobre a exigibilidade da qualificação profissional e necessidade de arrecadação de tributo;
- Esforços de cobrança e negociação junto aos profissionais;
- Controle de realização de gastos mediante pré-empenho garantindo realização apenas de despesas e investimentos, pelos valores previamente orçados;
- Controle por meio de cronograma anual de desembolsos e monitoramento dos gastos com pessoal dentro dos limites da lei;
- Emissão de notas de análise quanto às prospecções de gastos e arrecadação;
- Controle de acesso físico às instalações e ampla política de cobertura de seguros;
- Ação de corpo jurídico efetivo destinado a consultoria prévia e independente em relação aos atos administrativos e de gestão;
- Atuação contenciosa judicial em defesa dos interesses da Autarquia;
- Prática da mediação por meio de central de conciliação;
- Monitoramento das ações e demandas da categoria junto aos órgãos de classe;
- Uso de política de segurança da informação;
- Implantação de comitê de TI;
- Rotina de backup dos dados gerados;
- Política de uso de ativos de TI.

### Mitigação dos riscos de manutenção da integridade institucional

- Procedimentos de apuração para identificação de casos de condutas antiéticas e de danos ao erário;
- Ações permanentes de monitoramento de acesso a sistemas e pastas de rede;
- Controle do cumprimento ao estabelecido pela Lei de Acesso à Informação – LAI;
- Controle dos procedimentos de compras e aquisições por uso de fluxo definido por meio de norma interna;
- Realização de auditoria e controle interno pela Controladoria Geral;
- Acompanhamento e gestão dos canais de informação e mídia;
- Acompanhamento dos dados emitidos pela ouvidoria.
- Instituição do Comitê Interno de Governança, Integridade e Compliance <http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/portarias/?idDocumento=11614> (PORTARIA COREN-SP/DIR/150/2019)
- Instituição da comissão para planejamento e acompanhamento das diretrizes previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais <http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/portarias/?idDocumento=11614> (PORTARIA COREN-SP/DIR/145/2019)

# Capítulo 3

## Governança, Estratégia e Desempenho

- Instâncias Internas de Governança
- Gerência de Governança e Integridade
  - Corregedoria Geral
  - Controladoria Geral
    - Gerência Jurídica
  - Gerência de Fiscalização
    - Conciliação - GEFIS
- Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional
  - Coren-SP Educação
- Gerência de Atendimento ao Profissional
  - Gerência de Gestão de Pessoas
  - Gerência de Compras e Contratos
- Gestão da Tecnologia da Informação

# Instâncias Internas de Governança

## Procuradoria Jurídica - PJUR

Responsável por garantir a regularidade dos atos praticados pelo Coren-SP e pela observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

## Corregedoria

Órgão técnico e operacional responsável pela prevenção e apuração de irregularidades administrativas, e pelo desenvolvimento das atividades de correição no âmbito do Coren-SP.

## Ouvidoria

Canal de comunicação entre os profissionais de Enfermagem, a sociedade, o público interno e a instituição para fazer solicitações, reclamações, denúncias, dar sugestões, fazer elogios, entre outras informações

## Controladoria Geral

Constitui-se em órgão de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário do Coren-SP, objetivando controlar as atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial.

## Gerências

Órgãos de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário do Coren-SP, com vistas ao auxílio estratégico das rotinas administrativas das áreas chaves.

## Comissões

Auxiliam o Plenário do Coren-SP no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a temas específicos de caráter legal, técnico ou administrativo.

## Grupos de Trabalho

Possuem caráter temporário com a finalidade de subsidiar a diretoria, Plenário e outras áreas do Conselho por meio da realização de estudos de temas específicos para apresentar entendimentos e propostas.

## Governança e Integridade

A governança pública é um conjunto de mecanismos destinados à avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão, que visa a condução apropriada das políticas públicas e prestação de serviços à sociedade.

### Permanentes

Comissão de Orçamento  
Comissão Permanente de Licitação  
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos  
Comissão Permanente de Processo Administrativos

### Especiais

Instituídas mediante as necessidades temáticas administrativas de forma pontual



# Gerência de Governança e Integridade

# Gerência de Governança e Integridade

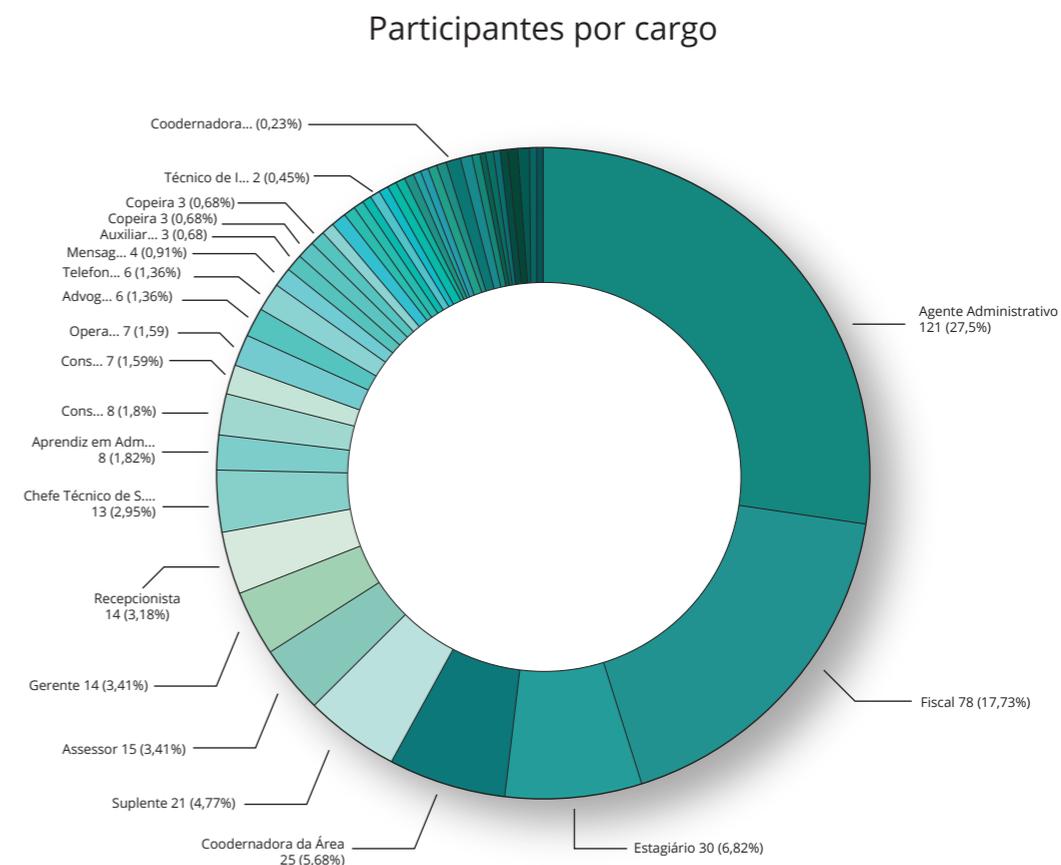
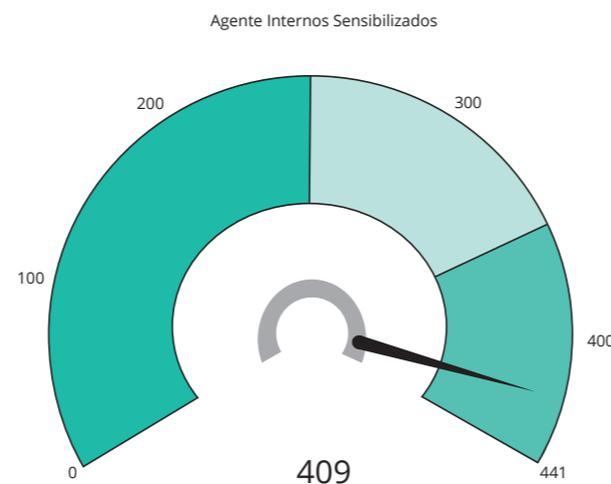
## I – Governança e Integridade no Coren-SP

A governança pública é um conjunto de mecanismos destinados à avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão, que visa a condução apropriada das políticas públicas e prestação de serviços à sociedade. Dentre os princípios da governança pública está a integridade, que é representada pela atuação sem máculas ou desvios, em conformidade com os princípios e valores que devem nortear a administração pública. Nesse sentido, em março de 2021, o Coren-SP instituiu a Gerência de Governança e Integridade, uma área dedicada ao apoio à estrutura de governança institucional, destinada à estruturação e manutenção de um Programa de Integridade, com medidas voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção, fraude e desvios de conduta.

## II – Ações desenvolvidas

Inicialmente, a área encaminhou um comunicado sobre a criação da GGI a todos os colaboradores, seguindo com ações de sensibilização destinada aos agentes internos e parte dos externos, como forma de integrá-los e contribuir para a adesão e disseminação da cultura de integridade.

Além disso, como forma de contribuir para os debates e reflexões sobre integridade no ambiente organizacional, a GGI lançou um boletim periódico denominado Integridade Integrada, uma estratégia para disseminar informações sobre o tema integridade, tanto advindas do âmbito geral, como do interno, com a divulgação das ações desenvolvidas no Coren-SP.



# Gerência de Governança e Integridade

## Atividades de Sensibilização - 2021

The image displays three overlapping newsletters from Coren-SP, focusing on governance and integrity. The newsletters are titled 'Integridade Integrada' and 'Integridade em Questão'. The October 2021 issue (Edição No. 1) features articles by Luciana Della Barba and James Francisco Pedro dos Santos, along with a survey on integrity disclosure. The December 2021 issue (Edição No. 2) includes an article by Luciana Della Barba and a quote from Jonatham Hai. The newsletters contain text, images, and a survey chart.

**OUTUBRO 2021 | EDIÇÃO NO. 1**

### INTEGRIDADE INTEGRADA

#### A INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LUCIANA DELLA BARBA

Debates relacionados à integridade se tornaram parte do cotidiano, principalmente após os escândalos de corrupção envolvendo importantes organizações do país, revelados na Operação Lava Jato.

Por isso, hoje, nos orgulhamos de dizer que o Coren-SP conta com a GGI - Gerência de Governança e Integridade - uma área especialmente dedicada ao impulsionamento, fortalecimento e manutenção da integridade corporativa.

Diante da relevância do assunto, que agora é parte do nosso dia a dia corporativo, estabeleceremos um calendário periódico de informações sobre integridade para, de uma forma simples, levar conhecimento sobre o tema, estimular debates, auxiliar em tomada de decisões e promover a disseminação da cultura de integridade institucional.

Nosso objetivo é que este seja um espaço de incentivo ao diálogo e desenvolvimento de boas práticas de integridade.

**"Um compromisso social, o comprometimento com a boa gestão pública e a disseminação de uma cultura de integridade no mundo!"**

A PALAVRA DO PRESIDENTE

A gestão 2021-2023 tem compromisso com a ética e a transparência, para garantir a adequada governança do Coren-SP, proporcionando serviços de qualidade e de excelência para os profissionais de enfermagem e sociedade. A implantação da Gerência de Integridade é um grande avanço nesse sentido e para isso, contamos com o envolvimento de todos os setores e empregados públicos do Coren-SP, em busca da consolidação de novos padrões de qualidade e gestão de riscos de integridade que vão promover o fortalecimento da autarquia.

- JAMES FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS

**OUTUBRO 2021 | EDIÇÃO NO. 1**

### INTEGRIDADE EM QUESTÃO

#### E o que é integridade corporativa?

A integridade corporativa é um conjunto de medidas destinadas à atuação sem desvios, de acordo com os princípios e valores institucionais que, na administração pública, favorece decisões baseadas em critérios técnicos e não em interesses particulares, aprimorando assim a qualidade dos serviços públicos prestados.

Por meio de um programa de integridade, as instituições viabilizam uma atuação íntegra, implantando ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes, atos de corrupção e desvios de conduta.

Mas saibam, a integridade corporativa é um compromisso coletivo, ou seja, depende da colaboração de todos nós nas ações diárias!

#### INTEGRIDADE DE REFERÊNCIA O TOM DA LIDERANÇA

Um dos principais pilares de um programa de integridade é o suporte da alta administração, que é representado não só pelos recursos disponibilizados para este fim, mas por ações e exemplos dos gestores nos diferentes níveis da instituição.

A demonstração desse suporte no Coren-SP se deu tanto pela implantação de uma área dedicada à integridade corporativa pela gestão 2021-2023, como pela participação da Presidência e Vice-presidência em todas as ações de apresentação da GGI e sensibilização para a integridade, onde manifestaram publicamente o incentivo às práticas destinadas à implementação e manutenção de um programa de integridade.

Além disso, a participação e incentivo das demais lideranças para a capacitação e envolvimento de todos os agentes internos, também representaram o apoio e tom da liderança.

Liderar pelo exemplo é fundamental para que o programa de integridade possa atingir seu objetivo, afinal, o exemplo vem de cima!

#### INTEGRIDADE DIVULGADA

A sensibilização para o tema integridade foi realizada no Coren-SP, uma ação promovida pela GGI para integrar todos os agentes nesse valor institucional.

Conselheiros	Assessores
Gerentes	Demais agentes
Agentes Internos	

0 409 440

**DEZEMBRO 2021 | EDIÇÃO NO. 2**

### INTEGRIDADE INTEGRADA

#### O CAMINHO QUE DEVEMOS SEGUIR

LUCIANA DELLA BARBA

Mas afinal, qual caminho a instituição deve seguir? Para dar resposta a esse questionamento, precisamos conhecer primeiro o significado de "missão, visão e valores", três palavras muito ouvidas, mas que nem sempre são claras.

Missão, visão e valores são ideias principais que definem uma instituição, necessárias para sua administração e direcionamento rumo aos seus objetivos.

A missão é a razão de ser da instituição, o seu objetivo. A visão, é o seu sonho, ou seja, onde quer chegar após determinado tempo, enquanto os valores são as formas como quer ser reconhecida.

A conquista dos objetivos institucionais depende do desempenho apropriado do trabalho de pessoas que nela colaboradores tenham ciência e compreendam a missão, visão e valores da organização, compatibilizando assim o desempenho de suas atribuições aos caminhos definidos pela instituição.

E você, conhece a missão, visão e valores do Coren-SP? Para informações, acesse <https://portal.coren-sp.gov.br/sobre-o-coren-sp/missao-visao-de-futuro-e-atributos/>

**"Ajudar as empresas a serem mais éticas e o país a ser mais humano e solidário"**

- Jonatham Hai

#### INTEGRIDADE EM QUESTÃO

#### E qual é a missão da área de integridade?

A integridade corporativa é o conjunto de medidas destinadas à atuação sem desvios, conforme os princípios e valores institucionais que, na administração pública, favorece decisões baseadas em critérios técnicos e não em interesses privados, aprimorando a qualidade dos serviços públicos prestados.

Diante disso, a nossa missão é a de construir um sistema/programa que viabilize a atuação íntegra, por meio de ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes, atos de corrupção e desvios de conduta.

Para isso, a área atua em conjunto com os demais setores na identificação de riscos de integridade, assim como no suporte e apoio às pessoas e setores diante de tais riscos.

Nossa missão, acima de tudo, é a de fortalecer uma cultura de integridade institucional, meta que deve ser bandeira de todos, pois a integridade almejada será o resultado da soma dos esforços de cada um de nós!

#### INTEGRIDADE DIVULGADA

A GGI iniciou a fase de mapeamento dos riscos de integridade, uma etapa e oportunidade valiosa para identificar situações que podem ser aprimoradas e, assim, evitar a concretização dos riscos que possam comprometer o desempenho e objetivos institucionais.

Durante esse estágio de construção do programa de integridade, acontecerão diversos encontros com alguns integrantes de cada área, como forma de conhecer os trabalhos desenvolvidos e, assim, desenvolver o processo de avaliação dos riscos de integridade.

Esses são momentos importantes, pois iremos identificar e avaliar os riscos, seus eventos e causas, e os potenciais impactos, contribuindo assim para a implementação de ações voltadas à prevenção, detecção e remediação, torres fundamentais de um programa de integridade.

Cada pessoa traz um compromisso com a integridade, e seu esforço deve ser direcionado à formação e disseminação de uma cultura de trabalho, como forma de preservar e assegurar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, essa é uma visão de futuro para a integridade no mundo!

#### INTEGRIDADE DE REFERÊNCIA UMA VISÃO DE FUTURO

Os últimos anos foram repletos de notícias envolvendo casos de fraude e corrupção, não por impactos práticos sejam recentes, mas pelos graves impactos causados em pessoas, instituições e na sociedade como um todo.

Embora esses casos não sejam uma novidade, as formas de combatê-los, talvez, por isso, a grande preocupação de indivíduos e instituições é a de implementar e aperfeiçoar mecanismos voltados aos controles e prevenção dos riscos de integridade e, assim, minimizar os impactos financeiros, de imagem e de reputação que possam comprometer a instituição e, por consequência, as pessoas que nela atuam, a economia etc.

02

# Gerência de Governança e Integridade

## III - O Plano de Integridade

O Plano de Integridade do Coren-SP, que contém o Programa de Integridade, será concluído após a finalização do processo de avaliação de riscos e estabelecimento das medidas de tratamento, previstos para o primeiro semestre de 2022.

O Programa de Integridade, em princípio, será composto pelos seguintes pilares:

1. Suporte da Alta Administração;
2. Avaliação dos Riscos de Integridade;
3. Código de Conduta e Políticas;
4. Controles Internos;
5. Comunicação e Treinamento;
6. Canais de Comunicação;
7. Investigações Internas;
8. *Due Diligence* de terceiros;
9. Monitoramento.

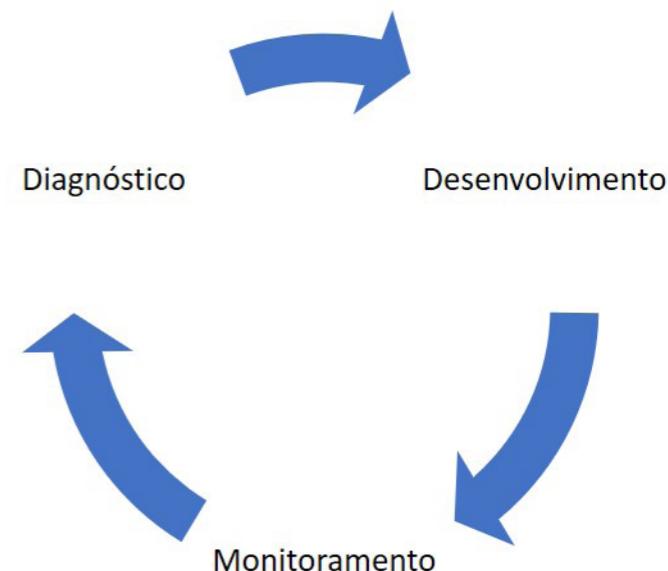
## IV - Implementação do Programa de Integridade

A efetiva implementação do Programa de Integridade foi dividida em 3 (três) etapas:

- ETAPA 1 - DIAGNÓSTICO: subdividida nas fases de aprovação do projeto pela Presidência, sensibilização dos agentes, levantamento regulatório, estabelecimento de contexto, processo de identificação e avaliação de riscos, propostas de tratamento de riscos e apresentação do Plano de Integridade;

ETAPA 2 - DESENVOLVIMENTO: subdividida em revisão e implantação do Código de Ética/Conduta, criação de políticas de integridade, treinamento e comunicação, estabelecimento/aprimoramento de canal de denúncias, estruturação de investigações internas e do processo de *due diligence* de terceiros; oportunidades e impactos positivos para entidade

- ETAPA 3 - MONITORAMENTO: análise periódica do ciclo de operação e medidas do Programa de Integridade.



Superadas as fases de aprovação do projeto de implantação da área dedicada à integridade e a sensibilização inicial dos agentes conjugada com a criação de um comunicado periódico, a GGI realizou o levantamento regulatório e o estabelecimento de contexto.

Posteriormente, a área realizou a identificação dos riscos, pautada no levantamento prévio de informações coletadas em diferentes fontes - riscos identificados pelo Comitê Interno de Governança, Integridade e Compliance, e levantamento de incidentes de integridade progressos - passando à realização de entrevistas junto aos agentes responsáveis pelos processos/procedimentos mais sensíveis à integridade corporativa.

## PROGRAMA DE INTEGRIDADE



Diante das informações preliminares e o seu grau de abrangência, em consonância com os riscos de integridade mais relevantes nas organizações públicas identificados pela CGU, foi adotada a seguinte classificação de riscos de integridade institucional: abuso de posição ou poder em favor de interesses privados, comportar-se de forma incompatível com a função pública, conflito de interesses, exercício de pressão interna ou externa ilegal ou antiética para influenciar agente público ou privado, nepotismo, solicitação/pagamento/recebimento de vantagem indevida, utilização de recursos públicos em favor de interesses privados e utilização ou vazamento de informação privilegiada ou restrita.

Com base nos riscos de integridade classificados, foi realizada a seleção dos processos de trabalho de maior vulnerabilidade, para a realização de seus respectivos mapeamentos e consequente identificação e avaliação de riscos e integridade junto aos responsáveis diretos, através de entrevistas, oportunidade em que a GGI reforçou a importância do tema e a atuação de cada agente na estrutura de Três Linhas da Global IIA (Instituto de Auditores Internos).

O Coren-SP também aderiu ao PNPC – Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O programa tem por objetivo prestar apoio aos gestores de organizações públicas em assuntos relacionados à corrupção, visando a identificação de problemas

e oferecendo soluções, a fim de melhorar os controles, a conduta ética e a transparência.

A participação permitiu a emissão de um diagnóstico institucional relacionado à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e corrupção, além da concessão do direito de uso da Marca de Participante do PNPC, como forma de promover a integridade e ética e colocar-se como instituição adepta às boas práticas de combate à corrupção.



## V. Bibliografia

1. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Manual para implementação de programas de integridade**. Brasília, jul. 2017. Disponível em: <[https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual\\_profip.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf)>. Acesso em 17 dez. 2021.
2. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Guia prático de gestão de riscos para a integridade**. Brasília, set. 2018. Disponível em: <[-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual-gestao-de-riscos.pdf>. Acesso em 17 dez. 2021.](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-</a></li></ol></div><div data-bbox=)

3. BRASIL. **Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção I, p. 3, 23 nov. 2017.

4. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Portaria CGU n. 1.089, de 25 de abril de 2018**. Estabelece orientações para que órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 80, seção I, p. 81, 26 abr. 2018.

5. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Portaria n. 57, de 4 de janeiro de 2019**. Altera a Portaria CGU n. 1.089, de 25 de abril de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 4, seção I, p. 1, 7 jan. 2019.

6. CUNHA, Matheus Lourenço Rodrigues da; KALAY, Márcio El. **Manual de Compliance: Compliance Mastermind Vol. 1**. São Paulo: LEC Editora, 2019.

7. THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. **Modelo das Três Linhas do IIA 2020**. Disponível em: <<https://na.theiia.org/translations/PublicDocuments/Three-Lines-Model-Updated-Portuguese.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2021



# Corregedoria Geral

A Corregedoria Geral do Coren-SP tem como diretriz de atuação a Instrução Normativa nº 84/2020 do Tribunal de Contas da União, que propõe a modernização dos instrumentos de controle para incorporar os avanços tecnológicos na área de transparência pública para propiciar uma visão clara e objetiva da estratégia, governança, desempenho e perspectivas da área sob análise, é importante destacar as etapas de estruturação e os fluxos de trabalho do setor, conforme descritivo a seguir:

## I - Da criação da corregedoria e estabelecimento de suas competências

Em 14/02/2019 foi aprovada na 1069ª Reunião Ordinária do Plenário do Coren-SP, por Decisão nº 002/2019, com publicação no Diário Oficial da União, Seção 1, de 19/02/2019, páginas 090 e 091 a criação da Corregedoria Geral e disciplinamento de suas competências, que vêm descritas no respectivo artigo 1º e incisos I a XXI.

A criação e funcionamento da área resulta da necessidade de fiscalização da legalidade e mérito das ações da instituição, por seus prepostos e empregados, cabendo-lhe indicar a revisão de atos, quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes, bem como ampliar a capacidade de identificação de improbidade administrativa, para cumprimento das recomendações dos órgãos de controle, na forma do Decreto 9203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

## II – Do levantamento das atuações anteriores

No início da Gestão 2021-2023 do Coren-SP, a Corregedoria levantou todos os processos que haviam sido analisados anteriormente, cadastrando-os e situando-os na cronologia da atuação da área de trabalho.

Para análise foi recebido na ocasião um passivo de 29 processos ainda não solucionados, iniciando-se durante o ano de 2021, mais 25 processos de Apuração Prévia, alguns destes se desdobrando em outros 6 processos, sendo 5 de Sindicância e um de Revisão, conforme dinâmica abaixo.

Os processos iniciados nos anos de 2019 a 2021 totalizam 97 casos, sendo 84 apurações prévias, 09 Sindicâncias Instauradas, e 04 Processos Administrativos Disciplinares.

Finalmente, encontram-se pendentes de solução apenas 12 Apurações Prévias e seis sindicâncias, sendo os demais processos de competência de outras áreas, cabendo à Corregedoria o seu acompanhamento.

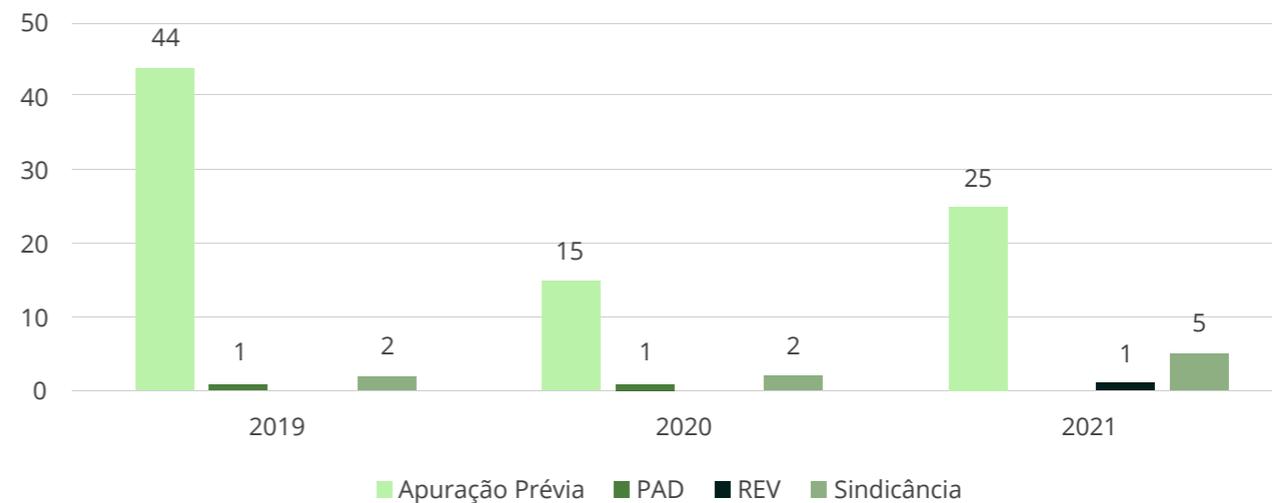
**A criação e funcionamento da área resulta da necessidade de fiscalização da legalidade e mérito das ações da instituição, por seus prepostos e empregados**



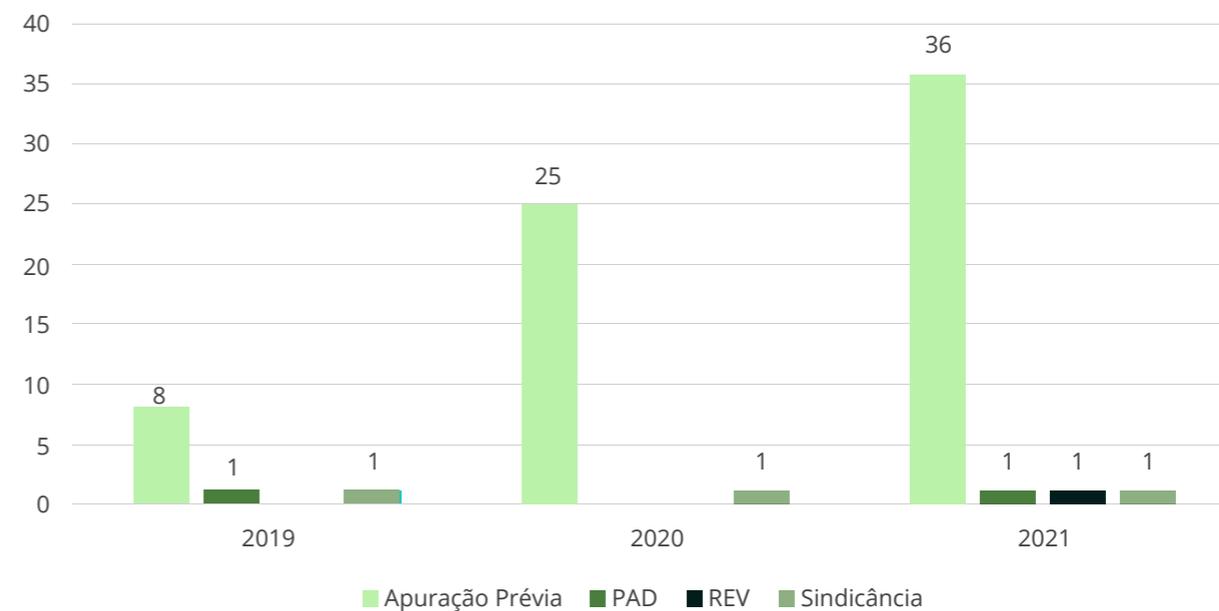
97

**casos**  
entre 2019  
e 2021

## Iniciados



## Finalizados



# Corregedoria Geral

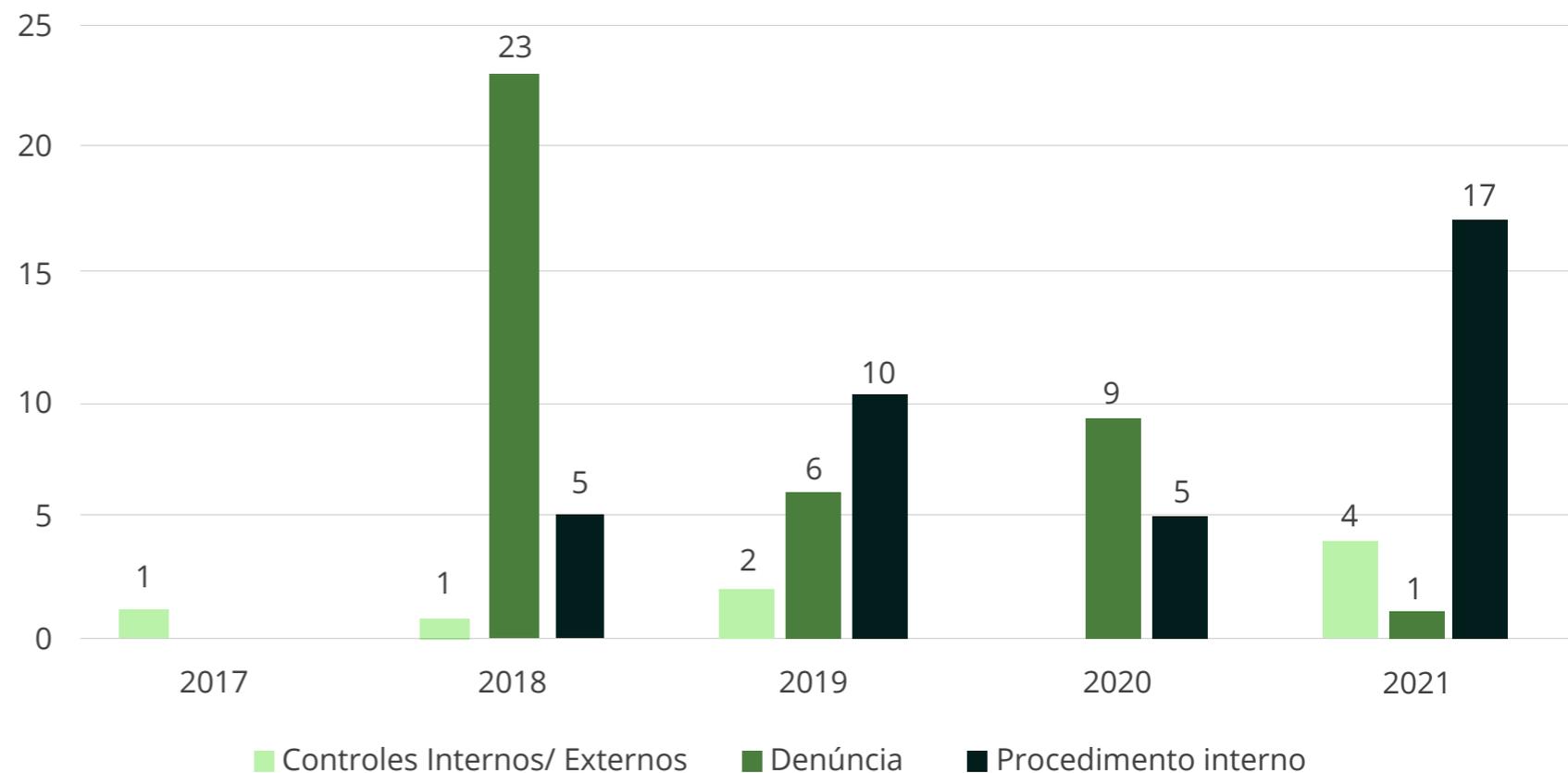
## III – Da origem das demandas

As demandas da Corregedoria Geral podem se originar tanto da Presidência, quanto das Gerências, ou ainda das Subseções. Podem ainda ocorrer denúncias internas ou externas, provenientes da Ouvidoria ou do canal de comunicação via e-mail [corregedoria@co-ren-sp.gov.br](mailto:corregedoria@co-ren-sp.gov.br).

A atuação da Corregedoria compreende, também, em auxílio à Controladoria Geral, responder pelo canal e-pessoal, do Tribunal de Contas da União, prestando informações acerca de indícios de irregularidades referentes ao pessoal contratado, acompanhando as solicitações de esclarecimentos até seu arquivamento.

A partir de uma iniciativa conjunta entre Controladoria e Corregedoria, esta última foi inserida em 2021 também no processo de “Fluxo de Pagamento”, recebendo diretamente os apontamentos de irregularidades, ou de descumprimento das recomendações da Controladoria, como forma de agilizar o enfrentamento das possíveis irregularidades, e de ter imediato conhecimento das irregularidades, para o fim de enquadrá-las, conforme o caso, em algum de seus procedimentos, ou mesmo para o fim de prestar contas ao Tribunal de Contas da União, como exemplificativamente na Tomada de Contas Especial, também de responsabilidade da Corregedoria.

Assim sendo, os procedimentos da Corregedoria podem ser classificados e quantificados quanto à sua origem, da seguinte forma:



# Corregedoria Geral

O gráfico anterior demonstra também a quantificação dessas demandas, onde se verifica sensível diminuição do número de denúncias, e significativo aumento das demandas de controles internos ou externos, que se traduzem em solicitação de esclarecimentos pelo TCU, pelo Cofen, pelo Ministério Público Federal, pela Controladoria e pela Gerência de Compliance e Integridade.

## IV – Dos procedimentos

Considerando as atribuições constantes da Decisão Coren-SP nº 002/2019, a Corregedoria é responsável pela apuração de irregularidades de conduta dos agentes internos do Coren-SP, bem como por sugerir a adoção de medidas às demais áreas internas, quando houver envolvimento de terceiros.

Os procedimentos foram definidos no ano de 2019 e 2020 através de 05 (cinco) POP's.

Como responsável pelos processos de apuração prévia de possíveis irregularidades que são trazidas a conhecimento da Corregedoria, seja por meio de denúncias provenientes da Ouvidoria, e também pela análise de situações remetidas pelas demais áreas do Coren-SP, tais como Controladoria, no que tange a questões relacionadas aos processos de pagamento; e GEAD – Gerência de Administração e Logística, no que diz respeito a questões relacionadas aos sinistros de veículos da frota, a abertura de procedimento é inicialmente comunicada à Presidência, conforme disposto no artigo

4º da referida Decisão.

Após, é consultada a GGP, quanto ao vínculo existente com a pessoa a ser averiguada, passando-se à cientificação da existência de informação de irregularidade, e concessão de prazo para explicações.

Finalmente, após a vinda dos esclarecimentos, os fatos são analisados quanto a configurar possível tipo de infração, à luz da Resolução Cofen nº 507/2016, bem como das leis e/ou em normativos internos.

Ao receber a manifestação, além de anexá-la ao processo, a Corregedoria ainda pode solicitar documentos comprobatórios de quaisquer áreas envolvidas, para ao final elaborar um Parecer Técnico, no qual, sem emitir juízo de valor, referirá se há indícios de materialidade e de autoria que justifiquem a submissão do caso à Comissão de Sindicância e de Processo Administrativo, submetendo à Presidência sugestão de abertura de Sindicância ou de arquivamento, conforme se verifique no caso ou não a existência de indícios de materialidade; poderá ainda sugerir a abertura de processo administrativo disciplinar, nos casos de indícios de materialidade e comprovação de autoria.

O parecer é submetido à Presidência do Coren-SP para homologação e deliberação, e, caso pertinente, é elaborada minuta da Portaria que instaurará o processo de sindicância ou administrativo disciplinar para posterior submissão ao Plenário para aprovação, sendo certo que após aprovação pelo Plenário, segue para a publicação da Portaria, procedendo a Corregedoria à

convocação da Comissão através de e-mail.

A Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar é composta de 6 membros, nomeados pela Portaria nº 107/2021 sendo selecionados apenas 3 (três) para compor a comissão que irá conduzir o processo.

Para tanto, a Corregedoria realiza o revezamento dos integrantes, atentando-se também ao fato de não terem vínculo com os fatos a serem apurados, bem como o volume de processos vigentes que estão sendo conduzidos por tais agentes, tendo a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) para conclusão do processo, devendo esta prorrogação ser solicitada tempestivamente pelo Presidente da comissão.

Após a instrução processual e o relatório final da comissão, o processo é encaminhado à Corregedoria para análise e emissão de Parecer, que poderá ser divergente com o relatório final emitido pela Comissão, mediante fundamentação legal visando garantir a legalidade dos procedimentos, incumbindo a decisão final à Presidência do Coren-SP.

Finalizado o processo, conforme o caso, seguirá ao arquivo, se não verificadas irregularidades, ou à GGP – Gerência de Gestão de Pessoas – para aplicação de penalidade e o seu registro no prontuário do servidor. Cumpre assinalar que a pena aplicada ainda pode ser revisada, por meio de processo revisor, no caso de haver fato novo ou circunstância que justi-

# Corregedoria Geral

fique a argumentação de inocência pelo empregado, cabendo à Corregedoria, nesse caso, emitir um Parecer a ser encaminhado à Presidência do Coren-SP para deliberação.

Caso seja deliberada a aceitação do pedido de revisão, uma nova comissão para tal processo será nomeada.

A atuação da Corregedoria nos casos de sinistros envolvendo a frota de veículos da autarquia, ou outros procedimentos que tenham levado a pequenos danos ao erário, poderá ser a indicação da realização de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – se presentes os requisitos necessários.

Com relação aos processos de fluxo de pagamento, a Corregedora ao receber alguma notificação, faz a análise do caso para averiguar eventual responsabilidade funcional, encaminhando posterior Memorando ao Presidente, com Parecer Técnico, para sua análise e deliberação, sendo certo que, caso seja indicado e aceito processo de averiguação, o fato segue conforme o rito de apuração prévia.

No que diz respeito aos indícios apontados pelo sistema E-pessoal, sistema eletrônico vinculado ao TCU – Tribunal de Contas da União - que controla situações envolvendo eventuais equívocos em pagamentos de agentes ou cumulação de cargos, ao receber indícios de tais incidentes, a Corregedoria os analisa, solicitando informações à Gerência da GGP, e apresentando posterior justificativa no próprio sistema.

No período não ocorreu qualquer situação que ensejasse a abertura de Tomada de Contas Especial, porém caso necessário tal procedimento, será adotado o procedimento constante do manual do TCU, devendo notificar aquele Tribunal de Contas quanto a condenação do servidor, sendo certo que na ausência de ressarcimento de eventual prejuízo ao erário causado pelo agente, é proposto um TAC que, caso não aceito ou não cumprido, enseja o encaminhamento à Gerência Jurídica – GEJUR – para abertura de processo judicial visando o ressarcimento.

A corregedoria ainda participa da Comissão de formalização de procedimentos para o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

## V – Da capacitação

Consubstanciando-se em um órgão de controle interno, a Corregedoria tem por obrigação agir de forma sigilosa, íntegra, imparcial, e cortês, sem emitir juízo de valor acerca dos procedimentos dos funcionários, vez que o julgamento competirá sempre a uma Comissão devidamente nomeada para tal fim.

Com vistas a evitar alegações de quaisquer abusividades, ou ilegalidades nos procedimentos, para garantia da validade de suas intervenções ao final das análises ou das penalizações em processos de Sindicâncias ou de Processos Administrativos, o Coren-SP investe na capacitação de seus funcionários, destacando-se a participação da Corregedoria nos seguintes cursos e

eventos de capacitação no ano de 2021:  
- Seminário Nacional de Controle Interno nas Contratações Públicas, promovido por Instituto de Negócios Públicos;  
- Curso de Formação em Compliance para Criação de Escritório de Integridade, promovido pelo COFEN;

## VI – Do planejamento estratégico para 2022

### Avaliação do Desempenho

Considerando os indicadores supra mencionados, verifica-se a ocorrência de significativa demora na finalização dos procedimentos, o que se apurou como resultante das seguintes causas:

- a) Cumulação de afastamento da representante da área, com a suspensão das atividades pela pandemia do Covid-19, levando-se à substituição da titular interinamente por longo período.
- b) Dificuldade e demora na reestruturação da Comissão Permanente de Sindicâncias e de Processos Administrativos Disciplinares em razão do desinteresse e desmotivação;
- c) Ausência de registro e acompanhamento das demandas pela Corregedora anterior, Dra. Thabata Fuzatti;
- d) Necessidade de reestruturação do setor, por meio de pesquisa e desarquivamento de processos, para

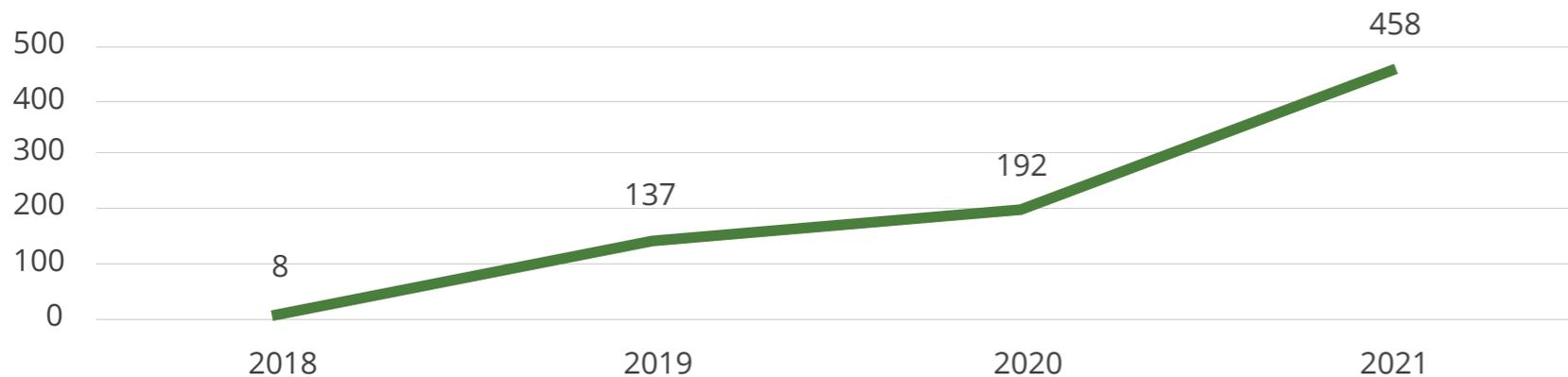
# Corregedoria Geral

verificação de sua movimentação, conclusão e resultado.

e) Ausência de criação de arcabouço normativo pela primeira representante da pasta, Dra. Thabata Fuzatti, demandando a localização, registro e arquivamento de todas as Resoluções, Decisões, Atos Normativos diversos que norteassem a atuação do setor;

Conforme se verifica do gráfico abaixo, ao serem desarquivados todos os procedimentos, pôde-se registrar os andamentos e averiguar os encaminhamentos e os resultados dos procedimentos, bem como quantificar as movimentações dos processos, chegando-se ao seguinte indicador de desempenho da área:

Qtde de andamentos



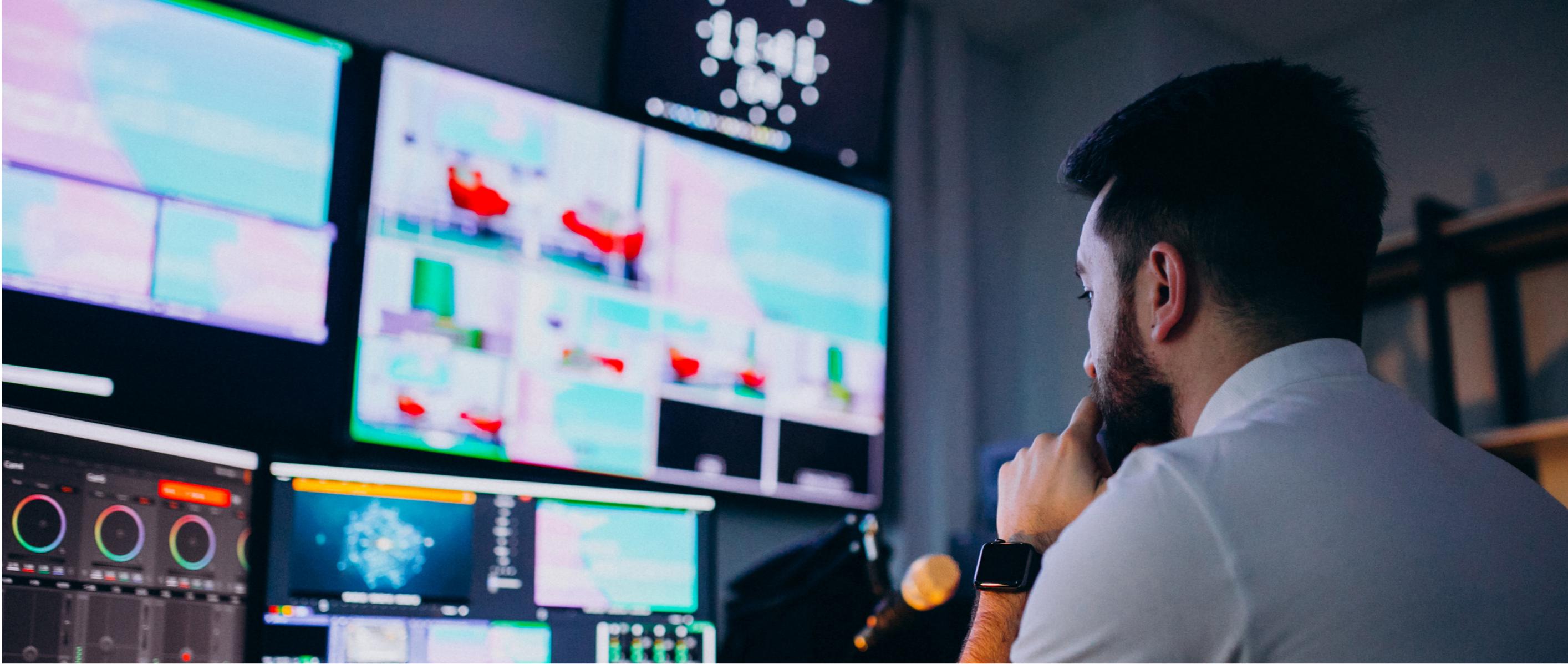
À toda evidência, o acúmulo de processos advindos dos anos anteriores levou à demora na solução do total dos procedimentos, restando ainda um total de 12 apurações prévias a analisar. Todavia, a reorganização do setor tornou possível a agilização dos procedimentos, com a conclusão, no ano de 2021, de grande parte dos processos submetidos à Corregedoria.

A reorganização realizada no setor, com o desarquivamento e registro dos procedimentos antigos, que se encontravam sem registro, trouxe ainda à instituição a segurança quanto à lisura dos procedimentos, resultando na redução de riscos de alegações futuras de improbidades ou desvios.

## Metas para 2022:

Sendo uma área que se movimenta pela demanda apresentada, constituem-se como metas para 2022:

- a) A redução dos prazos de análise, com finalização dos procedimentos de apuração prévia no prazo máximo de 30 dias;
- b) A aproximação da Corregedoria com os Setores e Subseções, facilitando a apresentação de denúncias de irregularidades;
- c) A viabilização de uma forma de mensuração e de compensação aos membros da Comissão de Sindicância e de Processo Administrativo, pelas atividades realizadas nos procedimentos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares;
- d) A verificação, revisão e correção de procedimentos, para a redução de cometimento de irregularidades, e facilitação da implantação do TAC como mecanismo de resolução amigável de conflitos;
- e) A normatização dos procedimentos no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados;
- f) A ampliação da contribuição com os mecanismos de acompanhamento e verificação do atendimento às recomendações da Controladoria, como forma de reduzir os riscos de perdas financeiras e o cometimento de irregularidades administrativas nos fluxos de pagamento.



# Controladoria Geral

# Controladoria Geral

A Controladoria Geral constitui-se de um órgão de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário do Coren-SP, objetivando controlar as atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial. A área foi instituída em 02/04/2012, sendo prevista a sua atuação no Regimento Interno vigente, datado de 03 de setembro de 2013, e suas atribuições estão definidas na Decisão Coren-SP nº 06/2014. Em 2015 a Ouvidoria do Conselho passou a ser vinculada a Controladoria Geral, conforme artigo 19 da Decisão Coren-SP nº 06/2014.

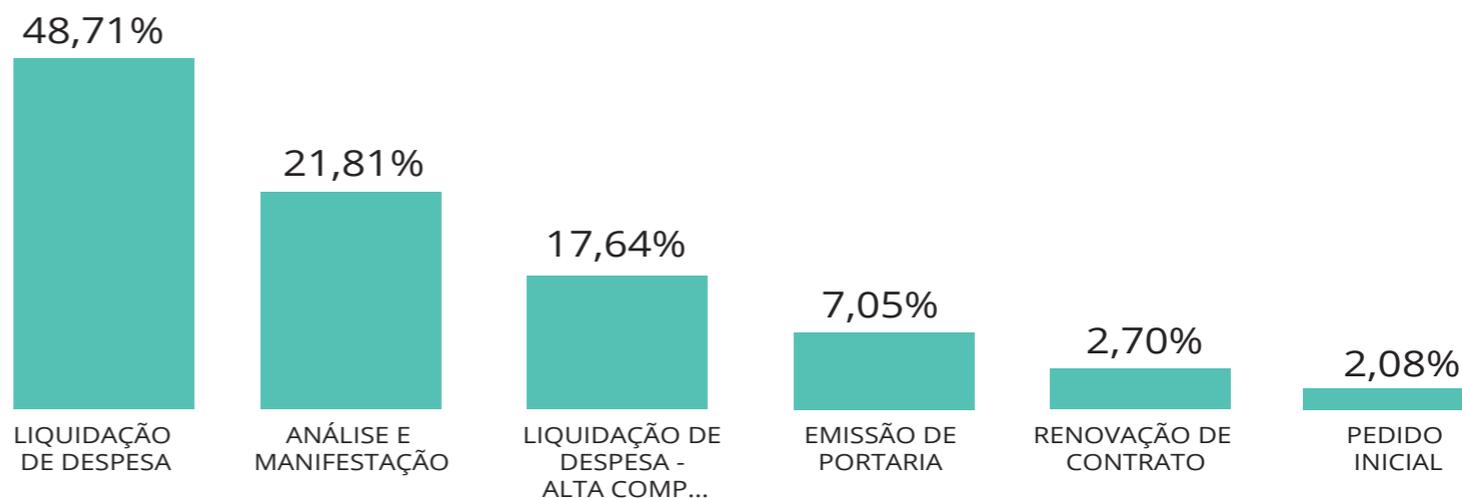
**1) Dados comparativos referentes às informações relevantes dos últimos 2 (dois) exercícios (2020 e 2021) ou dos últimos 3 (três) anos (2019, 2020 e 2021).**

**1.1. Relatórios emitidos no âmbito do Controle Preventivo:**

**1.1.1. Número de processos verificados pela Controladoria Geral:**

Em 2021 a Controladoria verificou 2256 processos administrativos sobre:

- fase interna dos processos de pedido de compra ou contratação de serviço;



TIPO DE ANÁLISE

- análises mensais de todos os pagamentos referentes aos contratos vigentes;
- renovações contratuais, aditivos ou apostilamentos;
- prestações de contas anual e trimestrais;
- proposta orçamentária;
- doação ou baixa de patrimônio

Do total de 2256, temos que 66,35% são processos relativos aos fluxos de pagamentos, subdivididos em alta complexidade (17,64%) e baixa e média complexidade (48,71%), conforme gráfico acima.

Já as análises relativas aos processos de compras e contratação de serviços, aditivos contratuais, prestações de contas, proposta orçamentária e demais análise requeridas nesses fluxos (pedido Inicial, renovação de contrato, análise e manifestação), representam 26,59%. Apesar de tratar-se de percentual inferior em relação ao fluxo de pagamento, todos os processos classificados nessas categorias são considerados de média ou alta complexidade, exigindo mais estudos técnicos e horas dedicadas para a verificação, elaboração dos relatórios com os respectivos apontamentos e recomendações.

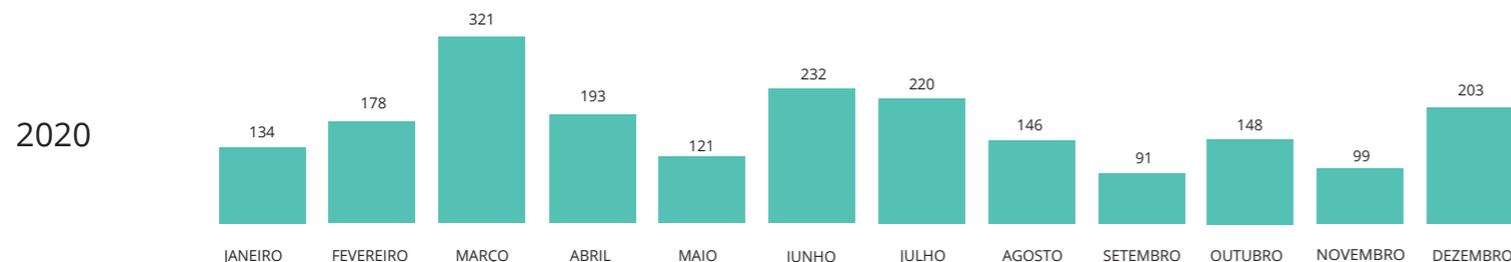
# Controladoria Geral

1.1.2. Atuação da Controladoria no fluxo de pagamentos, de compras e contratação de serviços, dos aditivos contratuais e demais análise requeridas nesses fluxos (Pedido Inicial, Renovação de contrato, Análise e Manifestação):

a) Número de apontamentos/recomendações emitidos;

No ano de 2021 o setor emitiu 2026 apontamentos e recomendações destinadas às áreas atuantes no fluxo de pagamentos dos contratos vigentes no Conselho. Em relação a 2020, temos uma redução de 3%, visto que o total de apontamentos e recomendações do ano anterior foi de 2087. Os apontamentos estão assim distribuídos no decorrer dos dois anos:

Dos apontamentos e recomendações de 2021, temos que 78% são classificados como impropriedades que são falhas de natureza formal que não resulta em danos ao erário, bem como aquelas que tem o potencial para levar à inobservância dos princípios de administração pública, à infração de normas legais e regulamentares, à violação de cláusulas de convênios, contratos e outros ajustes, ao cometimento de abusos. Portanto, caso as áreas responsáveis não atuem depois de tomarem conhecimento dos apontamentos e/ou recomendações emitidos pela Controladoria, as impropriedades podem vir a se tornar uma irregularidade.



2086  
2020

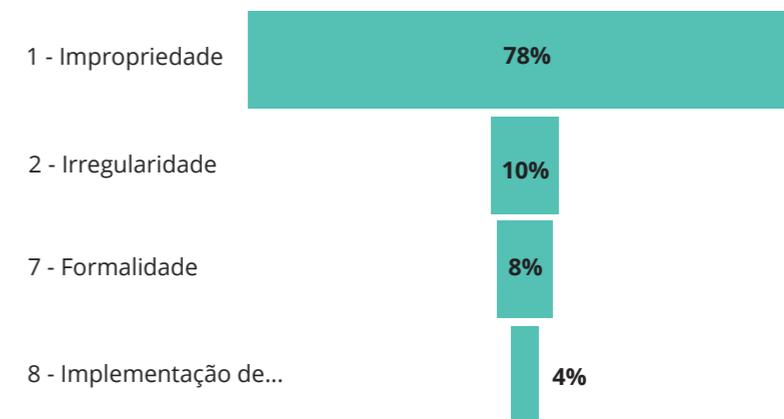
MÊS

2026  
2021



MÊS

Tipos de Inadequação



# Controladoria Geral

Considerando que em novembro de 2020 foi implementado o fluxo de pagamentos, em agosto de 2021 foi criado o fluxo de apontamentos, ambos no sistema interno "Agiliza". Além da aquisição de ferramenta informatizada na instituição para mapear os dados, pretende-se em 2022 aprimorar o registro e análise dos dados e relatórios emitidos pela Controladoria, além da melhoria no monitoramento das recomendações emitidas, avaliando o cumprimento de prazo para o atendimento quanto ao recomendado, efetuar cobranças mensais para a resolução dos apontamentos pelas áreas responsáveis, apurar possíveis benefícios financeiros ao Conselho decorrentes da atuação da Controladoria Geral, além de aperfeiçoar o fluxo de apuração de responsabilidade pela área de correção do Conselho sobre as irregularidades constatadas.

A tendência é de redução do número de apontamentos e recomendações emitidos, caso as áreas responsáveis passem a utilizar os dados informatizados para aprimorar os seus controles e processos internos, evitando a recorrência do constatado pela área de controle.

b) Benefícios financeiros da atuação da Controladoria nesses fluxos;

Caso as recomendações emitidas pelos órgãos de controle forem implementadas, elas podem gerar benefícios como, por exemplo, economia de recursos públicos, ganho de eficiência e melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços entregues à sociedade.

Conforme demonstrado nos gráficos abaixo, dos processos submetidos para a análise da Controladoria observa-se uma redução nos valores após as correções de R\$ 1.033.608,06 quando comparamos o valor total proposto antes da emissão da Nota de Análise versus valores efetivamente firmados nos contratos ou aditivos.



# Controladoria Geral

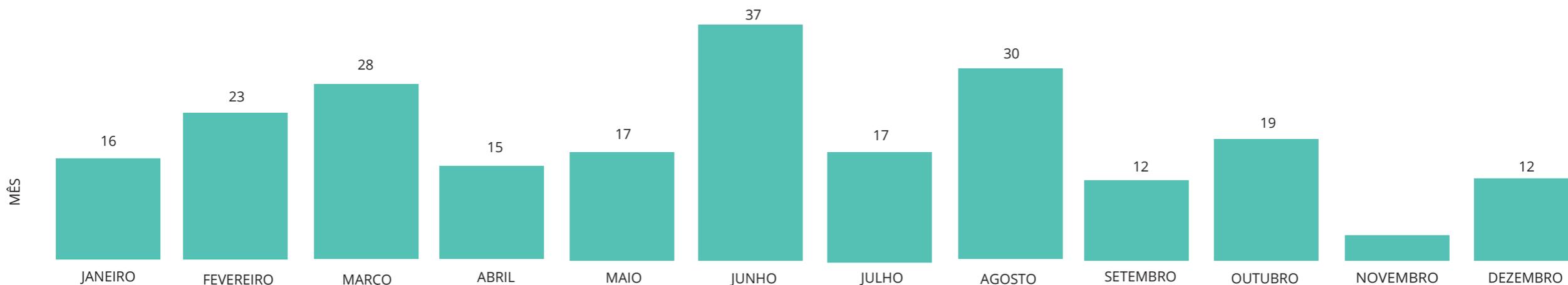
As informações ora apresentadas são referentes aos processos de aditamento, apostilamento ou prorrogações de contrato desde o ano de 2020. Já as informações relativas aos processos de pedidos iniciais de compras ou contratações de serviços foram incluídas a partir do ano de 2021.

As recomendações decorrentes do controle preventivo contribuíram para que as áreas envolvidas no fluxo corrigissem eventuais.

Destaca-se que Previsão para inclusão de informações sobre os processos de pagamentos, ocorrerá a partir do levantamento do exercício de 2022, no encerramento do exercício.

1.1.3. Atuação da Controladoria nos demais processos da instituição:

a) Memorandos, recomendações e despachos:



A Controladoria emite relevante número de apontamentos e recomendações nos demais relatórios produzidos, dentre eles temos: Recomendações, Memorandos e Despachos.

Em suma, Recomendação é um tipo de relatório que contempla recomendações que, se atendidas pela área responsável, poderá sanear as impropriedades, evitar irregularidades ou instituir fluxos e controles para evitar a repetição do erro.

Os Memorandos destinam-se a esclarecer ou requerer informações relativas ao escopo de análise do setor. Já os Despachos e Relatórios decorrem da análise de determinado processo ou fluxo.

Entre 2019 e 2021 o setor emitiu 229 Memorandos e Recomendações, conforme abaixo:

**Recomendação** poderá sanear as impropriedades, evitar irregularidades ou instituir fluxos e controles para evitar a repetição do erro, já os **memorandos** destinam-se a esclarecer ou requerer informações relativas ao escopo de análise do setor, enquanto os **despachos e relatórios** decorrem da análise de determinado processo ou fluxo.



# Gerência Jurídica

# Gerência Jurídica

A Gerência Jurídica (GJUR) passou por muitas mudanças nestes últimos anos visando a melhoria dos processos de trabalho e organização interna para atender às necessidades operacionais e gerenciais do Coren-SP.

Tais mudanças foram providenciadas para atender a uma solicitação da Diretoria, amparada pela necessidade de adequação aos apontamentos realizados pelos órgãos de controle interno do Conselho.

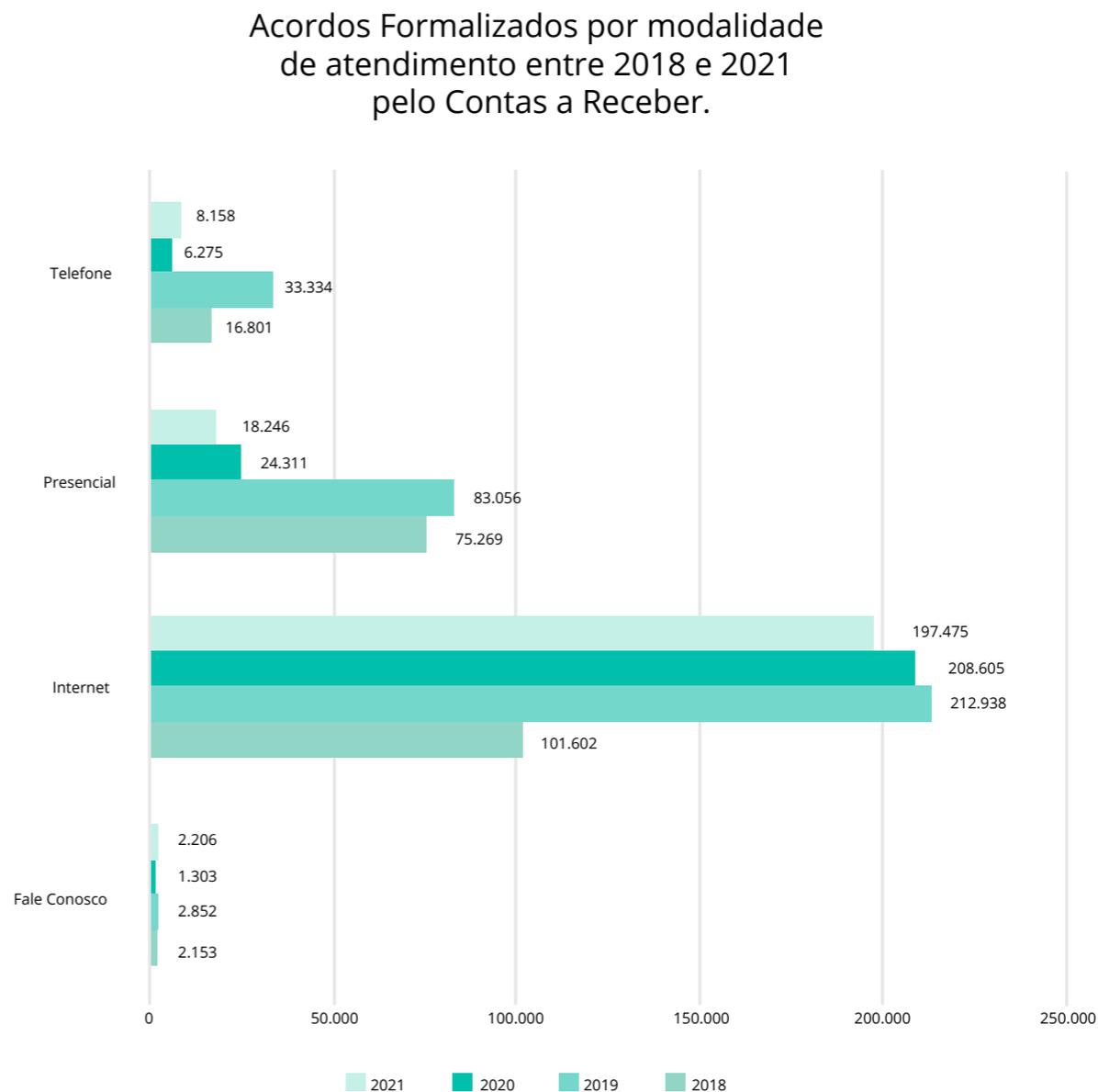
A partir de 2018, com processos e fluxos definidos, foi possível estabelecer o planejamento de trabalho do setor, que resultou na definição do Modelo de Geração de Valor apresentado à Diretoria em 22/10/2018, no qual ficou estabelecida que a proposta de valor do setor seria a Acessibilidade, a Conveniência e a Usabilidade<sup>1</sup>.

Com vistas a aprimorar os controles e a gestão da nova estrutura do setor, foi dada pela GJUR à Presidência a sugestão de nomeação de mais um coordenador para a Gerência Jurídica, sendo um para a área administrativa da Gerência Jurídica e outro para o “Contas a Receber”, que foi acatada e implementada em março de 2021.

Uma das primeiras ações implementadas para mitigação dos riscos foi a modificação da interface do usuário no site do conselho para que a aba do Acordos fosse mais amigável aos profissionais de enfermagem, alinhando a ferramenta à proposta de valor estabelecida.

<sup>1</sup> Acessibilidade – Aproximar e facilitar o acesso dos profissionais aos acordos para que possam regularizar sua situação; Conveniência – Adequar às necessidades e melhores condições para que os profissionais possam regularizar sua situação; Usabilidade – Promover a eficiência das ferramentas de acesso aos profissionais de enfermagem, bem como, auxiliá-los no seu uso. Estabeleceu-se ainda que a prioridade do setor seria a Arrecadação e Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários.

Gráfico 1 - Evolução dos Acordos por Modalidade



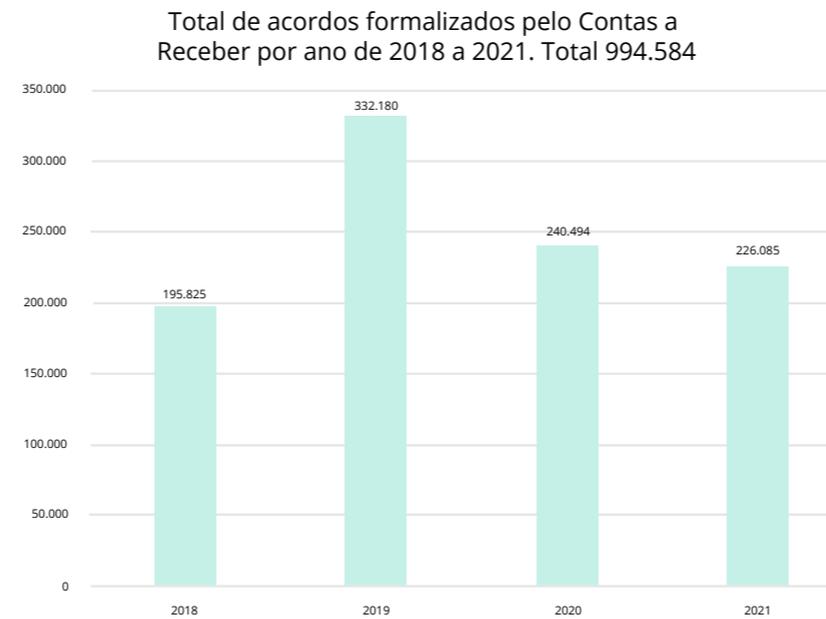
# Gerência Jurídica

Com a modificação da interface do site, assim como a inclusão do acordo REFIS ONLINE, permitiu-se aos profissionais de enfermagem que desejassem regularizar sua situação fiscal com o Conselho, a fazê-lo a qualquer momento de forma mais intuitiva e rápida. Desta feita, houve evolução do número de acordos pela internet (em 2018 representavam 43% dos acordos formalizados; em 2019, passamos a ter 67% dos acordos formalizados, em 2020/2021, alcançamos um patamar de 87%, conforme dados coletados até 31.12.2021).

As mudanças no modelo de cobrança se mostraram fundamentais para o enfrentamento da atual crise devido à Pandemia da Covid-19 (como demonstra o Gráfico 01 – Evolução dos Acordos por Modalidade), já que os atendimentos presenciais foram limitados. Ademais, deve-se salientar que o período da pandemia fez as pessoas, cada vez mais, buscarem atendimentos/serviços remotos, sem a necessidade de se deslocarem para solução das suas necessidades.

No entanto, a mencionada pandemia trouxe reflexos como a edição das Resoluções COFEN 635/2020 e 664/2021, que suspenderam a cobrança dos débitos das anuidades de anos anteriores ao então vigente por 120 dias, o que ocasionou redução no número de acordos formalizados pelos profissionais de enfermagem, impactando diretamente na cobrança/arrecadação, como demonstra o Gráfico 02 – Evolução do Total de Acordos 2018 – 2021.

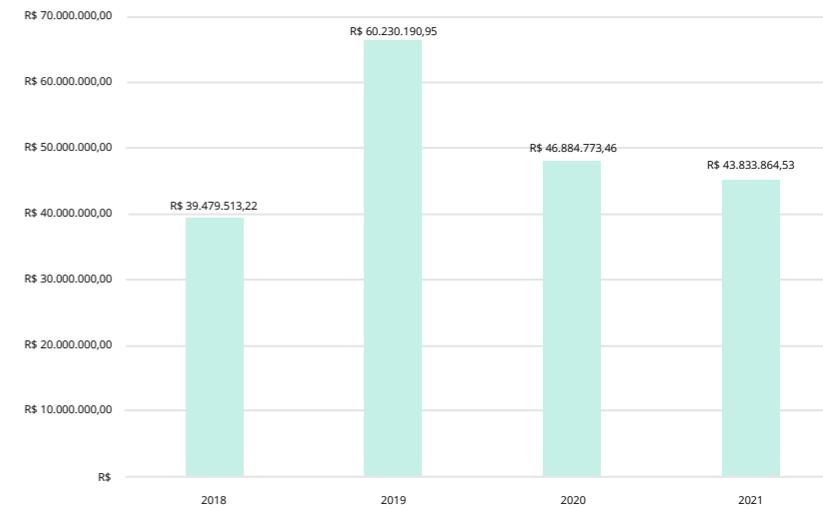
Gráfico 2- Evolução do Total de Acordos do Triênio 2018 – 2021



Ademais, os acordos formalizados pela internet também tiveram uma redução em 2021 acompanhando a tendência de queda de 2020 como resultado das dificuldades impostas pela pandemia.

A redução no número de acordos, por óbvio, influenciou a redução nos valores arrecadados pelo setor Contas a Receber em 2020 e 2021, sendo que a arrecadação do Contas a Receber foi cerca de 6% menor em 2021 totalizando R\$ 43.833.864,53.

Total geral arrecadado por ano pelo setor do Contas a Receber com acordos formalizados.



É preciso salientar que diversos fatores externos impactaram na arrecadação, tais como a limitação na cobrança de débitos de anos anteriores, a prorrogação do desconto de 10% para o pagamento da anuidade de 2021 até 31/07/2021 (em razão das resoluções COFEN já citadas anteriormente), além da inflação no período que comprometeu a renda dos profissionais, o desemprego alto e outros fatores gerados pela pandemia da Covid-19.



# Gerência de Fiscalização

# Gerência de Fiscalização

A Gerência de Fiscalização visa a averiguação do exercício profissional de Enfermagem, com vistas a disciplinar e fiscalizar as atividades. As ações de fiscalização são realizadas em acordo com o Manual de Fiscalização do Cofen/Conselhos Regionais, obedecendo aos preceitos constitucionais, os princípios do direito administrativo e toda a legislação ética de enfermagem.

A Fiscalização visa também orientar os profissionais de enfermagem sobre as normativas vigentes, a fim de prevenir infrações éticas e legais em busca da melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

A equipe de fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem está distribuída na sede, situada na cidade de São Paulo, e em outras treze subseções distribuídas pelo estado. Em virtude da pandemia de Covid-19, houve reestruturação do processo de trabalho da equipe de fiscalização, a fim de garantir que fossem mantidas as ações de fiscalização, mas com a preservação da saúde dos funcionários pertencentes aos grupos de risco.

As atividades são motivadas por demanda interna - rotina, requisições de autoridades públicas e por denúncia, com a realização de inspeções aos serviços de enfermagem, reuniões junto aos gestores das instituições de saúde visando o saneamento de irregularidades, convocação de profissionais, atendimentos presenciais nas unidades e através do website (chat), realização de oficinas de dimensionamento de pessoal e emissão de Certificados de Responsabilidade Técnica e Certificado de Registro de Empresa.

Abaixo seguem os dados das ações realizadas pelo setor:

## 1) Distribuição das ações de fiscalização

Destaca-se que o Coren-SP manteve as atividades de inspeção mesmo durante a Pandemia, decretada em 24 de março de 2020. Em atendimento às normatizações do estado de São Paulo e às diretrizes do Conselho Federal de Enfermagem, houve reorganização do processo de trabalho impactando nas atividades fiscalizatórias de 2020.

O gráfico abaixo apresenta as ações de fiscalização realizadas entre o período de 2020 a 2021.

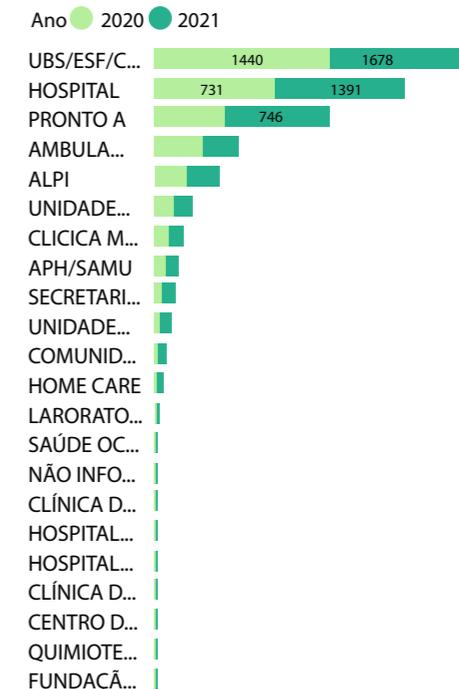
### Total de inspeções realizadas



### Inspeções instituições distintas

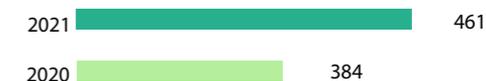


## Total de instituições inspecionadas



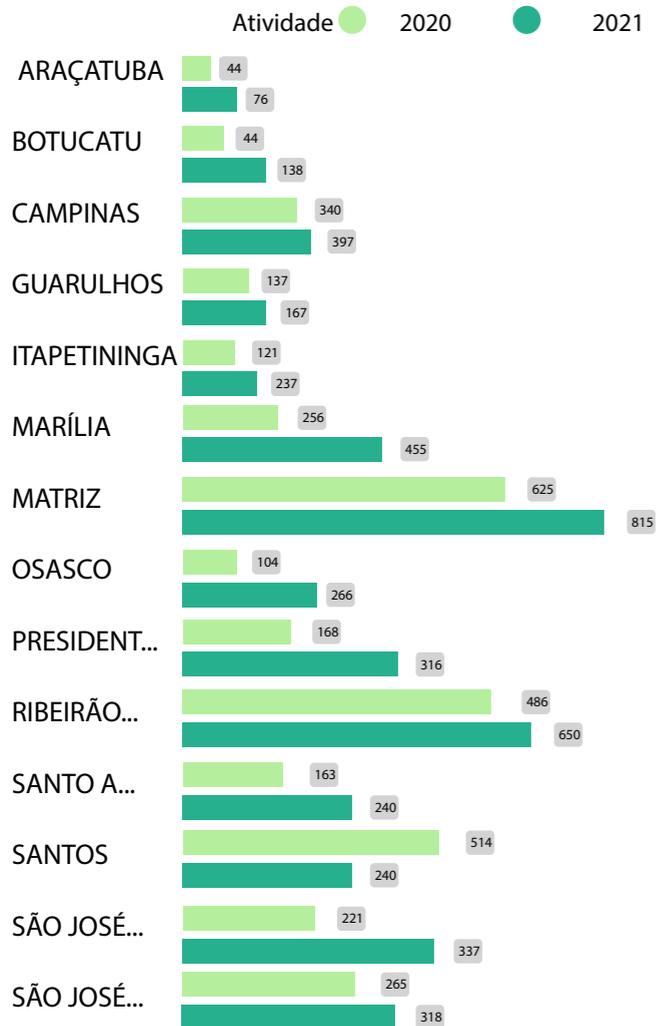
## Inspeções em municípios distintos

### Inspeções em Municípios Distintos



# Gerência de Fiscalização

## Total de inspeções realizadas



O estado de São Paulo conta com 645 municípios e 18.992 instituições fiscalizáveis e a fiscalização do Coren-SP alcançou 71,47% desses municípios, realizando 4.983 inspeções no ano de 2021.

O foco das inspeções foram as instituições que prestavam assistência a pacientes sintomáticos para Covid-19, e os locais que realizaram a administração da vacina contra a doença, além do atendimento das demandas provenientes de denúncias e solicitações de outros órgãos.

A diferenciação na quantidade de inspeções realizadas por unidade do Coren-SP, conforme gráfico por área geográfica, demonstra valores distintos pois contam com diferentes quantitativos de fiscais disponíveis em cada local.

## 2) Prosseguimentos das ações de fiscalização

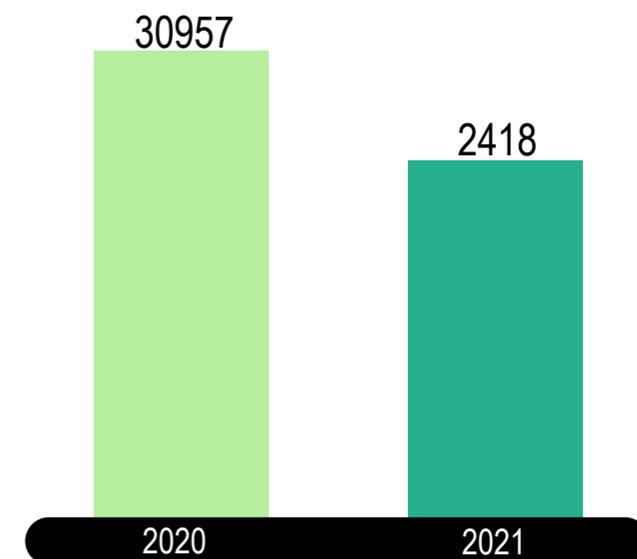
As ações de fiscalização demandam prosseguimentos e desdobramentos que visam a regularização das situações encontradas, assim como o encaminhamento a outros órgãos. Quando não há o saneamento das irregularidades/ilegalidades, a depender do risco à assistência, o caso em questão é encaminhado à Gerência Jurídica ou ao Núcleo de Conciliação da Fiscalização para prosseguimentos e as questões de cunho ético são direcionadas para avaliação ético-profissional. Quando as situações são regularizadas faz-se o arquivamento do processo.

## 3) Atendimento via website (chat da fiscalização).

A fiscalização disponibiliza atendimento aos profissionais de enfermagem através do website, por um chat com atendimento de segunda a sexta-feira das 07 às 16 horas, quando uma equipe de fiscais acolhe dúvidas e realiza orientações diversas relacionadas à legislação do exercício profissional e sobre os serviços prestados pelo Coren-SP.

Por ano a equipe do Chat recebe em média 27 mil solicitações de atendimento, conforme discriminado no gráfico abaixo.

## Atendimentos Chat



# Gerência de Fiscalização

## 4) Oficinas de dimensionamento de pessoal

Com o objetivo de instrumentalizar os Enfermeiros do estado, principalmente os Responsáveis Técnicos, a realizarem o cálculo de dimensionamento de pessoal de enfermagem, conforme preconiza a Resolução Cofen 543/2017, o Coren-SP oferece a atividade denominada "Oficina de dimensionamento" que são realizadas nas modalidades presencial e online.

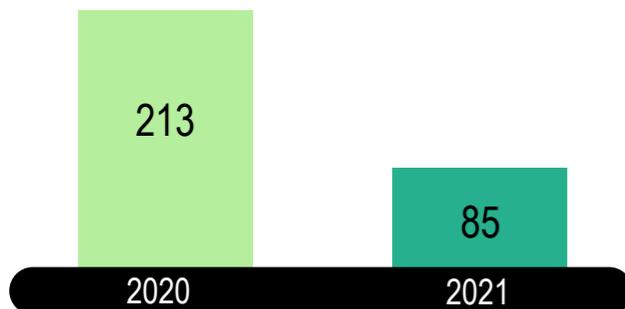
As solicitações que chegam ao Conselho são atendidas prontamente pela equipe de fiscalização. No ano de 2021 foram ministradas 85 atividades conforme gráfico abaixo.

## 5) Denúncias e Solicitações de outros órgãos

Em 2021 foram recebidos 970 processos para averiguação prévia de denúncias pela equipe de fiscalização, outros 286 processos administrativos relacionados ao atendimento à solicitações de órgãos e 04 sindicâncias, totalizando 1261 processos.

No gráfico ao lado está a distribuição das averiguações realizadas pela Gerência de Fiscalização no ano de 2021.

### Oficinas de dimensionamento



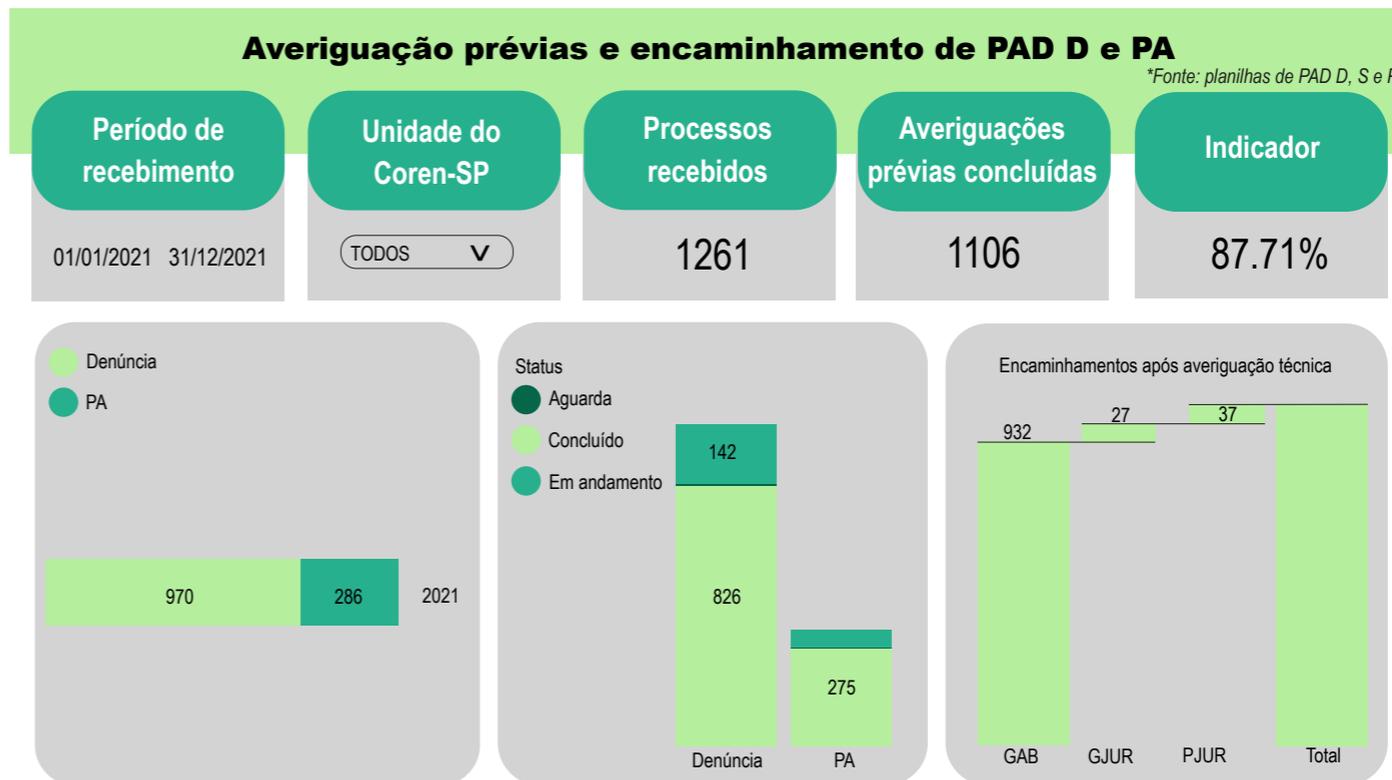
## 6) Emissões de Certidão de Responsabilidade Técnica e Registro de Empresa

A concessão para Anotação de Responsabilidade Técnica com emissão do Certificado (CRT) é um serviço que tem alta demanda de solicitações mensais ao Coren-SP.

Para melhor atendimento dos profissionais a concessão de CRT foi modernizada, sendo implantado em setembro/2021 o serviço 100% online, trazendo celeridade ao processo, beneficiando os profissionais, as instituições e a sociedade. A modalidade online proporcionou aumento da emissão de certificados em relação ao formato anterior.

## 7) Emissão de termos de diligência e autos de infração

A Resolução Cofen nº 518/2016, vigente em 2021, determina as condutas a serem adotadas durante os procedimentos de fiscalização e prévia a aplicação de Termos de Diligência e Autos de Infração, aos profissionais de enfermagem, quando constatadas infrações à Legislação do Exercício Profissional e do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.



# Gerência de Fiscalização

• O Auto de Infração é aplicado quando há manutenção de irregularidades lavradas previamente, em Termo de Diligência, ou à identificação de irregularidade/ilegalidade durante a prestação da assistência de enfermagem, segundo determinações específicas da resolução supracitada.

## 8) Documentos lavrados em inspeções

A Resolução Cofen nº 518/2016 padroniza os documentos a serem lavrados ao final das inspeções, levando em consideração o tipo de ação executada e a situação encontrada in loco. As notificações emitidas em inspeções iniciais; as notificações complementares, em inspeções de retorno quando constatadas novas infrações; e os termos de fiscalização. Todos os dados são repassados trimestralmente ao Departamento de Fiscalização do Conselho Federal de Enfermagem.

## 9) Temporalidade dos processos

A Resolução Cofen nº 617/2019, denominada como o Manual de Fiscalização do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, padroniza o rito de temporal a ser seguida pela fiscalização do Coren-SP, durante as ações de fiscalização. Em virtude diversidade de tipo de denúncias, irregularidades, ilegalidades encontradas nas inspeções, torna-se inviável o estabelecimento de um tempo médio para a finalização dos processos. O Conselho Federal adota seus próprios indicadores de qualidade para monitoramento dos Conselhos Regionais, sendo informados trimestralmente ao Federal.

## 10) Fiscalizações pró-ativas e reativas e número de profissionais alcançados

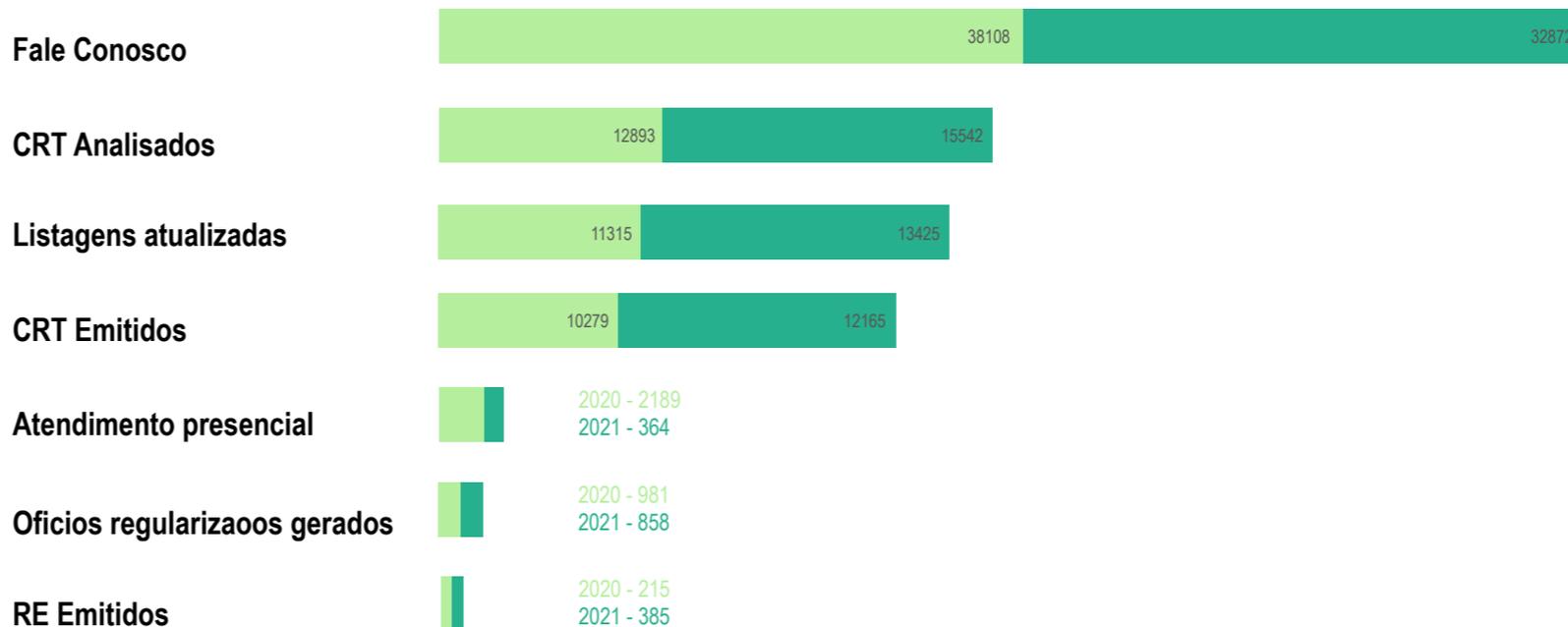
Os dados estão disponibilizados no sitio eletrônico [https://app.powerbi.com/links/MgTOHs2faZ?ctid=-d0e82f82-a4ce-4234-b955-471e167cbff6&pbi\\_source=linkShare&bookmarkGuid=bbdcdf95-0d4e-4b0c-8cf3-37d52e4a3b40](https://app.powerbi.com/links/MgTOHs2faZ?ctid=-d0e82f82-a4ce-4234-b955-471e167cbff6&pbi_source=linkShare&bookmarkGuid=bbdcdf95-0d4e-4b0c-8cf3-37d52e4a3b40), para consulta da sociedade.

## Serviços Realizados pelo Setor Administrativo da Fiscalização

*\*fonte: Ofícios elaborados no WebCoren, ONDFIEXTRAS*

Serviços realizados pelo setor administrativo da fiscalização

Ano ● 2020 ● 2021



# Gerência de Fiscalização

Em 2021 houve a emissão de 12.165 Certidões de Responsabilidade Técnica, sendo verificado aumento de 18,34% quando comparado com as emissões realizadas em 2020.

A partir do recebimento dos requerimentos para concessão de CRT, os documentos são analisados gerando ofícios para regularização da situação inscricional dos profissionais quando estes encontram-se em situação irregular ou ilegal, com a emissão de 858 ofícios em 2021.

Em virtude das medidas necessárias para evitar o contágio pela Covid-19, os atendimentos presenciais foram reduzidos consideravelmente em 2021, quando foram disponibilizados meios digitais para os serviços que antes eram efetuados através de documentos físicos com comparecimento presencial.

O “Fale Conosco” do website é o canal oficial para a comunicação com o setor administrativo da Fiscalização, destinado a fornecer informações sobre os serviços solicitados, recebimento de respostas sobre regularizações de profissionais, encaminhamento de listagens, dentre outros documentos.

O conceito de planejamento estratégico se refere a um processo sistêmico que permite definir o melhor caminho a ser seguido por uma organização, para atingir um ou mais objetivos, dentro de um contexto previamente analisado.

Para tanto foi realizado pelas gerências de fiscalização o diagnóstico situacional frente às demandas da

Gerência de Fiscalização (GEFIS). Este levantamento ocorreu no período 12/02/2021 a 16/03/2021, através de reunião in loco em todas as unidades de trabalho no Coren-SP, contemplando informações técnicas de cada local, visando identificar as fragilidades e potencialidades no departamento a fim de definir os projetos a serem trabalhados alinhados aos objetivos da Gestão 2021/2023.

Abaixo destacamos alguns dos projetos desenvolvidos no ano de 2021 com seus respectivos resultados:

## **1) Implantação do recurso digital (Tablet) para as ações de fiscalização in loco:**

Com objetivo de informatizar o processo de fiscalização nas inspeções in loco, para celeridade nas ações e alinhamento à estratégia de implantação dos processos digitais foi desenvolvido o presente projeto visando disponibilizar equipamentos informatizados (Tablet) para toda a equipe de fiscais.

Como resultado, houve a disponibilização em meio eletrônico dos documentos gerados nas ações in loco ao término destas, para melhorias no processo de trabalho da fiscalização, desde o planejamento até a finalização da ação.

Em 2021, em conjunto com a Gerência de Tecnologia e Informação, foi finalizado o desenvolvimento do aplicativo “Fiscaliza” que possibilitou operacionalizar o uso do tablet, além da distribuição dos equipamentos e treinamento de 100% dos fiscais com sua efetiva implantação.

## **2) Desenvolver e acompanhar melhorias do sistema informatizado do Coren-SP:**

Um facilitador do gerenciamento das ações de fiscalização é o sistema informatizado do Coren-SP e verificou-se a necessidade de atualização contínua para o atendimento das demandas existentes.

O desenvolvimento e acompanhamento das melhorias do sistema foram implementados com objetivo de proporcionar a celeridade dos procedimentos administrativos relacionados à fiscalização, como a emissão do CRT on-line, emissão de relatórios estatísticos através da ferramenta Power BI.

O projeto teve como meta monitorar o quantitativo de melhorias no sistema para a GEFIS, sendo atingido 100% dos itens de melhorias planejados.

## **3) Aprimoramento da equipe da fiscalização frente às necessidades de atualização de habilidades e competências:**

A educação permanente é atividade essencial para aprimorar a atividade da fiscalização através de capacitações visando desenvolver competências técnicas e comportamentais de toda a equipe de fiscais. Foi desenvolvido um programa de aprimoramento para 2021, sendo oportunizado à equipe treinamentos nas seguintes temáticas: comunicação não violenta; liderança; conciliação e elaboração de relatório conclusivo de fiscalização.

# Gerência de Fiscalização

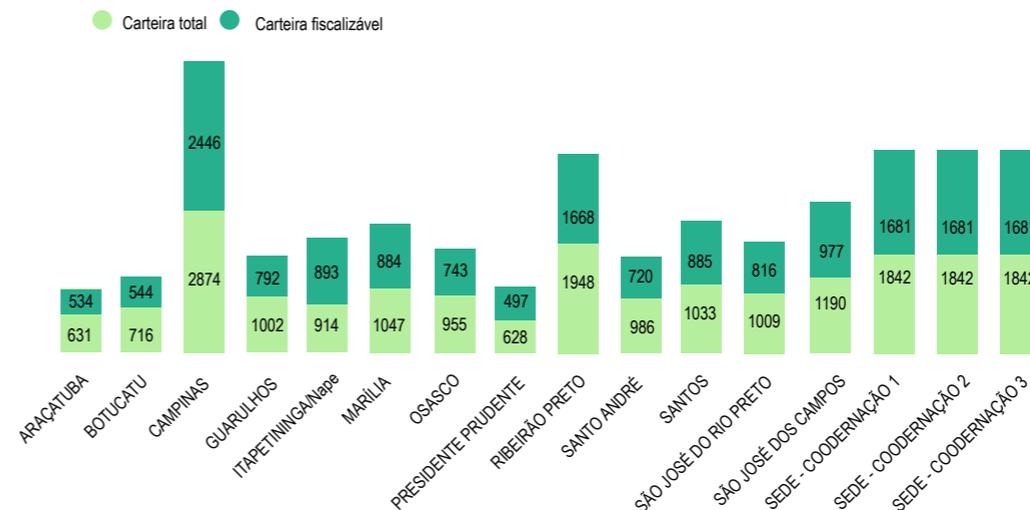
## 4) Reestruturação da área geográfica e carteiras de fiscalização:

Foi possível identificar em cada unidade do Coren-SP os recursos humanos disponíveis e suas respectivas funções, assim como, as atividades atuais realizadas; a área geográfica de fiscalização com total de municípios e principais distâncias da sede/subseções; a quantidade de instituições (carteiras) e a distribuição destas por fiscal; o dimensionamento da equipe de fiscalização; processos de fiscalização em andamento; total de averiguação de denúncias, sindicâncias e solicitação de outros órgãos em andamento; dados do cumprimento de indicadores e recursos materiais disponíveis para o desenvolvimento do trabalho, como por exemplo a quantidade de veículos para atender cada equipe.

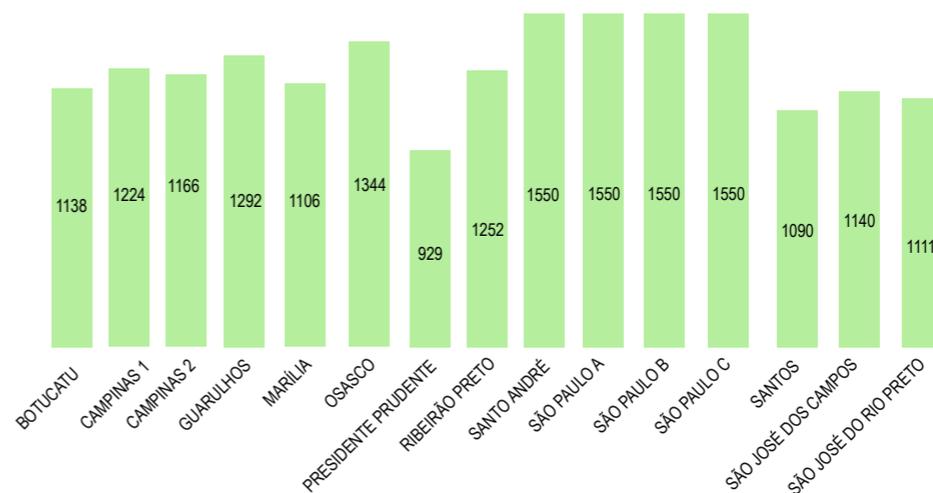
O gráfico ao lado evidencia a necessidade de reorganização estratégica para melhor distribuição de demandas de fiscalização entre as equipes, e consequentemente, a reestruturação da distribuição da área geográfica.

De acordo com a nova área geográfica proposta, a distribuição das carteiras fiscalizáveis tornou-se melhor, assim como, a distribuição das equipes de fiscalização no estado, apresentando-se de forma mais homogênea e alinhada em todo Coren-SP, conforme apontado no gráfico ao lado:

Distribuição da carteira total e fiscalizável por unidade do Coren-SP



Nova distribuição das carteiras fiscalizáveis por unidade do Coren-SP





# Conciliação - GEFIS

# Conciliação - GEFIS

## Introdução

Em maio de 2021, por meio da Decisão Coren/Plenário/12/2021, foi criado o Núcleo de Conciliação do Coren-SP, tendo com um dos pilares a Conciliação da Fiscalização.

A Conciliação da Fiscalização tem como competência realizar tentativas extrajudiciais para adequação das irregularidades apontadas nas inspeções de fiscalização do Coren-SP relativas às instituições de saúde, por meio de reuniões de conciliação.

Foi verificado que, após as ações de fiscalização nas instituições, uma das situações que se mantém pendente é o déficit de profissionais de enfermagem a partir da apresentação do cálculo de dimensionamento de profissionais, respaldado pela Resolução Cofen nº 543/2017. Este documento tem por princípio auxiliar o enfermeiro a estabelecer os parâmetros mínimos de profissionais de enfermagem, para execução das ações de enfermagem individualizada e segura aos pacientes, em todos os serviços de saúde. A regularização do quantitativo de profissionais beneficia as instituições e também os profissionais de enfermagem, que passam a atuar de forma mais segura e sem sobrecarga de trabalho.

A Conciliação é um método de tratamento de conflitos que visa a aproximação, o estreitamento de vínculos e o diálogo dos participantes para a construção de soluções eficientes sem a necessidade dos trâmites judiciais, atingindo celeridade e economia.

Nas reuniões são utilizadas técnicas e ferramentas específicas da conciliação para a solução de conflitos e a formalização do acordo através do documento denominado "Termo de auto composição".

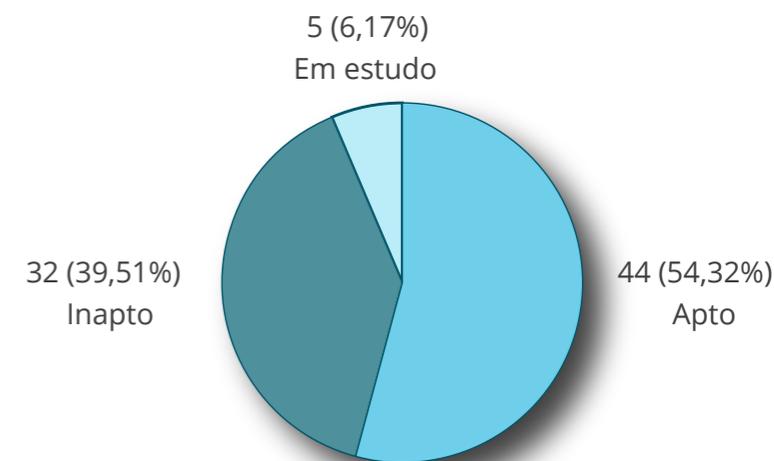
No âmbito da fiscalização, esse instrumento tem sido utilizado para que instituições de saúde se comprometam a realizar contratações de novos profissionais de forma a se adequarem ao quantitativo preconizado pela fiscalização, baseado na Resolução Cofen nº 543/2017.

## Resultados alcançados

Este relatório apresenta os resultados das reuniões de conciliação com instituições de saúde durante o período de julho-2021, data da primeira reunião de conciliação da fiscalização através do Núcleo de Conciliação, até dezembro 2021.

Desde o início dos trabalhos foram enviados 81 processos administrativos de fiscalização para o Núcleo. Destes, 44 estavam aptos para realização da conciliação, enquanto que 32 estavam inaptos e 5 estão em estudo para a possibilidade de realização da conciliação. (gráfico a seguir)

## Resultado das reuniões de conciliação com as instituições no estado de São Paulo



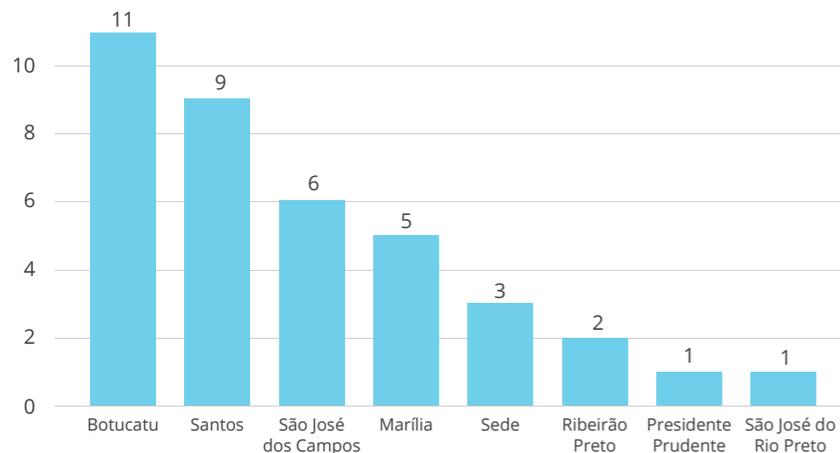
Foram realizadas 39 reuniões anteriores à reunião de conciliação. Estas reuniões, chamadas de reuniões estratégicas, são realizadas com a equipe de fiscalização do Coren-SP para alinhamento dos assuntos a serem levados à conciliação, bem como a orientação na condução dos problemas a serem expostos.

**Desde o início dos trabalhos foram enviados 81 processos administrativos de fiscalização para o Núcleo**

# Conciliação - GEFIS

Assim sendo, após as reuniões estratégicas foram realizadas reuniões de conciliação com 38 instituições de saúde nos seguintes municípios: Botucatu, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São Paulo e São José do Rio Preto (gráfico abaixo).

Número de reuniões por subseção



Das 38 instituições que participaram das reuniões, 13 instituições firmaram acordo através da assinatura do documento denominado "Termo de Autocomposição", 02 instituições tiveram suas irregularidades resolvidas sem a necessidade da assinatura do termo e 23 continuam em andamento, cumprindo os próximos passos para que seja possível firmar acordo. Destas, em 02 instituições não foi possível a realização do acordo.

Observamos que nos casos em andamento foram apontadas ações favoráveis que demonstraram o interesse das instituições em sanar as irregularidades,

como por exemplo instituições públicas que encaminharam documentos para criação de vagas para profissionais de enfermagem, de acordo com o cálculo de dimensionamento.

Os acordos firmados totalizam a contratação de 108 enfermeiros e 36 técnicos de enfermagem.



**108**  
número de  
enfermeiros

## Conclusões

Os problemas levados à conciliação, foram focados em situações que extrapolam a solução por parte do enfermeiro responsável técnico ou outros profissionais de enfermagem, como o quantitativo insuficiente de profissionais de enfermagem, assim como a inexistência ou ausência de enfermeiro onde são desenvolvidas

ações de enfermagem. Assim sendo, a participação dos gestores é imprescindível para o saneamento das irregularidades apontadas pela fiscalização.

O trabalho detalhado da fiscalização, apontando as irregularidades apuradas no contexto dos setores da instituição, levando-se em conta a rotina de trabalho bem como mostrando a visão futura de melhorias específicas, é o ponto chave para o começo da cultura da conscientização do conflito em questão.

Ressalta-se que, a composição dos membros da reunião, formada por integrantes da fiscalização em conjunto com a Conciliação da Fiscalização, contribuiu para maior credibilidade e efetividade das ações. Enquanto o fiscal aborda sobre os problemas apresentados pela instituição em virtude do subdimensionamento, o representante jurídico utiliza as ferramentas de conciliação e argumentações com bases legais, mostrando seriedade e preocupação do Conselho Regional com a preservação da qualidade da assistência de enfermagem.

Outro ponto de extrema relevância é a posição de parceria do Conselho junto à Instituição na busca de soluções inovadoras que visam o cumprimento da legislação.

Os resultados obtidos demonstram grandes avanços. A aproximação com os gestores, através das técnicas utilizadas, promovem uma gradativa conscientização, continuidade e resolutividade do trabalho da fiscalização.

A photograph of a business meeting. In the foreground, a person's hands are typing on a white laptop keyboard. To the left, another person is holding a smartphone. The background shows other participants in business attire. The text is overlaid on a semi-transparent white banner across the middle of the image.

# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## PROCESSO ÉTICO

A Gerência de Processos Éticos do Coren-SP é responsável por uma das atividades finalísticas da autarquia: a de disciplinar o exercício profissional da enfermagem.

Isso se dá pela abertura de processos éticos em face de profissionais de enfermagem, para averiguar se agiram em desconformidade com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, e da aplicação das penalidades cabíveis, conforme o disposto na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973.

Os processos éticos são instaurados pelo Plenário, após análise das sindicâncias que contenham denúncias com indícios de suposta prática de infração ética. É o setor responsável pela organização e tramitação dos processos éticos, instaurados contra profissionais de Enfermagem, a partir de denúncias com indícios de suposta prática de infração ética.

Os processos éticos são instruídos por Comissões de Instrução nomeadas pela Presidência, e julgados pelos conselheiros do Coren-SP, de acordo com o Código de Processo Ético dos Conselhos de Enfermagem (<https://portal.coren-sp.gov.br/processo-etico-disciplinar/>).

Durante o julgamento dos processos éticos ocorre a deliberação do Plenário quanto à aplicação de penalidades previstas no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (<https://portal.coren-sp.gov.br/codigo-de-etica-dos-profissionais-de-enfermagem/>).

Em 2021 houve aumento de 58% na abertura de sindicâncias para averiguação de ocorrências éticas, em comparação a 2020, passando de 517 para 817 sindicâncias, conforme valores anuais discriminados no

gráfico ao lado. Esse aumento se deve a dois fatores: o primeiro é por conta do acesso crescente da sociedade às informações em tempo real, e o segundo se deve ao fato de que o Coren-SP disponibilizou o canal de Ouvidoria para recebimento das denúncias, facilitando o envio das mesmas por via digital.

## Sindicâncias abertas

2021	2020	2019
817	517	711

Constatou-se um aumento de 24% na análise de sindicâncias pelo Plenário do Coren-SP quando comparado ao ano anterior, passando de 664 para 822 sindicância analisadas.

## Análise de sindicâncias

2021	2020	2019
822	664	328

O quantitativo de processos julgados, bem como o número de profissionais de enfermagem envolvidos encontra-se discriminado no gráfico abaixo.

## Processos julgados

2021	2020	2019
80	208	87

## Profissionais julgados

2021	2020	2019
122	373	130

Em relação à distribuição dos resultados dos julgamentos realizados pelo Plenário, tem-se que em 2021 54% dos profissionais julgados foram considerados culpados e 46% foram absolvidos. Houve comportamento muito semelhante em 2020, quando o percentual de profissionais culpabilizados foi de 53% e o de absolvidos foi de 47%. Nota-se que a penalidade mais indicada foi a de advertência verbal, com 44% em 2021 e 63% em 2020.

## Profissionais julgados

	2021	2020	2019
Culpa	54%	53%	67%
Absolvição	46%	47%	33%

# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## Penalidades indicadas

	2021	2020	2019
Advertencia verbal	44%	63%	44%
Multa	23%	9%	21%
Censura	19%	20%	21%
Suspensão do Exercício Profissional	7%	3%	9%
Cassação do Direito ao Exercício Profissional	7%	5%	5%

Nas sindicâncias analisadas pelo Plenário em 2021, a porcentagem de arquivamento mensal foi superior a 70%, e isso ocorre pois as denúncias contidas nessas sindicâncias não atendem ao disposto nos artigos 22 e 27 da Resolução Cofen nº 370/2010.

O total de sindicâncias analisadas em 2021 foi de 821, sendo que 78% foram arquivados e 22% admitidos, ou seja, convertidos em processo ético.

	Sindicâncias analisadas	Sindicâncias arquivadas	%	Sindicâncias admitidas	
	%	63%	44%		
Janeiro	85	72	85%	13	15%
Fevereiro	74	66	89%	08	11%
Março	51	40	78%	11	22%
Abril	52	37	71%	15	29%
Maio	54	38	70%	16	30%
Junho	47	40	85%	07	15%
Julho	89	63	71%	26	29%
Agosto	80	64	80%	16	20%
Setembro	60	42	70%	18	30%
Outubro	82	76	93%	06	07%
Novembro	62	42	69%	19	31%
Dezembro	85	62	73%	23	27%

A partir de 2021, com a implantação do processo eletrônico no Coren-SP, através do sistema agiliza, permitiu-se o desenvolvimento de novas ferramentas de monitoramento de ações vinculadas aos processos éticos. Para o ano de 2022, foi iniciado o desenvolvimento de novo módulo de monitoramento e acompanhamento da arrecadação das multas aplicadas após

o trânsito e julgado do processo ético, assim como a cobrança de inadimplentes pelo setor de dívida ativa. Será possível também fazer o controle dos processos encaminhados ao Ministério Público em decorrência da denúncia original após a sua admissão pelo Plenário do Coren-SP, como manda a Resolução Cofen nº 370/2010.

# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## 1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional (NCE) do Coren-SP foi instituído por meio da Decisão Coren/Plenário/12/2021 e Decisão Coren/SP/Plenário/039/2021, que dispõe sobre o núcleo e suas respectivas atividades. A Decisão Cofen nº 001/2022 homologou as atividades e regulamentou o ajustamento de conduta, em consonância com a legislação vigente.

O NCE é um órgão de assessoramento técnico e operacional do Plenário, subordinado à Presidência, responsável pelo aprimoramento e execução de questões postas à conciliação, derivadas do processo ético-disciplinar, conforme deliberação do Conselheiro Relator ou da Comissão de Instrução, nos termos do art. 25, §3º da Resolução COFEN Nº 370/2010, Código de Processo Ético Disciplinar (CPED).

A conciliação é um método de solução de conflitos que tem sido utilizado para aproximação, o estreitamento de vínculos e o diálogo entre as partes para a construção de soluções eficientes e céleres, em consonâncias com os ditames do art. 23 do CPED.

As audiências de conciliação ética (ACE) são reuniões ou sessões programadas, onde são utilizadas técnicas e ferramentas específicas de comunicação e negociação, orientadas por princípios e regras, a fim de garantir às partes o cumprimento de seus direitos, notadamente, em relação à decisão informada, confidencialidade, independência, autonomia de vontade, imparcialidade e neutralidade.

Ao término da audiência, o conciliador elabora o Termo de Audiência, em respeito ao acordado pelas partes, indicando se houve conciliação ética (frutífera ou infrutífera), e a modalidade, se retratação ou ajustamento de conduta.

## 2 - RESULTADOS

O NCE recebeu 89 processos para análise de cabimento para agendamento de ACE, no período de maio a dezembro de 2021, cujos resultados apresentamos:

### 2.1 Características dos Processos e Conciliadores

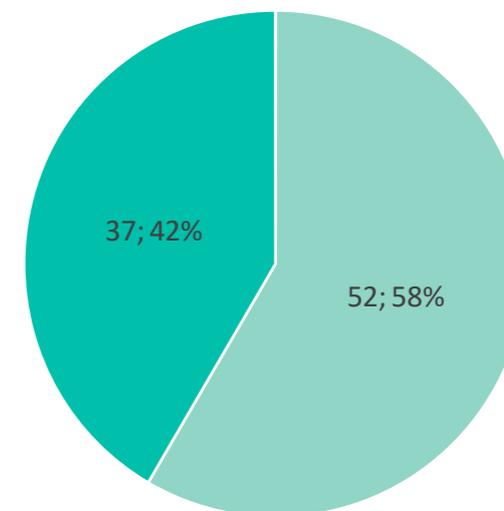
#### 2.1.1 – Função do Conciliador

52 processos (58,43%) foram conduzidos por Conciliadores Colaboradores e 37 (41,57%) por Conciliadores Conselheiros. O auxílio por parte de profissionais de diferentes categorias se justifica devido ao volume de denúncias recebidas e de processos instaurados, e esses compõem as diferentes comissões de instrução.

#### 2.1.2 – Categoria do Conciliador

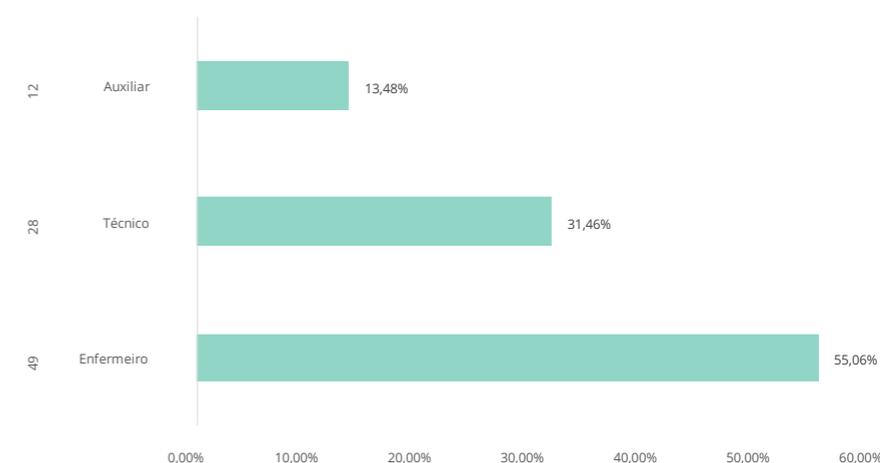
49 das ACE foram designadas à Enfermeiros (55,06%) pelo fato de ser a categoria mais denunciada. Os Técnicos de Enfermagem em 28 casos (31,46%) e Auxiliares de Enfermagem 12 (13,48%). Não houve designação à Obstetritz devido a ausência de denúncia a essa categoria.

Função do conciliador



■ conselheiro ■ colaborador

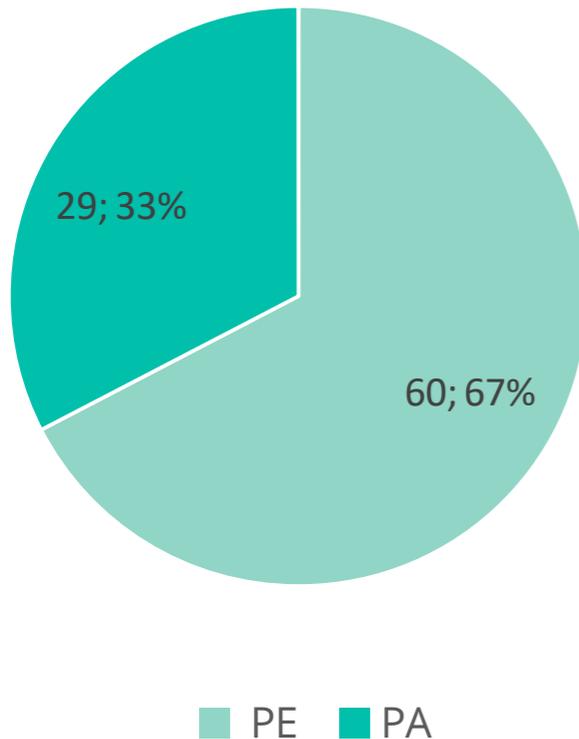
Categoria do Conciliador



# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## 2.1.3 – Classificação do Processo

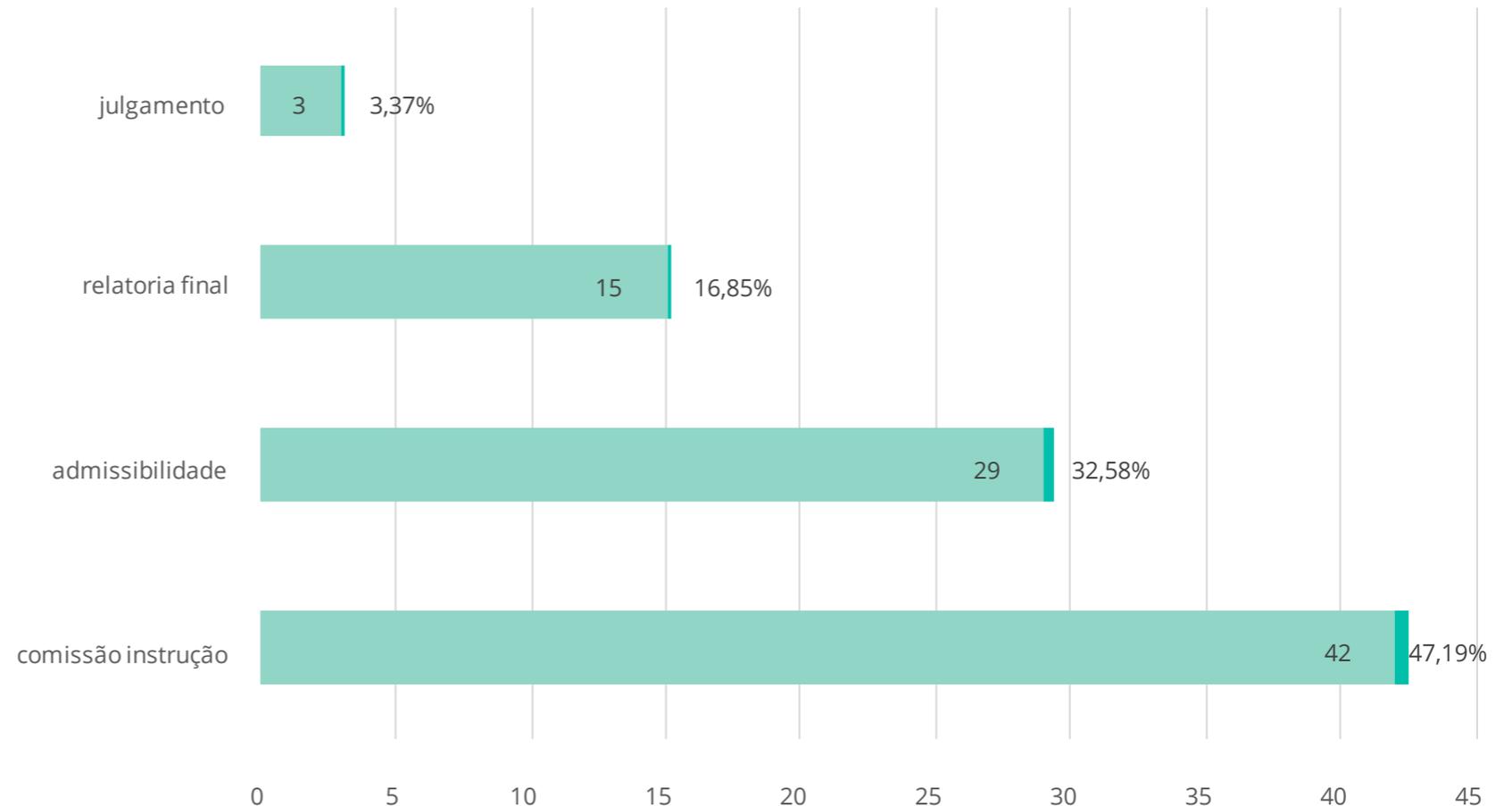
De acordo com o CPED, os processos se classificam de acordo com o momento processual. Encontramos 29 (32,58%) processos administrativos (PA) e 60 (67,42%) processos éticos.



## 2.1.4 – Fase do Processo

Dentro das classificações referidas, os processos apresentam quatro fases: 1ª fase - admissibilidade (PA) - 29 processos - 32,58%. 2ª fase - comissão de instrução (PE) - 42 processos - 47,19%. 3ª fase - relatoria final (PE) - 15 processos - 16,85%. 4ª fase - julgamento (PE) - 3 processos - 3,37%.

– 15 - 16,85%. 4ª fase - julgamento pelo plenário (PE) - 3,37% dos processos. Essas classificações tornam-se importantes em virtude da necessidade de cumprimento dos prazos processuais determinados pelo CPED, bem como de apoio para tomada de decisão de gestão.



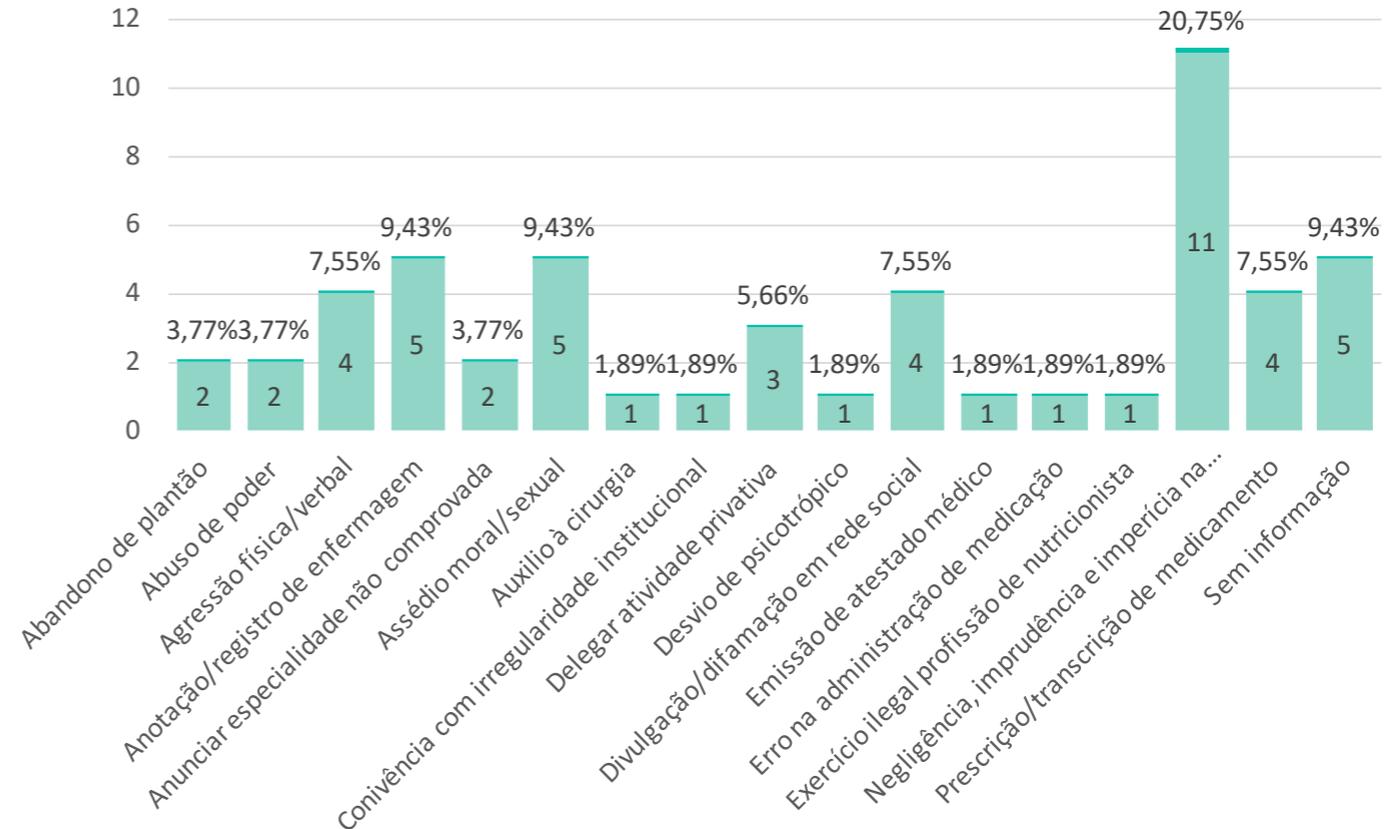
# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## 2.1.5 – Assunto dos Processos

Os assuntos descritos nos TAC foram classificados e relacionados por categoria profissional, de acordo com o CEPE. Necessário registrar que os assuntos extrapolam o número de denúncias, visto que, uma denúncia pode conter vários assuntos.

Na categoria de Enfermeiros os assuntos mais prevalentes foram: negligência, imprudência e imperícia na assistência 11 casos (20,75%), anotação/registro de enfermagem 5 (9,43%), assédio moral/sexual 5 (9,43%), agressão física/verbal 4 (7,55%) divulgação/difamação em rede social 4 (7,55%), prescrição/transcrição de medicação 4 (7,55%). 5 casos não apresentaram descrição do assunto no TAC (9,43%). Em 4 processos os motivos das denúncias se referiam a agressão física/verbal (7,55%).

“Os assuntos extrapolam o número de denúncias, visto que uma denúncia pode conter vários assuntos”



# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

Os assuntos imputados aos Técnicos de Enfermagem são: erro de medicação 9 processos (31,03%), agressão física/verbal 4 (13,79%), anotação/registo 3 (10,34%), negligência, imprudência e imperícia 3 (10,34%), abandono de plantão, assédio moral/sexual e divulgação/difamação em rede social com 2 casos (6,90%) cada uma.

Em relação aos Auxiliares de Enfermagem, os assuntos são: agressão física/verbal 3 casos (18,75%), negligência, imprudência e imperícia 3 (18,75%). Abandono de plantão, abuso de poder, insubordinação, omissão de socorro, entre outros, aparecem com 1 caso cada (6,25%). Esta descrição torna-se importante, pois, norteará os conteúdos a serem propostos no Coren-SP Educação, como atividades de aprimoramento, em consonância com o Art. 55 do CEPE.

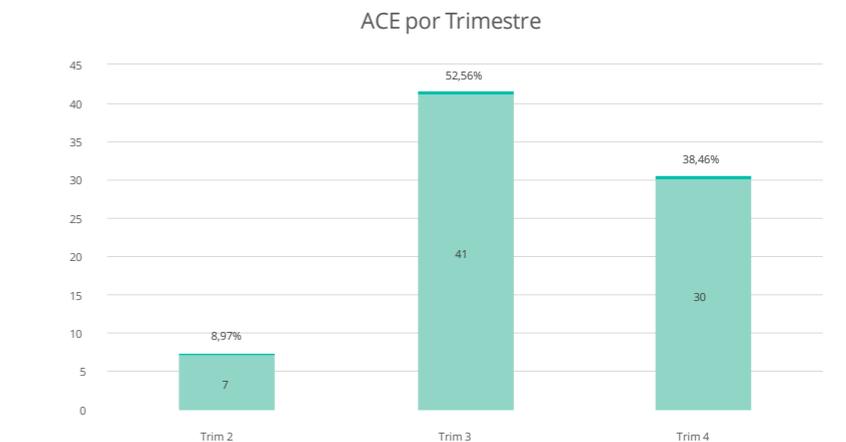
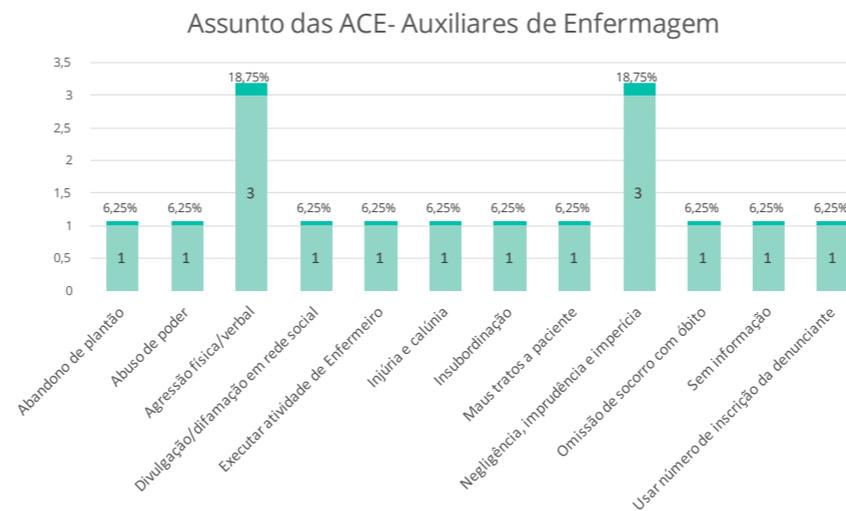
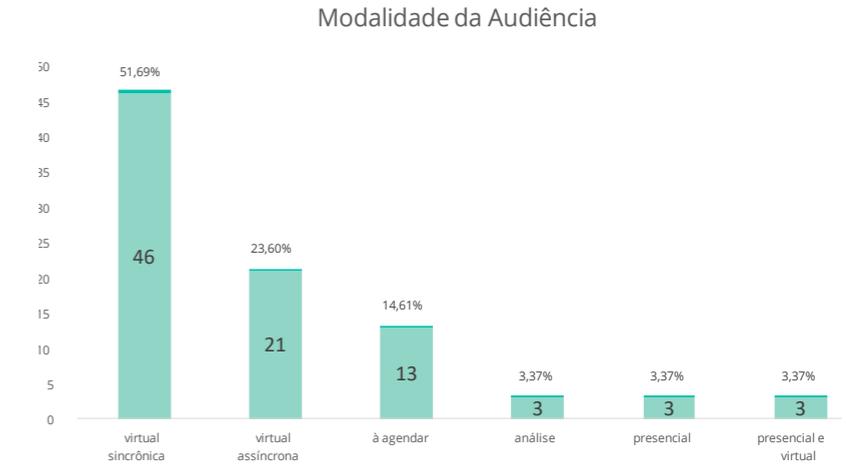
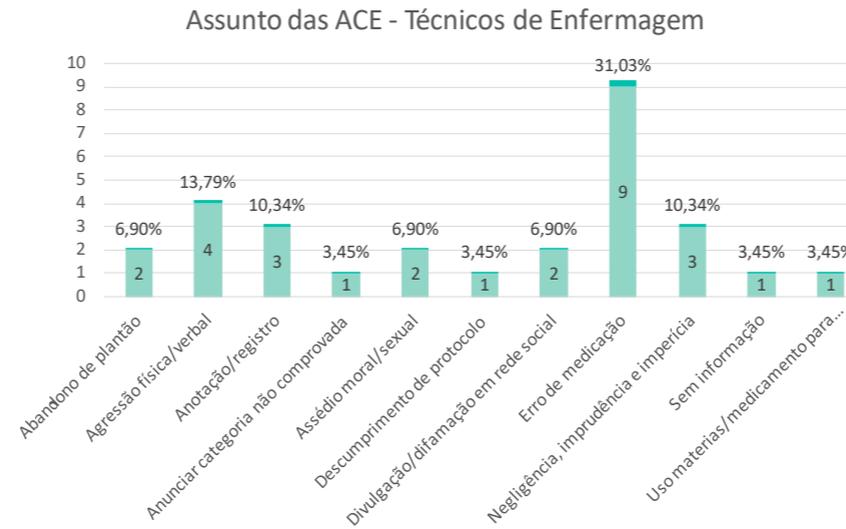
## 2.2 Distribuição dos Processos

### 2.2.1 – Segundo Sessão

A modalidade da audiência ou sessão que predominou foi a ACE virtual com 75,29% dos casos, sendo 51,69% das partes presentes simultaneamente e 23,60% com as partes em diferentes momentos. As ACE presenciais foram responsáveis apenas por 6,74%. O gráfico 6 demonstra que o Coren-SP se adaptou a realidade imposta pela Pandemia por Covid-19, segundo as orientações da Recomendação nº 100/2021 do CNJ.

### 2.2.2 – Conciliados por trimestre

No segundo trimestre de 2021 ocorreram 7 conciliações (8,97%). Período da implantação do NCE e das oficinas de treinamento e capacitação dos Conselheiros e Colaboradores. No terceiro trimestre ocorreram 41 conciliações (52,56%). O quarto trimestre 30 conciliações (38,46%); período marcado por feriados e recesso.



# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## 2.2.3 – Por ano de abertura

Os dados mostram que os processos de 49 ACE (55,06%) foram instaurados no ano de 2020, parecendo demonstrar um certo acúmulo e por consequência atraso nos encaminhamentos, quando comparamos com as 28 ACE (31,46%) no ano do 2021. O percentual reduz abruptamente nos três anos seguintes. Todavia, esforços devem ser empreendidos a fim de dar resolutividade com o menor tempo possível.

## 2.2.4 – Dos denunciantes

Os profissionais Enfermeiros aparecem como os maiores denunciantes em 38 (42,70%) dos casos. Ao somarmos o quantitativo do Coren-SP com as Comissões de Ética de Enfermagem (CEE), que representam o conselho nas instituições, temos o segundo maior valor com 19 (21,35%). Os familiares 15 (16,85%) dos casos. Os próprios pacientes 2 (2,25%). Os Auxiliares de Enfermagem 5 (5,62%) e Técnicos de Enfermagem 3 (3,37%).

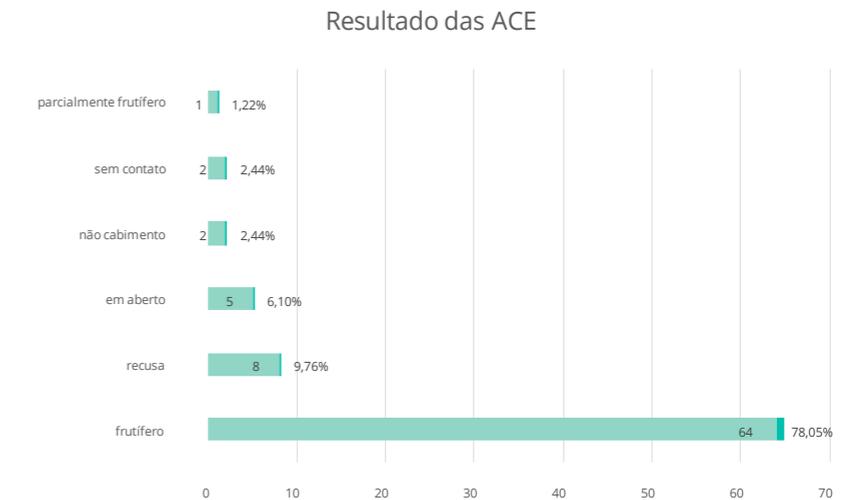
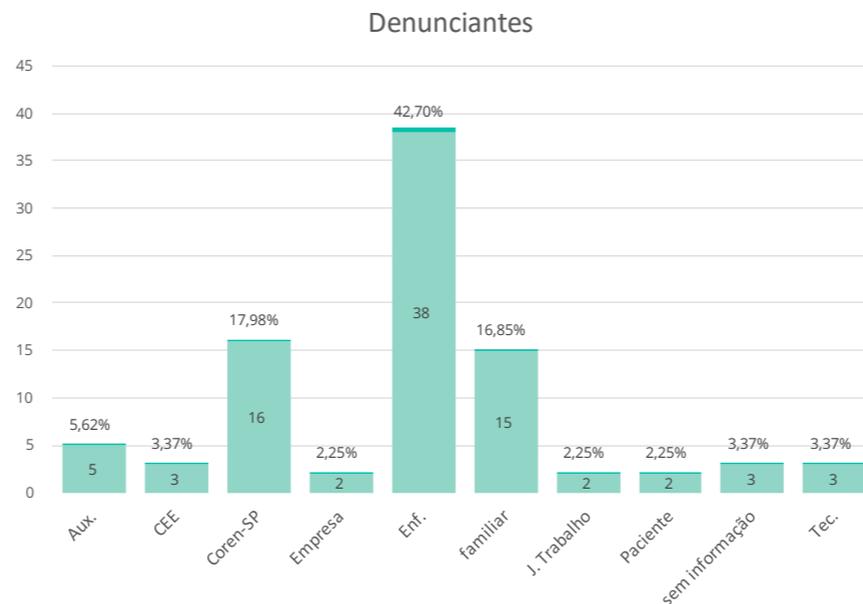
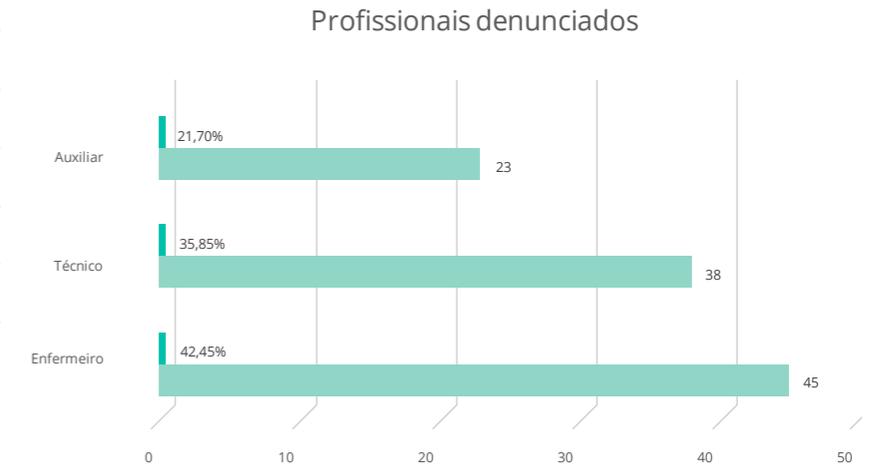
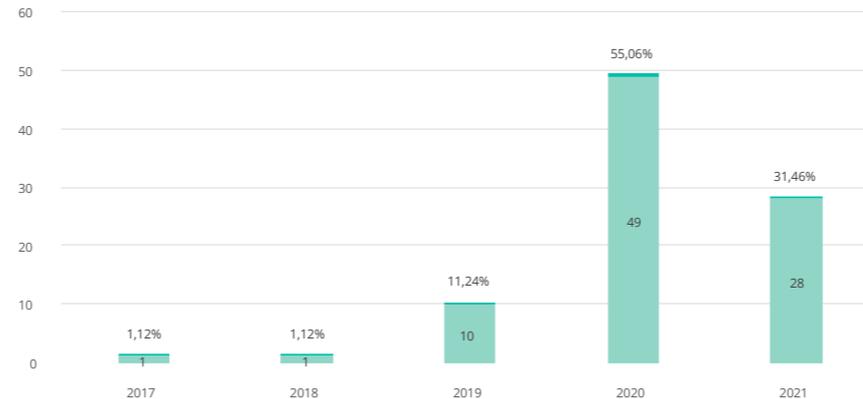
## 2.2.5 – Dos Profissionais denunciados

Os resultados mostram que a categoria dos Enfermeiros são os mais denunciados em 45 processos (42,45%), os Técnicos de Enfermagem em 38 casos (35,85%) e os Auxiliares de Enfermagem 23 (21,70%). Não houve registro de processos envolvendo Obstetritz.

## 2.3 - Resultados das ACE

### 2.3.1 – Segundo resultado

Em 64 ACE (78,05%) os resultados foram frutíferos, ou seja, as partes acordaram em encerrar o processo por meio da conciliação ética. Em 8 casos (9,76%) houve recusa na aceitação por conciliação. Uma ACE parcialmente frutífera, situação em que havia dois profissionais denunciados e apenas acordou pela conciliação. A outra parte reclamada decidiu por prosseguir no processo preferindo o julgamento e absolvição pelo plenária, por acreditar que a denúncia seja improcedente.



# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## 2.3.2 – Segundo modalidade das Conciliações

O ajustamento de conduta foi a modalidade mais aplicada e aceita pelas partes em 86,96%, dado extraído dos TAC, cujos processos conciliados estão de acordo com os assuntos referidos nas denúncias. O ajustamento de conduta implica ao profissional denunciado a realização de atividades de aprimoramento técnico disponíveis na plataforma do COREN-SP Educação, link: <https://portal.coren-sp.gov.br/educacao/atividades/>, de acordo com o assunto referido na denúncia. A retratação teve cabimento em 7,25% dos casos. Por decisão das partes houve um TAC com retração.

## 2.3.3 – Segundo atividades geradas

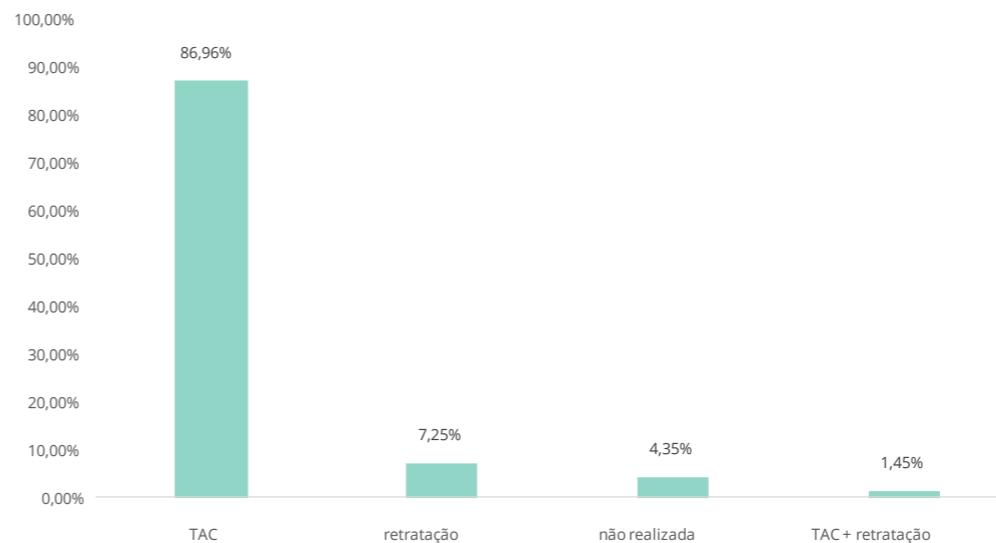
Conforme demonstra o Gráfico 14, os TAC geraram 105 atividades de aprimoramento. Em 17 TAC (30,36%) foram acordadas uma atividade ao profissional denunciado. Em outros 17 TAC (30,36%) 2 atividades. Em 14 TAC (25%) 3 atividades. Um TAC com a imposição de 5 atividades. O número de atividades a serem designadas é objeto de discussão, negociação e deliberação das partes envolvidas no processo. Em 7 TAC os profissionais foram designados para a realização do Programa de Aprimoramento Relacionado às Ocorrências Éticas de Erros de Medicamentos por estarem relacionados a este assunto.

## 3. INDICADORES

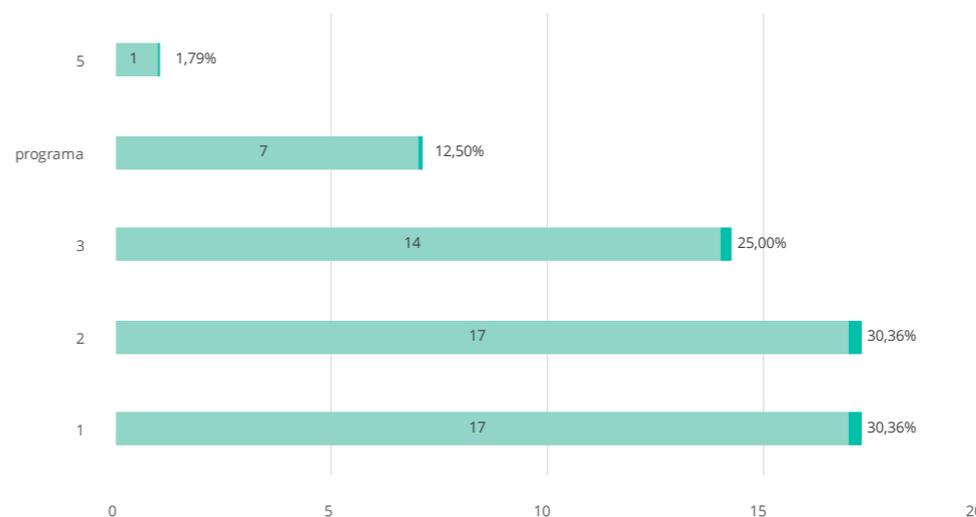
### 3.1 - De resultados

**3.1 – Percentual de ACE da fase de admissibilidade (PA). Cálculo considera as 23 ACE realizadas nesta fase sobre as 82 ACE do período. Resultado de 28%.**

Modalidade das Conciliações



Atividades Geradas por TAC



# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

**3.2 – Percentual de ACE da fase de Instrução (PE).** Cálculo leva em conta as 41 ACE realizadas nesta fase sobre as 82 ACE do período. Resultado de 50,00%.

**3.3 – Percentual de ACE da fase de Relatoria Final (PE).** Cálculo considera as 15 ACE realizadas nesta fase sobre as 82 ACE do período. Resultado de 18,30%.

**3.4 – Percentual de ACE da fase de Julgamento (PE).** Cálculo leva em conta as 3 ACE realizadas nesta fase sobre as 82 ACE do período. Resultado de 3,70%.

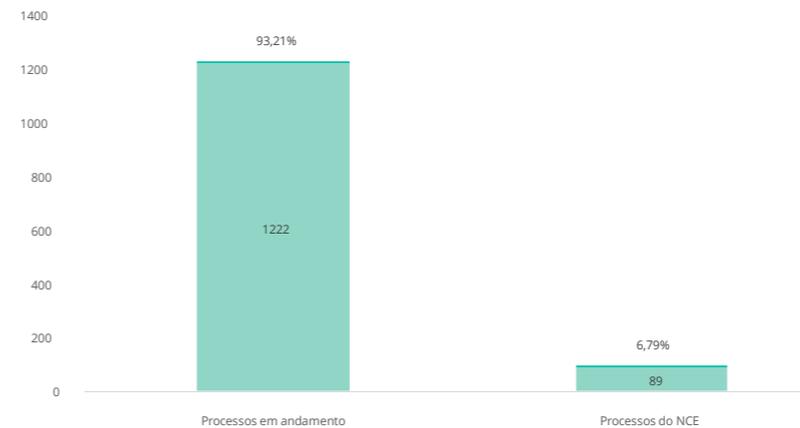
## 3.2 - De Efetividade

Cálculo que demonstra o resultado satisfatório das ACE, considerando o total de ACE realizadas no período. O resultado aponta 78% de efetividade, uma vez que, em 82 ACE, as partes deliberaram por um desfecho positivo, escolhendo a conciliação ética como forma de solução do conflito ético em 64 processos. Portanto, a ACE, quando conduzida de acordo com as normas previstas, pode alcançar resultados positivos para os interessados.

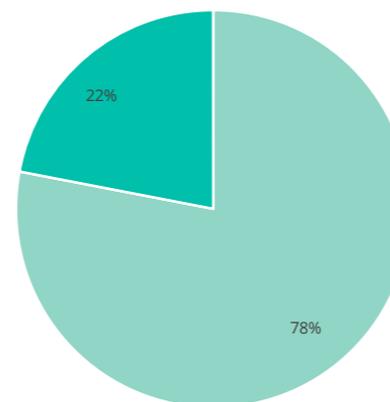
## 3.3 - De Eficiência do NCE

Cálculo realizado considerando o quantitativo de processos analisados para ACE (89) sobre o total de processos em andamento na Gerência de Processo Ético (1222). O resultado foi de 6,79%. Trata-se de um valor inicial de referência para que possamos avaliar sobre que ações poderão se desenvolver a fim de obter acréscimo gradual nos futuros índices. Nesse sentido, os agentes envolvidos em todas as fases processuais poderão, precocemente, avaliar o cabimento de ACE e ofertar às partes. E, simultaneamente, registrar as recusas e suas possíveis causas, permitindo-nos mensurar e elaborar parâmetros e ações de melhoria da eficiência das ACE e do NCE.

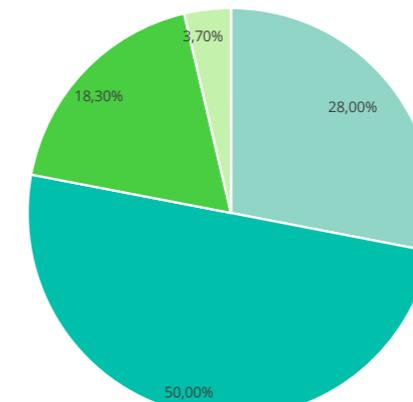
Indicador de Eficiência



Indicador de Efetividade



Indicadores de Resultado



- Percentual de ACE x Fase Admissibilidade
- Percentual de ACE x Comissão de Instrução
- Percentual de ACE x Relatoria Final
- Percentual de ACE x Julgamento

■ Efetividade das ACE x ACE Realizadas

■ ACE não efetivas X ACE Realizadas

# Processo Ético e Núcleo de Conciliação Ética Disciplinar Profissional

## 3 - Conclusões

A ACE tem se mostrado uma ferramenta muito eficiente na resolução de conflitos éticos. Os resultados são frutos de investimentos em capacitação de Conselheiros e Colaboradores, acrescido da disponibilização de recursos materiais, e da disposição e aceitação das partes.

É inquestionável que a mensuração dos resultados quantitativos das ACE se constitui num marco significativo para o Coren-SP, a partir do qual poderemos, em futuros marcos temporais, tecer comentários comparativos relativos à sua eficiência e eficácia, bem como servir como importante referência de meta, produtividade e de avaliação do procedimento de ACE e do NCE que assessora os Conciliadores.

Portanto, Conselheiros e Colaboradores envolvidos nos processos administrativos e éticos, devem-se empenhar na contínua busca em ampliar a análise de processos e ofertar às partes, precocemente, o recurso da conciliação ética, cujo método de solução de conflito ético está respaldado pelo CPED.

Os assuntos referidos nos processos estavam em consonância com o CEPE e demais resoluções e pareceres exarados pelo Sistema COFEN/COREN-SP, demonstrando sintonia com a legislação que disciplina o exercício dos profissionais de Enfermagem.

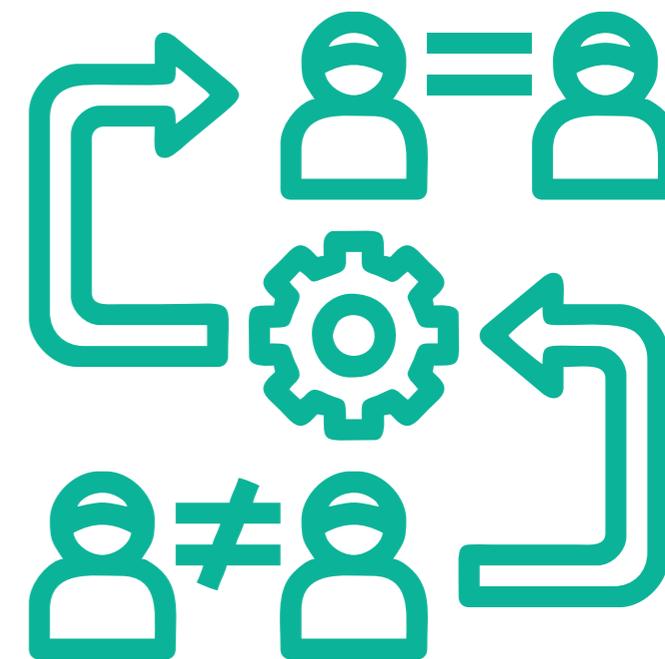
O processo não é finalizado com a assinatura do TAC. Ele impõe ao profissional a necessidade de execução da atividade compromissada, seja em relação ao programa de aprimoramento ou das palestras e cursos. Portanto, é fundamental acompanhar o seu cumpri-

mento, caso contrário, será dado prosseguimento ao processo.

Para tanto, é necessário que no conteúdo programático do COREN-SP Educação sejam disponibilizadas, regularmente, palestras que correspondam aos assuntos referidos nos respectivos TAC, para que o profissional possa cumpri-lo dentro do período estabelecido, que é de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do termo.

Pelos resultados alcançados, pontua-se que as ACE devam receber especial atenção, considerando-se a possibilidade de tê-las com primeira alternativa para solução de conflitos éticos das denúncias que preenchem os requisitos estabelecidos. Desse modo, contribuir para uma cultura de paz no ambiente laboral, melhoria na qualidade de vida e de trabalho dos profissionais de enfermagem e garantir uma assistência segura para o paciente.

**A ACE tem se mostrado uma ferramenta muito eficiente na resolução de conflitos éticos**





**Coren-SP Educação**

# Coren-SP Educação

## I. Apresentação da unidade

O Coren-SP Educação é uma unidade do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo que atua no desenvolvimento de atividades de aprimoramento profissional de enfermagem de forma gratuita, equiparada à atividade fim da autarquia, considerando seu papel na qualificação de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e, conseqüentemente, contribuindo para a minimização dos riscos de danos decorrentes da indevida prática profissional, contribuindo de forma educativa e preventiva nas ações de fiscalização, processo ético e disciplina do exercício profissional de enfermagem. Para mais informações sobre o Coren-SP Educação clique em: <https://portal.coren-sp.gov.br/educacao/>

As atividades de aprimoramento profissional desenvolvidas na unidade incluem palestras, aulas, oficinas, cursos e visitas monitoradas cuja programação e datas encontram-se disponíveis em <https://portal.coren-sp.gov.br/educacao/atividades/> e há possibilidade de cessões de espaço, com a disponibilização de espaços físicos e recursos da unidade para a realização de treinamentos e outras atividades de cunho educacional destinadas ao profissional de enfermagem. Os requerimentos são feitos através do site: <https://portal.coren-sp.gov.br/cessao-de-espaco-e-visitas-monitoradas/>, e estão sujeitos à aprovação, em conformidade com as normas preestabelecidas. Contudo, em virtude da Pandemia da Covid-19, o Coren-SP adotou todas as medidas preconizadas pelos órgãos oficiais de saúde

e do Cofen, para garantir a segurança dos inscritos e frequentadores, evitando aglomerações. Dessa forma, as atividades e eventos presenciais na unidade do Coren-SP Educação estão suspensas desde 17/03/2020. Para atendimento de suas ações, o Coren-SP Educação, localizado na região central da capital de São Paulo, possui uma estrutura física composta por dois auditórios, um com 92 (noventa e dois) lugares, e outro com 155 (cento e cinquenta e cinco) lugares; uma Sala de Aula, com capacidade para 45 (quarenta e cinco) pessoas; uma Sala de Reunião, com capacidade para 20 (vinte) pessoas; e um Núcleo de Simulação com três laboratórios: Saúde do Adulto, Saúde da Mulher e Saúde da Criança.

A unidade ainda conta com um Bibliotecário, prestando atendimento à orientação de pesquisa bibliográfica, normatização de trabalhos científicos e consulta à base de dados, bibliotecas virtuais e físicas de enfermagem. O Bibliotecário do Coren-SP Educação está atendendo através do e-mail: [biblioteca@coren-sp.gov.br](mailto:biblioteca@coren-sp.gov.br). Para mais informações acesse: <https://portal.coren-sp.gov.br/educacao/biblioteca/>

A equipe do Coren-SP Educação é composta por uma Gerente Administrativa, um Coordenador Administrativo, três Agentes Administrativos, três Recepcionistas, um Copeiro, uma Enfermeira de Educação Permanente, uma Agente de Laboratório, dois Técnicos de Som e Imagem e um Bibliotecário.

## II. Produtividade

A programação das atividades promovidas pelo Coren-SP Educação é elaborada com antecedência, cujos temas são determinados através das necessidades levantadas durante as visitas fiscalizatórias nas instituições de saúde (principais notificações lavradas por termos de fiscalização) e sugestões oriundas dos profissionais de enfermagem através do canal Fale Conosco, chat das atividades, pesquisas, entre outros meios.

De acordo com os temas previstos no planejamento da programação, os profissionais são selecionados para ministrar as atividades no programa de educação permanente através de um cadastro prévio efetuado voluntariamente por enfermeiros de diversas áreas de conhecimento. Ao preencher o cadastro em <https://portal.coren-sp.gov.br/programa-de-educacao-permanente-cadastro-de-palestrantes/> os enfermeiros permanecem inscritos em um banco de dados e poderão ser convidados a desenvolver as atividades tanto presencialmente, quanto online conforme as ações do Coren-SP Educação.

A agenda de atividades encontra-se disponível no site do Coren-SP e as inscrições são gratuitas para os profissionais de enfermagem inscritos regularmente neste Conselho. São diversos temas que visam contribuir para a atualização e aperfeiçoamento do profissional de enfermagem. As modalidades incluem atividades como palestras, aulas, cursos e oficinas,

# Coren-SP Educação

apoiadas por recursos tecnológicos de simulação, que possam contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à profissão.

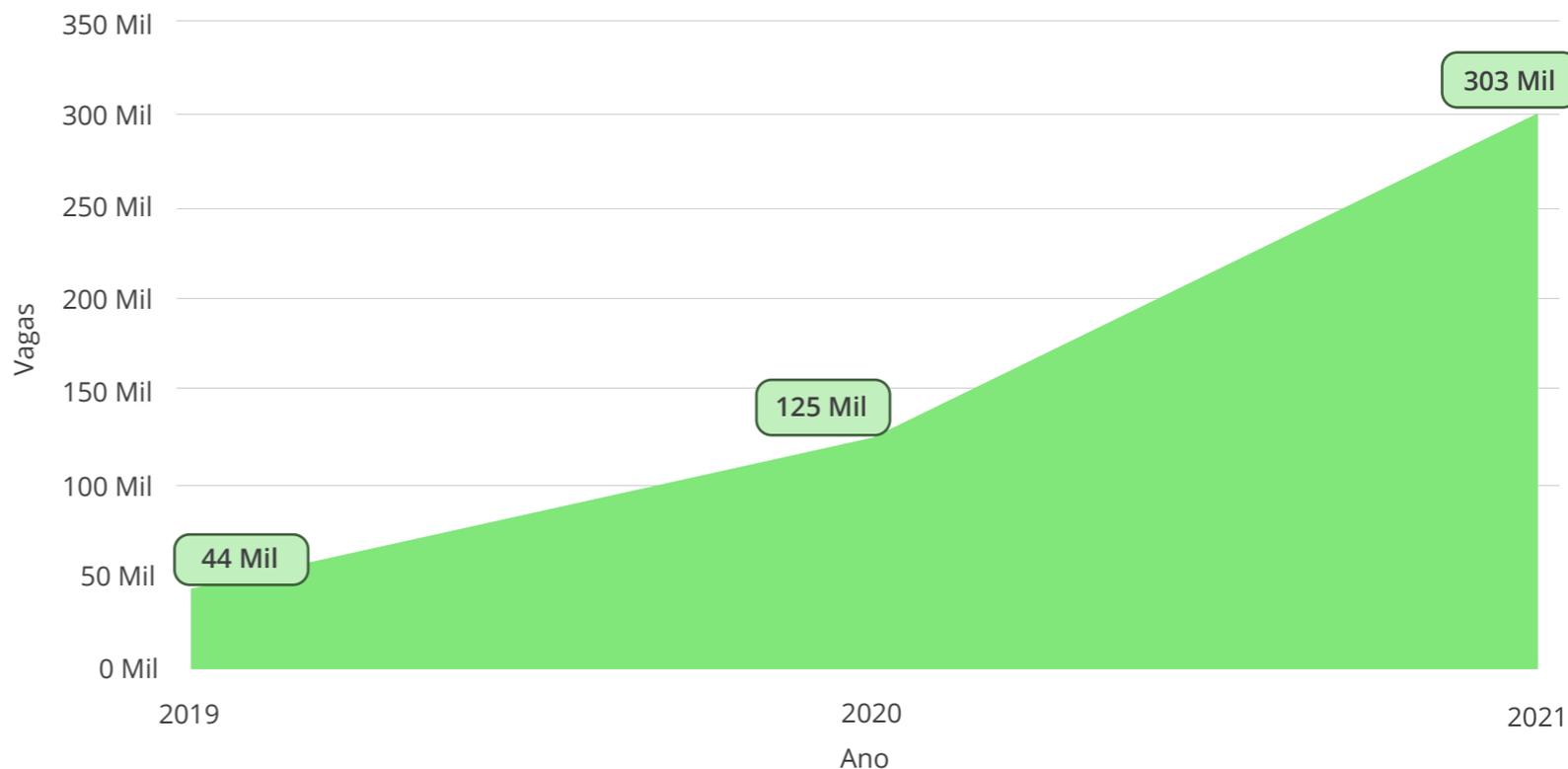
As atividades promovidas pela unidade incluem a emissão de certificado e oportunidades de participação inclusive para estudantes de enfermagem (exceto alguns temas que são restritos apenas aos profissionais). No início do ano de 2020, em virtude das restrições decorrentes da pandemia causada pela COVID-19, o Coren-SP Educação deixou de realizar atividades presenciais, passando à modalidade exclusivamente online, mantendo dessa forma durante os anos de 2021 e 2022, até que sejam retomadas as atividades presenciais novamente.

A atuação da unidade sofreu significativa alavancagem durante a pandemia, considerando as demonstrações numéricas no quantitativo de profissionais de enfermagem favorecidos pelas ações educativas, as oportunidades de vagas oferecidas e especialmente, a diligência na gestão dos recursos, otimizando os equipamentos audiovisuais existentes e ampliando a abrangência das atividades a todos os profissionais do estado de São Paulo.

O número de vagas a cada ano aumentou expressivamente, principalmente em decorrência às ações promovidas remotamente como as transmissões online. Dessa forma acolhendo todos os profissionais que buscaram o aprimoramento profissional neste Conselho.

## Comparativo 2019 2020 2021

### Número de vagas disponibilizadas



# Coren-SP Educação

Ao longo dos últimos três anos o número de inscritos triplicou, demonstrando o amplo interesse dos profissionais pelas atividades de aperfeiçoamento promovidas pela autarquia.

Comparativo 2019 2020 2021



“Ao longo dos últimos três anos o número de inscritos triplicou”

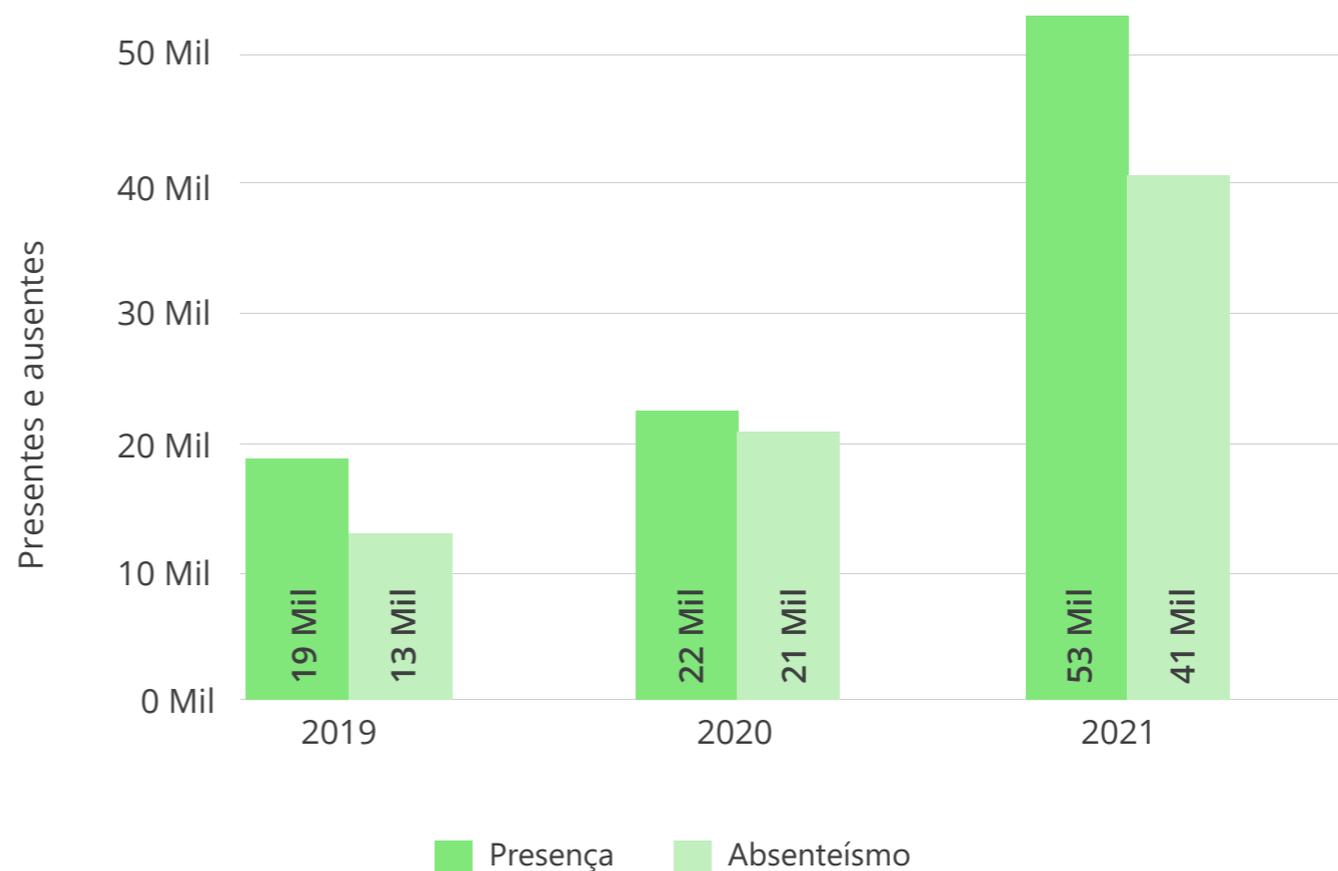
# Coren-SP Educação

Cabe citar que as ações desenvolvidas pelo Coren-SP Educação são de adesão voluntária dos profissionais, restando como trabalho da unidade a disponibilização das atividades e suas respectivas vagas. Algumas estratégias que visam a melhoria nos percentuais de inscrição e presença são realizadas através de mecanismos de controle preventivos a fim de coibir o absentismo. Como adequação de prazos para a disponibilização de agenda e para a abertura de inscrições, reenvio de protocolos de inscrição 24 horas antes da atividade, divulgações das atividades em diversos canais de comunicação da instituição e aplicação de sanções, em caso de faltas injustificadas nas atividades presenciais com número de vagas restrito.

**“Algumas estratégias que visam a melhoria nos percentuais de inscrição e presença são realizadas através de mecanismos de controle preventivos a fim de coibir o absentismo”**

## Comparativo entre os anos de 2019 a 2021

### Presença X Absenteísmo



# Coren-SP Educação

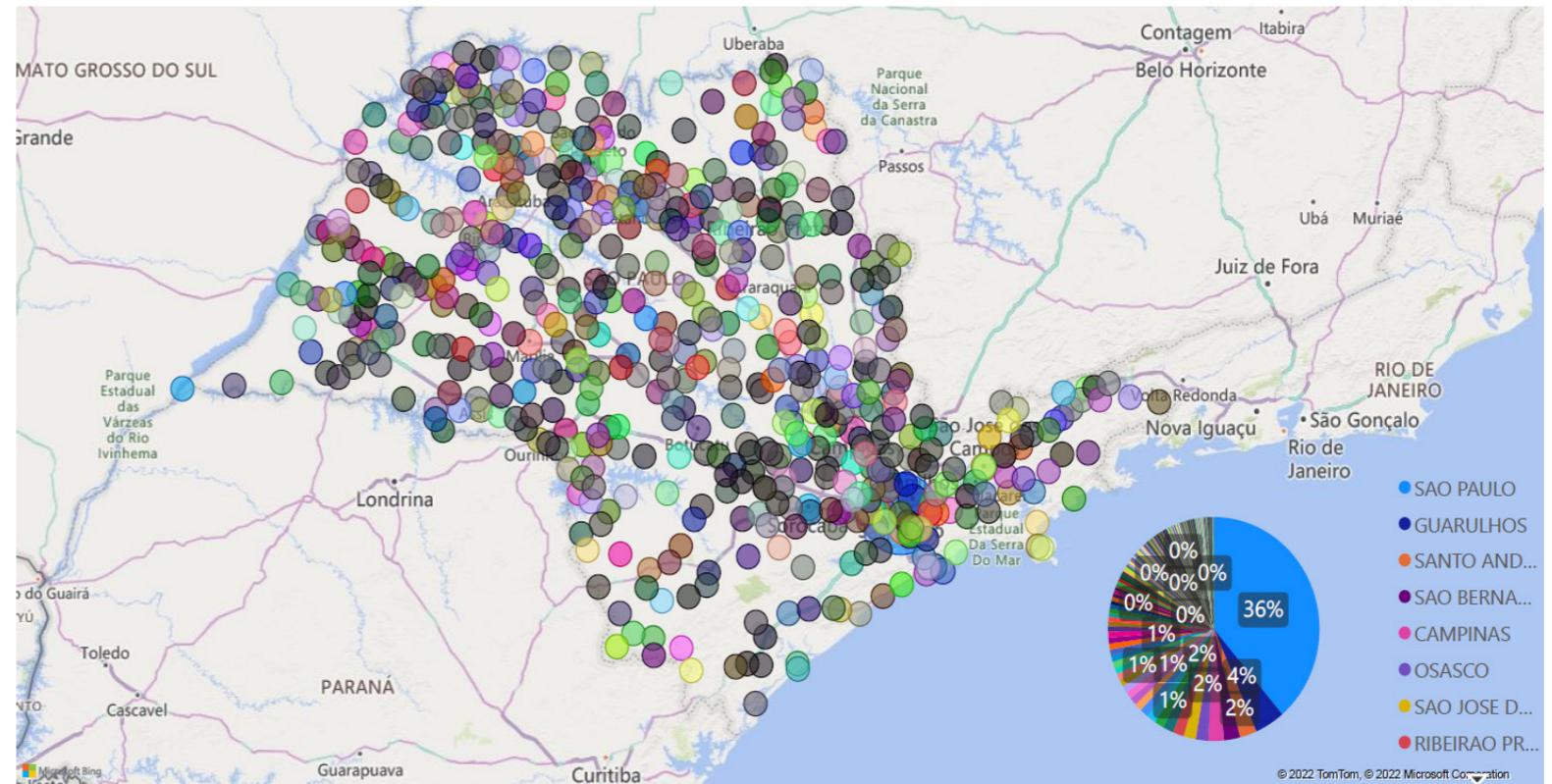
Apesar de grande número de inscritos que por alguma razão deixam de participar da atividade, ainda a taxa de presentes é maior do que os ausentes.

Importante ressaltar o trabalho desenvolvido pela Gerência de Comunicação do Coren-SP, que através da ampla divulgação das atividades pelos canais de comunicação da autarquia, se faz essencial para aumentar o alcance das atividades de aprimoramento voltadas aos profissionais e estudantes de enfermagem de São Paulo.

A migração das atividades para a modalidade online, possibilitou ampliar o alcance das atividades de aprimoramento pelas diversas regiões do estado, amenizando questões como distância e barreiras de deslocamento que certamente acabam sendo um obstáculo para a participação presencial. O gráfico abaixo demonstra que o Coren-SP promove ações que favorecem os profissionais de maneira ampla e igualitária, oportunizando a todos os profissionais, inclusive os residentes mais distantes.

**A migração das atividades para a modalidade online, possibilitou ampliar o alcance das atividades de aprimoramento pelas diversas regiões do estado**

## Residência dos participantes



# Coren-SP Educação

A maior porcentagem de participantes nas atividades de aperfeiçoamento profissional foi dos enfermeiros (47,5%), representados pelos inscritos no Quadro I. Seguido do Quadro II composto por Técnicos de Enfermagem (30,8%) e Quadro III de Auxiliares de Enfermagem (21,6%). Demais categorias como obstetrizas e atendentes de enfermagem também participaram.

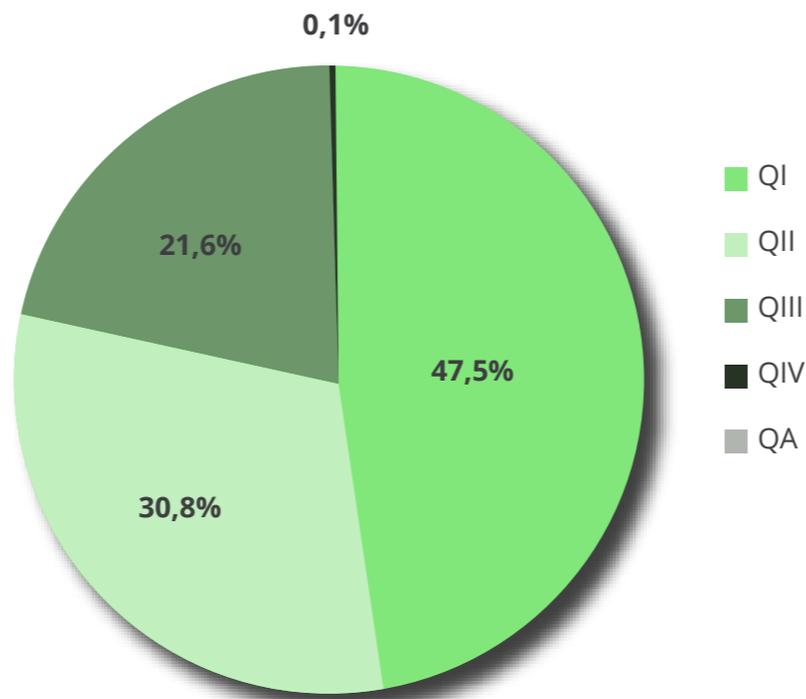
Dentre os participantes das atividades, a maioria são profissionais empregados, o que ressalta a importância das atividades de aprimoramento promovidas por este Conselho, visando a qualidade e a segurança na prestação da assistência à saúde. Ainda, ampliar a reflexão sobre a importância da educação permanente como meio de viabilizar o aprimoramento técnico, ético e legal dos profissionais.

Menor porcentagem são os profissionais desempregados, o que também destaca a importância das atividades desenvolvidas pela oportunidade de beneficiar e aperfeiçoar esses profissionais que buscam inserção/recolocação no mercado de trabalho.

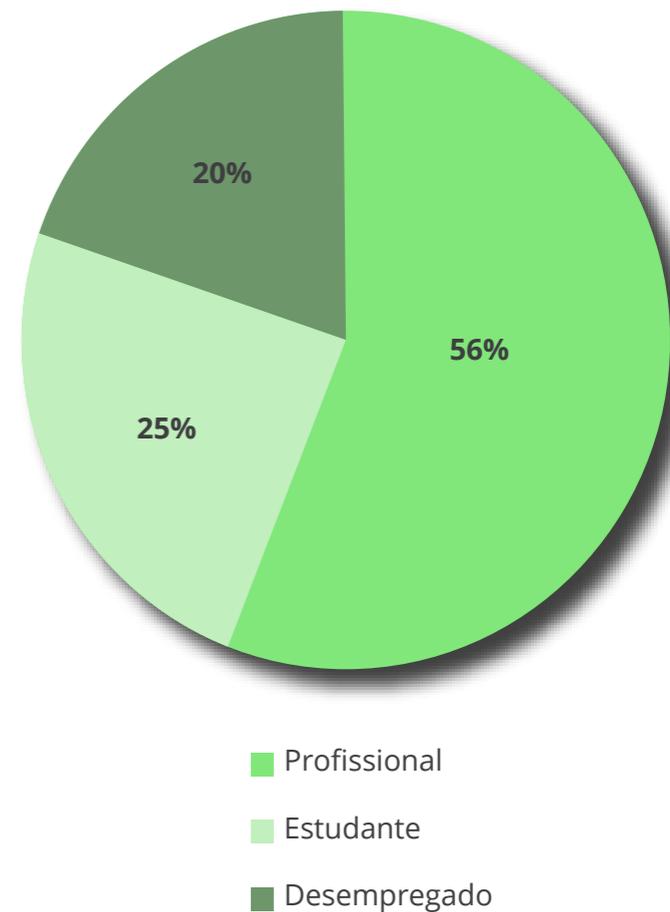
**[...] a maioria são profissionais empregados, o que ressalta a importância das atividades de aprimoramento [...] visando a qualidade e a segurança na prestação da assistência à saúde.**

## Comparativo 2019 2020 2021

### Categorias



### Ocupação



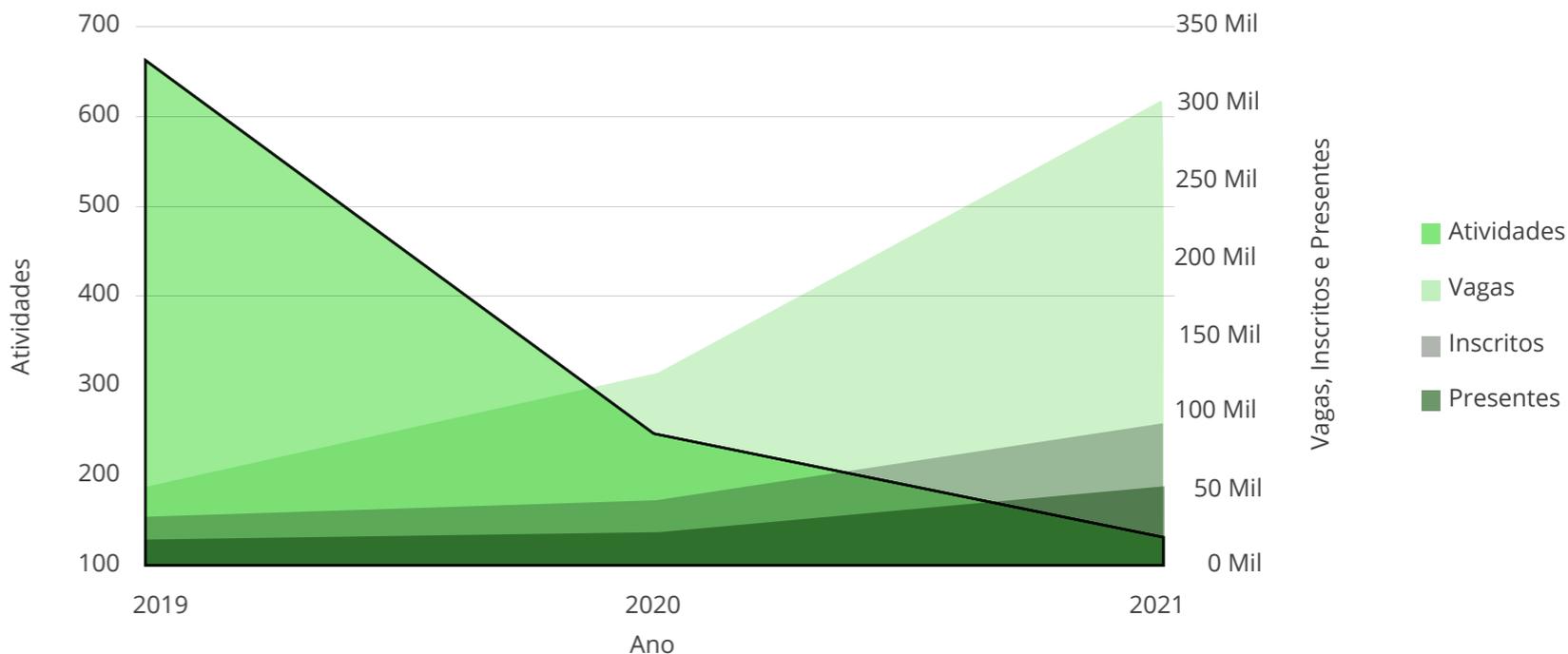
# Coren-SP Educação

O gráfico abaixo demonstra que devido à inserção das atividades online, os números de inscritos e participantes foram significativos e crescentes, sendo atingida a meta de resultados esperados, mesmo com decrescente número total de atividades promovidas ao longo dos anos de 2020 e 2021, devido a pandemia de Covid-19 que levou a interrupção abrupta das atividades presenciais como visitas monitoradas, oficinas, aulas e palestras (capital, interior e litoral).

Importante mencionar que este período foi significativo para o aprimoramento de técnicas utilizadas para a promoção das atividades online pelos colaboradores da unidade, contudo, jamais poderá substituir as ações educacionais presenciais. De fato, o nível de excelência atingido sinaliza para a continuidade dessa modalidade em nossa agenda de atividades, requerendo apenas o investimento em recursos que possam aprimorar a qualidade. Considerando os resultados positivos dessa modalidade, as atividades online substituíram definitivamente as atividades do PEP - Programa de Educação Permanente Interior e Litoral, que eram palestras realizadas até o início de 2020 nos municípios onde o Coren-SP possui subseções. As ações online, além de menos onerosas, permitem maior abrangência de público em todas as localidades do Estado e tiveram uma excelente aceitação pelos profissionais de enfermagem inscritos neste Conselho.

As atividades online consistem em palestras ministradas por especialistas de diversas áreas da enfermagem, com duração de aproximadamente 2h30min, muitas vezes incluindo simulações e demonstrações de atendimentos/procedimentos durante a atividade.

### Comparativo 2019 2020 2021



# Coren-SP Educação

Os temas de destaque que despertaram maior interesse por parte dos profissionais foram relacionados a segurança do paciente, manuseio de equipamento para terapia infusional e assunto relacionado a cardiologia.

Evento com mais presentes em 2019

**Segurança na Administração de Medicamentos**

Evento com mais presentes em 2020

**Cuidados com bombas de infusão**

Evento com mais presentes em 2021

**Eletrocardiograma (ECG) para a Enfermagem**

São abordados diversos temas ao longo do ano, e muitos com demonstração de procedimentos apoiados pelo uso de simuladores. Reproduzir o cotidiano das práticas de enfermagem certamente facilita a compreensão e o aproveitamento por parte dos participantes.



Atualização na terapia com insulina no tratamento de diabetes



Enfermagem na prevenção contra o câncer de colo de útero, com demonstração do exame preventivo realizado pelo enfermeiro



A Prática do banho no leito como medida terapêutica com demonstração detalhada do procedimento

# Coren-SP Educação



Manejo no parto Iminente pela equipe de enfermagem não especialista com simulação



Atendimento inicial na parada cardiorrespiratória em tempos de pandemia covid-19



Atualização na passagem de sonda enteral: demonstração da técnica para enfermeiros



Assistência ao cliente com lesão de pele

# Coren-SP Educação



Equipe do Coren-SP Educação atuando durante a transmissão da atividade online



Ação no Outubro Rosa: mês de prevenção do câncer de mama



Demonstração da ventilação em lactente para os participantes online



Atendimento na parada cardiorrespiratória do adulto no ambiente intra-hospitalar

# Coren-SP Educação

Esse diferencial tem contribuído para a qualidade das atividades e atendimento das expectativas dos profissionais. Frequentemente recebemos manifestações positivas dos participantes que interagem no chat durante as transmissões ratificando a importância dessas atividades para a melhoria dos conhecimentos inerentes à profissão.

Segundo sondagem realizada por esse Conselho junto aos profissionais de enfermagem em 2021, foi possível levantar dados que nortearão as diferentes ações de aperfeiçoamento para os profissionais de enfermagem, inscritos no Coren-SP.

Diante dos resultados é evidente a importância das atividades presenciais, principalmente aquelas que oportunizam o profissional aperfeiçoar as suas habilidades, no sentido de melhorar a destreza no que diz respeito às técnicas e procedimentos de enfermagem, tão essenciais para a segurança e qualidade da assistência da enfermagem, e que as atividades somente online não provem.

Dados levantados nessa sondagem demonstraram:

- Quanto a ocupação atual dos profissionais de enfermagem que participaram:

73,3% são profissionais empregados  
24,6% são profissionais desempregados

- Qual a melhor modalidade para o aprendizado dos profissionais:

56,5% apontaram para a modalidade presencial ou híbrida (presencial e remota). Destacando o reconhecimento por parte dos profissionais sobre a importância das atividades presenciais existirem.

- Qual o formato preferido nas atividades presenciais: 93,4% apontaram que a atividade prática é importante integrante nas atividades de aperfeiçoamento profissional. O que reforça a importância da promoção de atividades que permitem o aperfeiçoamento, adquirir destreza das habilidades práticas, técnicas/procedimentais inerentes a Enfermagem.

Em 2021, a equipe do Coren-SP Educação elaborou o primeiro curso do Programa de Aprimoramento Relacionado às Ocorrências Éticas – Relacionado a Erro de Medicamentos na plataforma de educação digital (plataforma Moodle). Antes, esse Programa era oferecido exclusivamente na modalidade presencial, para os profissionais que cometeram infração ética relacionada a administração de medicamentos e formalizaram o Termo de Ajustamento de Conduta. Essa oportunidade de aperfeiçoamento aos profissionais de enfermagem oferecida pelo Conselho, busca a inócuência de falhas similares e melhoria da assistência de enfermagem.

A partir dessa nova modalidade à distância, todos os profissionais do estado podem participar sem prejuízos em sua jornada de trabalho, sem custos adicionais e dentro de uma construção pedagógica, numa linha de aprendizagem. Dessa forma, em conformidade com um dos projetos inseridos no Planejamento Estratégico e indo além, em 2022 a meta será ampliar os

temas de acordo com as principais ocorrências éticas nos últimos anos.

Para finalizar, a unidade é responsável pela emissão de certificados para os participantes das Oficinas de Dimensionamento promovidas pelo setor da Fiscalização. Em 2021 foram 51 atividades e 556 certificados emitidos.

## III. Conclusão

Conforme os resultados da unidade apresentados, por mais um ano foi superada a expectativa de atendimento profissional, mesmo diante de limitações estruturais e de recursos, como as impostas pela pandemia causada pela COVID-19. Em 2022 há um planejamento de retomada das atividades presenciais para os profissionais de enfermagem, quando for possível realizar de forma segura.

O papel do Coren – SP Educação, mais do que nunca, se apresenta como fundamental no processo de construção de uma categoria profissional qualificada para a prestação dos serviços de enfermagem e, assim, reafirma-se como um mecanismo eficaz para alcançar a excelência na assistência e, por consequência, minimizando os riscos de danos decorrentes de uma assistência de enfermagem prestada de uma maneira inapropriada, o que vai ao encontro da finalidade do Conselho.



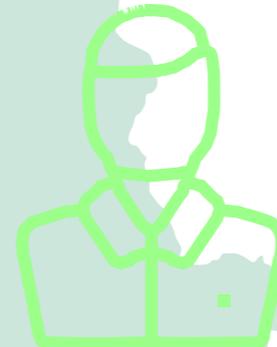
# Gerência de Atendimento ao Profissional

# Gerência de Atendimento ao Profissional

## Quem somos Números do Coren-SP



**154.872**  
enfermeiros



**273.718**  
técnicos de  
enfermagem



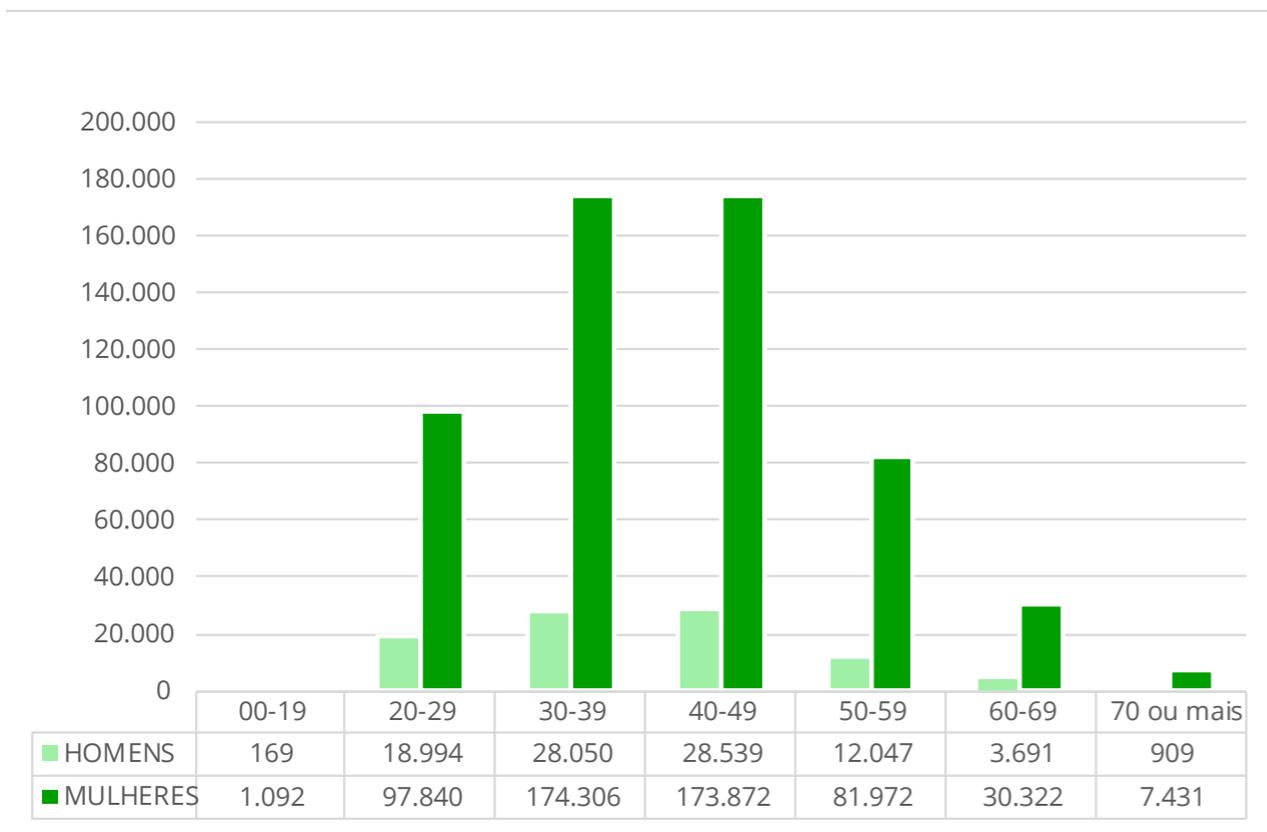
**230.328**  
auxiliares de  
enfermagem

**316**  
obstetrizes



# Gerência de Atendimento ao Profissional

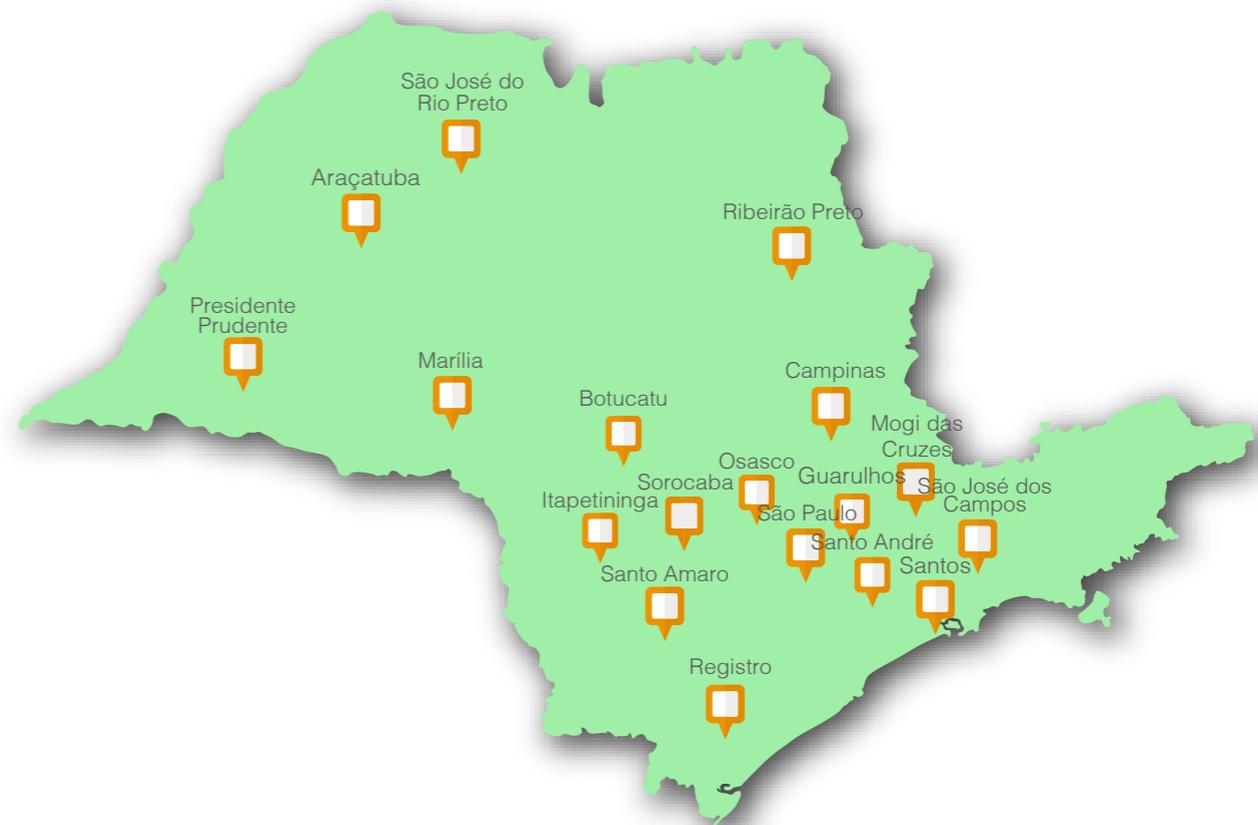
## Distribuição dos inscritos por faixa etária e gênero



Para obter dados em tempo real, acesse:  
<https://portal.coren-sp.gov.br/enfermagem-numeros>

## Estrutura organizacional

Com Sede no município de São Paulo, o Coren-SP conta, também, com 19 unidades descentralizadas de atendimento ao profissional, localizadas na Capital, Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Litoral



Para verificar os endereços das unidades do Coren-SP, acesse:  
<https://portal.coren-sp.gov.br/fale-conosco/enderecos/>

# Gerência de Atendimento ao Profissional

## Principais canais de comunicação com a sociedade

Em virtude da pandemia de Covid-19, a ferramenta passou a ser utilizada também para recebimento de solicitações de serviços, como registro de especialidades, solicitação e revogação de suspensão da inscrição, regularização da inscrição definitiva sem título, com a apresentação do diploma ou certificado devidamente registrado, entre outros.

## Atendimento Presencial

Em virtude da pandemia de Covid-19, o Coren-SP, o Coren-SP adotou todas as medidas preconizadas pelos órgãos oficiais de saúde e do Cofen para garantir a segurança dos inscritos e evitar deslocamentos desnecessários.

Dessa forma, para proteção e comodidade dos profissionais de enfermagem, os serviços de inscrição passaram a ser exclusivamente online.

Para serviços que envolvam emissão de carteira de identidade profissional, o atendimento deve ser presencial, mediante agendamento prévio no site do Coren-SP (<https://agendamento.coren-sp.gov.br/>).

## Projeto Conselheiro Participativo

Atendimento realizado através de visitas dos Conselheiros do Coren-SP às instituições de saúde para esclarecimentos de dúvidas sobre a ética e legislação profissional, bem como de serviços realizados pelo Conselho.

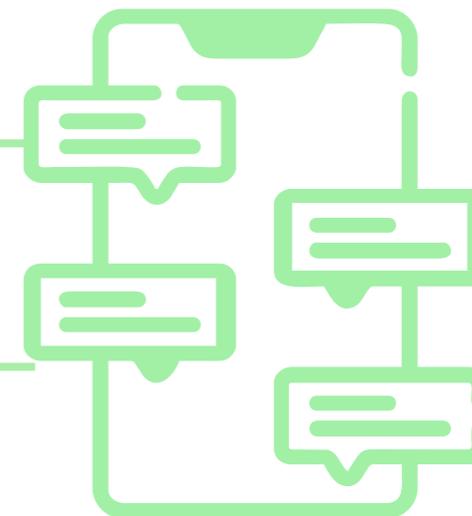


### Atendimento telefônico

Disponibilizado através do número (11) 3225-6300, presta atendimento ao profissional de enfermagem e sociedade de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00

### Chat

Disponível no site do Coren-SP, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00



### Canal Fale Conosco

As demandas são recebidas através de formulário eletrônico disponível no site do Coren-SP (<https://portal.coren-sp.gov.br/fale-conosco/>)

# Gerência de Atendimento ao Profissional

## Gerência de Atendimento ao Profissional

Área responsável pelo registro e manutenção do cadastro dos profissionais de enfermagem atualizados de acordo com as determinações do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen e dos órgãos educacionais. Dada as dimensões do Estado de São Paulo, é dividida em Capital e Região Metropolitana e Interior e Litoral, de modo a garantir a uniformidade no atendimento ao profissional de enfermagem.

## Resultados



### Inscrições concedidas

2020: 56.557

2021: 58.634

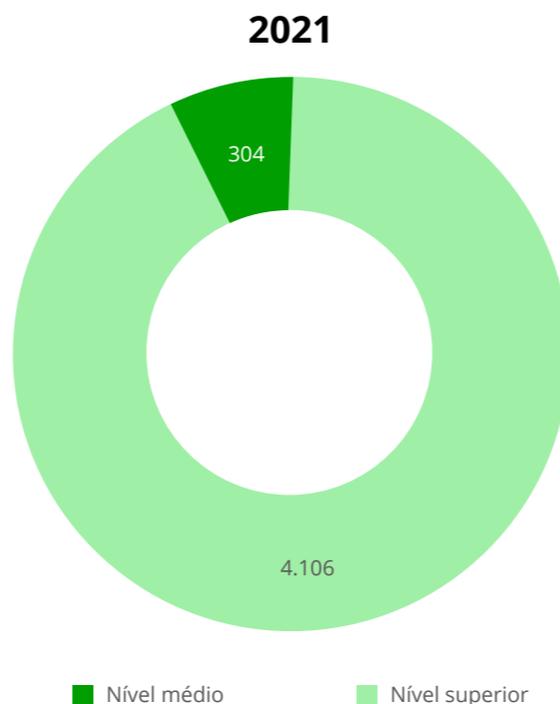
Informações sobre pedido de inscrição:

<https://portal.coren-sp.gov.br/inscricao-definitiva-principal/>

## Registro de especialista

2020: 2.931

2021: 4.410



Informações sobre o registro de especialista  
Auxiliares e técnicos de enfermagem:  
<https://portal.coren-sp.gov.br/registro-de-especializacao-auxiliares-e-tecnicos-de-enfermagem/>

Enfermeiros e obstetrias:  
<https://portal.coren-sp.gov.br/registro-de-especializacao-enfermeiros-e-obstetrias/>



### Atendimento telefônico

2020: 82.153

2021: 108.679



### Fale Conosco

2020: 179.206

2021: 129.314



### Atendimento chat

2020: 73.962

2021: 134.604

# Gerência de Atendimento ao Profissional

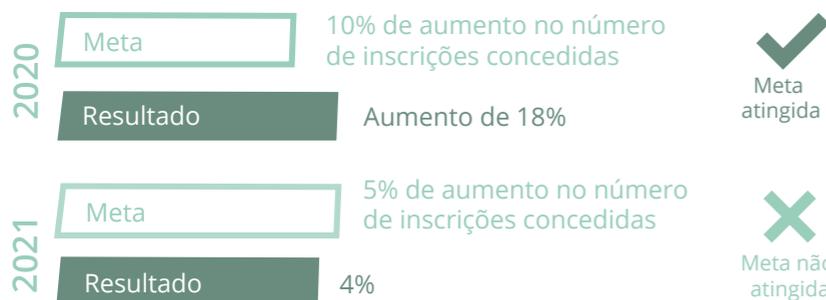
## Indicadores

Em virtude da pandemia de Covid-19, verificou-se um aumento expressivo no quantitativo de solicitações de inscrição durante o ano de 2020, uma vez que ocasionou aumento significativo na oferta de empregos.

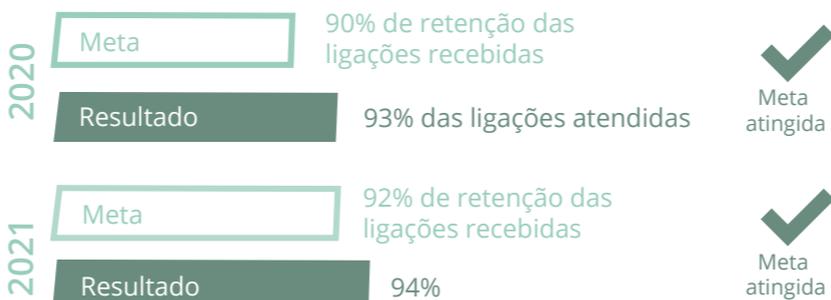
A redução na demanda de solicitações de registro de especialidades durante o ano de 2020 se deu em virtude das restrições ocasionadas pela pandemia de Covid-19 na esfera educacional. Com a flexibilização das restrições sanitárias, verificou-se crescimento na demanda de solicitações de registro de especialista.

A variação de 108% na demanda de Fale Conosco no ano de 2020 se deu em virtude da pandemia de Covid-19, quando pedidos de serviços de inscrição, anteriormente recebidos de forma presencial, passaram a ser solicitados através do Fale Conosco até finalização de sistema próprio para recebimento de pedidos de inscrição, que ocorreu no mês de julho do mesmo ano.

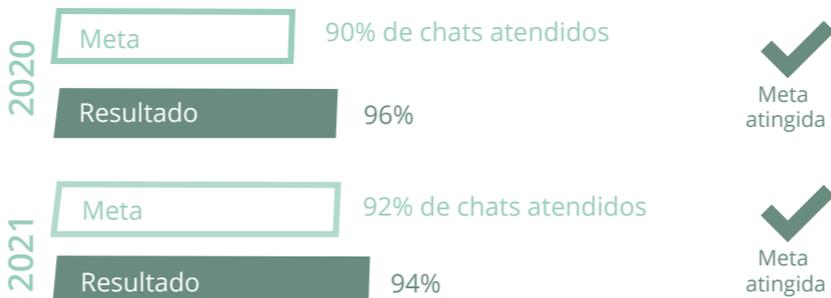
### Concessão de inscrição



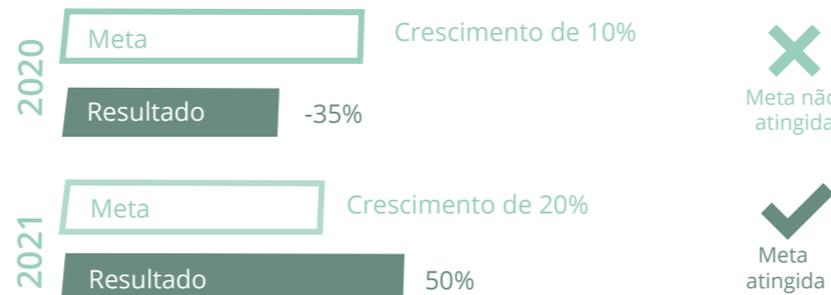
### Atendimento telefônico



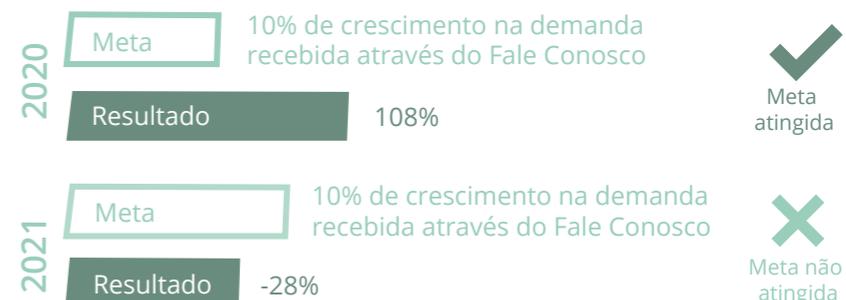
### Chat



### Concessão de Registro de Especialista



### Fale Conosco



Em virtude da pandemia de Covid-19, verificou-se um aumento expressivo no quantitativo de solicitações de inscrição durante o ano de 2020



# Gerência de Gestão de Pessoas

# Gerência de Gestão de Pessoas

## Quadro de Empregados

O quadro funcional da Autarquia engloba efetivos, comissionados, efetivos com cargos em comissão, efetivos com função gratificada e adidos/cedidos.

Cargos efetivos são aqueles ocupados por empregados públicos devidamente classificados e aprovados por meio de concurso público específico, conforme previsto pela Constituição Federal.

Cargos comissionados (ad nutum) são os cargos de livre nomeação e exoneração pela Presidência do Conselho. A Resolução do Cofen nº 670/2021, em seu artigo 1º, determina que na criação dos empregos públicos em comissão, o Cofen e os Conselhos Regionais de Enfermagem deverão observar o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estabelecido para os seus quadros efetivos.

Efetivos com cargos em comissão são empregados públicos concursados nomeados aos cargos de gerência, chefia e assessorias.

Já efetivos com função gratificada são os empregados públicos concursados que estão em função de coordenação e demais gratificações de função como os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), os integrantes da Controladoria, os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e os encarregados de Setor.

Adidos e cedidos são aqueles empregados públicos concursados no Sistema Cofen/Conselhos Regionais. A

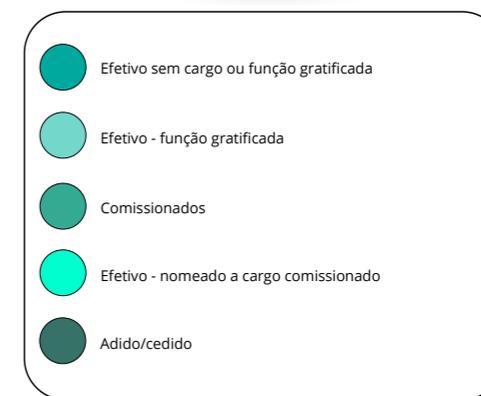
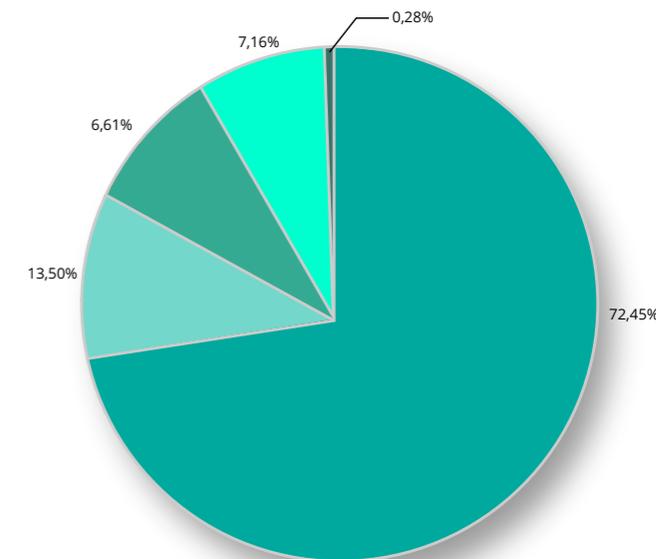
Resolução Cofen nº 615/2019 regulamentou a cessão de empregados públicos no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

A tabela abaixo apresenta o quadro de empregados públicos (efetivos e comissionados), com referência ao mês de dezembro 2021.

Quadro De Empregados	Qtidade	%
Efetivo Sem Cargo Ou Função Gratificada	263	72,45%
Efetivo - Função Gratificada	49	13,50%
Comissionados	24	6,61%
Efetivo - Nomeado A Cargo Comissionado	26	7,16%
Adido/Cedido	1	0,28%
<b>Total</b>	<b>363</b>	<b>100%</b>

Dados retirados do sistema ADMRH – Referência: dez/21.

## Quadro de Empregados



Percebe-se que o Coren-SP está de acordo com o preconizado na Resolução do Cofen nº 670/2021, quanto aos cargos comissionados, uma vez que há apenas 24 profissionais nomeados em cargos ad nutum.

# Gerência de Gestão de Pessoas

## Distribuição por Setor

No ano de 2021, por meio de deliberação plenária nas reuniões ordinárias de nº 1153 de 11/02/2021 e de nº 1163 de 29/04/2021, foi aprovado o novo Plano de Cargos e Salários do Coren-SP.

Esse plano criou novas áreas a partir de 2021: Gerência de Governança e Integridade, Gerência de Processos Éticos; Gerência de Fiscalização da Capital e Região Metropolitana de São Paulo; Gerência de Fiscalização do Interior e Litoral; Central de Conciliação; Central de Denúncias; Núcleo de Conciliação (Conciliação de Fiscalização e Conciliação de Ético-Disciplinar); Gerência de Contabilidade (desmembrando a Contabilidade da Gerência Financeira); Gerência de Atendimento ao Profissional da Capital e Região Metropolitana de São Paulo e Gerência de Atendimento ao Profissional do Interior e Litoral.

A distribuição da força de trabalho do Coren-SP (inclusive estagiários e aprendizes) por setor, em dezembro de 2021, segue a tabela abaixo:

Setor	Qtd	%
Conciliacao Etico Disciplinar	1	0,244
Nape Santa Cecilia	2	0,489
Assessoria - Imprensa	1	0,244
Assessoria - Projetos	1	0,244
Assessoria - Relacoes Institucionais	1	0,244
Central De Denuncias	7	1,711
Conciliacao De Fiscalizacao	1	0,244
Controladoria	11	2,689
Coren-Sp Educacao	14	3,422
Corregedoria Geral	1	0,244
Comissão Permanente De Avaliação De Documentos - Cpad	5	1,222
Comissão Permanente Licitação - Cpl	4	0,978
Gabinete - Processos Adm.	11	2,689
Gabinete Da Presidencia	3	0,733
Nape Santo Amaro	2	0,489
Gerencia De Atendimento Profissional Capital E Regiao Metropolitana	1	0,244
Gerencia De Atendimento Profissional Interior E Litoral	1	0,244
Gerencia De Atendimento Profissional-Sede	31	7,579
Gerencia Compras E Contratos - Gcc	2	0,489
Gerencia Compras E Contratos - Administração. De Contratos	6	1,467

Gerencia Compras E Contratos - Cotação E Contratacao	2	0,489
Gerencia Administrativa E Logistica Operacional - Gead	3	0,733
Gead - Manutenção Predial	10	2,445
Gerencia Comunicação	10	2,445
Gerencia Contabilidade	10	2,445
Gerencia Financeira	8	1,956
Gerencia Fiscalização - Administrativa	17	4,156
Gerencia Fiscalização Capital E Regiao Metropolitana	1	0,244
Gerencia Fiscalização Interior E Litoral	1	0,244
Gerencia Fiscalização Sede - Fiscalizacao Coord. A	5	1,222
Gerencia Fiscalização Sede - Fiscalizacao Coord. B.	7	1,711
Gerencia Fiscalização Sede - Fiscalizacao Coord. C	7	1,711
Gerência Fiscalização Sede - Fiscalizacao Coord. D	6	1,467
Gerencia Juridica - Gejur	12	2,934
Gejur - Administrativo	7	1,711
Gejur - Divida Ativa Coord.	8	1,956
Gerencia De Governança E Integridade	1	0,244
Gerencia De Processos Eticos	5	1,222
Gerencia De Gestão De Pessoas - Ggp	10	2,445
Gerencia De Tecnologia - Gti	2	0,489

# Gerência de Gestão de Pessoas

Gti - Desenv. De Sistemas	9	2,200
Gti - Infraestrutura	4	0,978
Gti - Integracao E Inovacao	6	1,467
Gti - Suporte Tecnico	5	1,222
Nape Registro	1	0,244
Nape Sorocaba	1	0,244
Procuradoria Juridica	2	0,489
Secretaria De Gabinete	7	1,711
Subsecao - Aracatuba	3	0,733
Subsecao - Aracatuba - Adm.	4	0,978
Subsecao - Botucatu	3	0,733
Subsecao - Botucatu - Adm.	3	0,733
Subsecao - Campinas	12	2,934
Subsecao - Campinas - Adm.	9	2,200
Subsecao - Guarulhos	4	0,978
Subsecao - Guarulhos - Adm.	4	0,978
Subsecao - Itapetininga	5	1,222
Subsecao - Itapetininga - Adm.	2	0,489
Subsecao - Marilia	7	1,711
Subsecao - Marilia - Adm.	6	1,467
Subsecao - Osasco	5	1,222
Subsecao - Osasco - Adm.	4	0,978
Subsecao - Presid. Prudente	5	1,222

Subsecao - Presid. Prudente - Adm.	4	0,978
Subsecao - Ribeirao Preto	9	2,200
Subsecao - Ribeirao Preto - Adm.	6	1,467
Subsecao - Santo Andre	4	0,978
Subsecao - Santo Andre - Adm.	6	1,467
Subsecao - Santos	9	2,200
Subsecao - Santos - Adm.	3	0,733
Subsecao - Sao Jose Do Rio Preto	5	1,222
Subsecao - Sao Jose Do Rio Preto - Adm.	4	0,978
Subsecao - Sao Jose Dos Campos	5	1,222
Subsecao - Sao Jose Dos Campos - Adm.	4	0,978
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>100%</b>

## Distribuição por Cargos e Função

A distribuição da força de trabalho do Coren-SP (inclusive estagiários e aprendizes) por cargo e função, em dezembro de 2021, segue a tabela abaixo:

Cargo	Qtde	%
Administrador De Banco De Dados	1	0,244
Advogado (A)	6	1,467
Agente Administrativo II	1	0,244
Agente Administrativo	119	29,095
Agente Laboratório De Simulação Realística	1	0,244
Almoxarife	1	0,244
Analista De Recursos Humanos	1	0,244
Analista De Segurança Da Informação	1	0,244
Analista De Sistemas	3	0,733
Analista De Sistemas Junior	1	0,244
Aprendiz Em Administração	7	1,711
Assessor De Imprensa	1	0,244
Assessor De Projetos De Engenharia	1	0,244
Assessor De Relações Institucionais	1	0,244
Assessor I	11	2,689
Assessor Ii	3	0,733

# Gerência de Gestão de Pessoas

Assessor Iv	1	0,244
Assistente De Comunicação	1	0,244
Auxiliar Administrativo I	1	0,244
Auxiliar Administrativo	5	1,222
Auxiliar De Fiscalização	4	0,978
Auxiliar De Recursos Humanos	3	0,733
Bibliotecario	1	0,244
Chefe Administrativo De Conciliação De Fiscalização	1	0,244
Chefe Administrativo De Subseção	1	0,244
Chefe De Gabinete	1	0,244
Chefe Técnico De Conciliação Ético Disciplinar	1	0,244
Chefe Técnico Subseção	13	3,178
Contador	4	0,978
Controlador Geral	1	0,244
Coordenador De Area	33	8,068
Copeiro	4	0,978
Designer Grafico	1	0,244
Encarregado Da Unidade De Registro	1	0,244
Encarregado Da Unidade De Rh	1	0,244
Encarregado Da Unidade De Secretaria	1	0,244
Enfermeiro Educação Permanente	1	0,244

Estagiario	33	8,068
Estatistico	1	0,244
Fiscal	76	18,582
Gerente Administrativo De Logistica Operacional	1	0,244
Gerente Administrativo - Coren Educação	1	0,244
Gerente Atendimento Profissional	2	0,489
Gerente Da Fiscalização	2	0,489
Gerente De Compras E Contratos	1	0,244
Gerente De Comunicação	1	0,244
Gerente De Contabilidade	1	0,244
Gerente De Gestão De Pessoas	1	0,244
Gerente De Governança E Integridade	1	0,244
Gerente De Processos Éticos	1	0,244
Gerente De Tecnologia Da Informação	1	0,244
Gerente Financeiro	1	0,244
Gerente Jurídico	1	0,244
Mensageiro	4	0,978
Motorista	2	0,489
Operador Microcomput	7	1,711
Procurador Geral	1	0,244
Recepcionista	14	3,423

Secretaria	1	0,244
Tecnico Administrativo	1	0,244
Tecnico Em Edificações	1	0,244
Tecnico Em Informatica	3	0,733
Tecnico Imagem E Som	2	0,489
Telefonista	6	1,467
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>100%</b>

## Programa de Estágio

O Programa de estágio é voltado para estudantes dos cursos de ensino médio, técnico ou superior, com idade mínima de 16 anos, conforme Lei nº 11.788/2008.

O programa de estágio no Coren-SP é regulamentado pela PORTARIA COREN-SP/DIR/071/2020, que regulamenta os direitos e deveres dos estagiários Contratados no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo.

O programa de estágio é experiência enriquecedora para os estudantes e que o estágio proporciona vivências práticas importantes para o desenvolvimento da vida profissional.

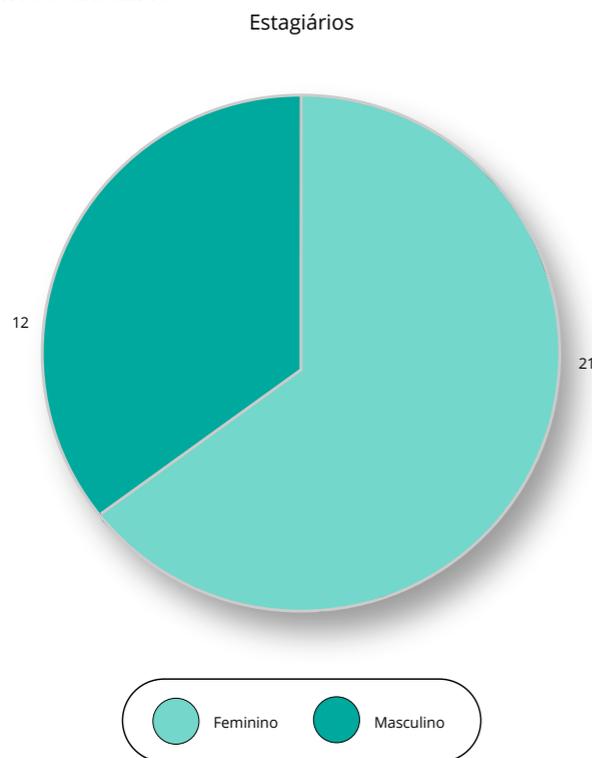
Os estagiários atuam na sede e subseções, nas diversas áreas administrativas do Conselho, como Compras, Tecnologia da Informação, Atendimento, Comunicação, Jurídico, dentre outras.

As vagas de estágio são abertas durante todo o ano e o programa de estágio é administrado por empresa contratada via licitação pública.

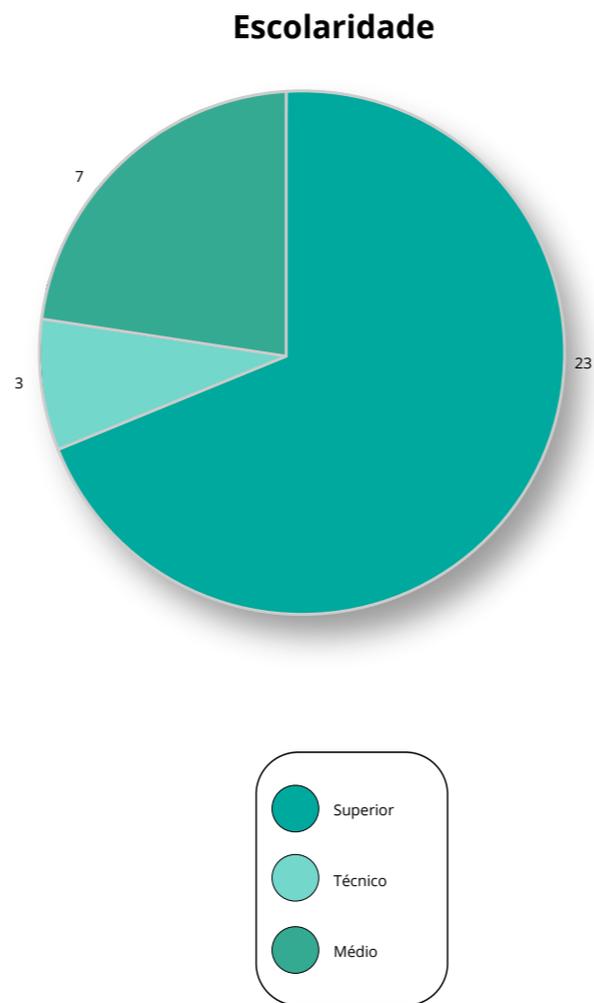
# Gerência de Gestão de Pessoas

O processo seletivo é conduzido internamente por meio de currículo, avaliação de redação e entrevista, sempre com acompanhamento da Analista de RH lotada na Gerência de Gestão de Pessoas e a área solicitante da abertura da vaga.

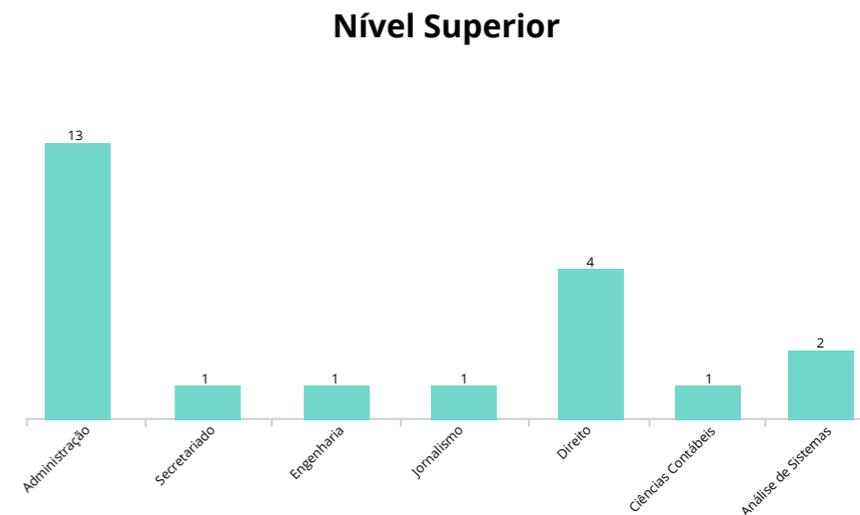
Em 2021, no mês de dezembro, dos 33 estagiários, 21 são do sexo feminino e 12 do sexo masculino, conforme gráfico abaixo:



Quanto ao nível de escolaridade, há estagiários de nível médio, técnico e superior, sendo o nível superior com a maior representação nas áreas do Conselho, conforme gráfico abaixo:



Em dezembro de 2021, os estagiários contratados de nível superior do Coren-SP cursavam Administração, Secretariado, Engenharia, Jornalismo, Direito, Ciências Contábeis e Análise de Sistemas, conforme abaixo:



O programa de estágio do Coren-SP é amplo e abarca diversos outros cursos, como por exemplo: Enfermagem, Psicologia, Economia, Letras, Ciências da Computação, entre outros.

# Gerência de Gestão de Pessoas

Abaixo comparativo dos últimos anos (mês de referência é dezembro) quanto ao gênero, escolaridade e cursos dos estagiários de nível superior:

ESTAGIÁRIOS			
Gênero	2019	2020	2021
Feminino	24	18	21
Masculino	14	11	12
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>29</b>	<b>33</b>

ESTAGIÁRIOS			
Escolaridade	2019	2020	2021
Médio	8	3	7
Técnico	2	3	3
Superior	28	23	23
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>29</b>	<b>33</b>

ESTAGIÁRIOS			
Curso superior	2019	2020	2021
Administração	11	8	11
Direito	5	5	4

Audiovisual	1	0	0
Ciências Contábeis	5	4	3
Processos Gerenciais	1	1	0
Análise De Sistemas	3	2	2
Jornalismo	1	1	1
Secretariado	1	1	1
Engenharia	0	1	1
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>23</b>	<b>23</b>

O ano de 2020 teve o menor índice de estagiários devido ao pico da pandemia de Covid-19.

O Coren-SP reconhece a importância do programa de estágio e concede a oportunidade aos estudantes de exercerem na prática o que aprendem na teoria nas Instituições de Ensino.

## Programa de Aprendizagem

O Programa de Aprendizagem é voltado para estudantes da rede pública e particular, matriculados e frequentes nas séries finais do Ensino Fundamental ou Médio, com idade entre 14 e 24 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, conforme Lei nº 10.097/2000.

O programa de aprendizagem no Coren-SP é regulamentado pela PORTARIA COREN-SP/DIR/070/2020, que regulamenta os direitos e deveres dos jovens aprendizes contratados no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo.

As vagas de aprendiz são abertas mediante substituição por término de contrato e o programa de aprendizagem é administrado por empresa contratada via licitação pública.

O processo seletivo é conduzido internamente por meio de ficha cadastral, avaliação de redação e entrevista, sempre com acompanhamento da Analista de RH lotada na Gerência de Gestão de Pessoas e a área solicitante da abertura da vaga.

Aprendizes	
Ano	Quantidade
2019	11
2020	9
2021	9

O Coren-SP cumpre rigorosamente a cota do programa aprendiz (5 a 15% calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional) determinada na Lei de Aprendizagem.

# Gerência de Gestão de Pessoas

## Detalhamento de custo de despesa de pessoal

	Custo-folha		Encargos					Benefícios				Total
		INSS	FGTS	PASEP	Reembolso Creche	Aux. Funeral	Aux. Filho c/ deficiência	VT	VR	VA	Assistência Médica	
<b>Efetivos</b>	R\$ 43.759.019,22	R\$ 9.263.865,92	R\$ 3.310.782,57	R\$ 413.698,46	R\$ 299.058,11	R\$ 36.333,23	R\$ 17.335,08	R\$ 1.755,66	R\$ 3.647.778,18	R\$ 2.221.610,20	R\$ 4.124.322,42	R\$ 67.095.559,05
<b>Comissionados</b>	R\$ 3.804.278,29	R\$ 797.132,03	R\$ 281.932,44	R\$ 35.241,99	R\$ -	R\$ 1.590,00	R\$ 2.431,25	R\$ -	R\$ 186.703,70	R\$ 108.430,00	R\$ 208.197,31	R\$ 5.425.936,61
<b>Total</b>	R\$ 47.563.297,51	R\$ 10.060.997,95	R\$ 3.592.715,01	R\$ 448.940,05	R\$ 299.058,11	R\$ 37.923,23	R\$ 19.766,33	R\$ 1.755,66	R\$ 3.834.481,88	R\$ 2.330.040,20	R\$ 4.332.519,73	R\$ 75.521.495,66



# Gerência de Compras e Contratos

# Gerência de Compras e Contratos

O Coren-SP conta com assessoria da Procuradoria Jurídica e Gerência Jurídica, ambas localizadas fisicamente na sede da instituição, o que garante a aderência e conformidade das contratações com a Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 5.450/2005, bem como a Norma Interna Coren-SP/CG/NI/001/2013 Versão 3.0.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo.

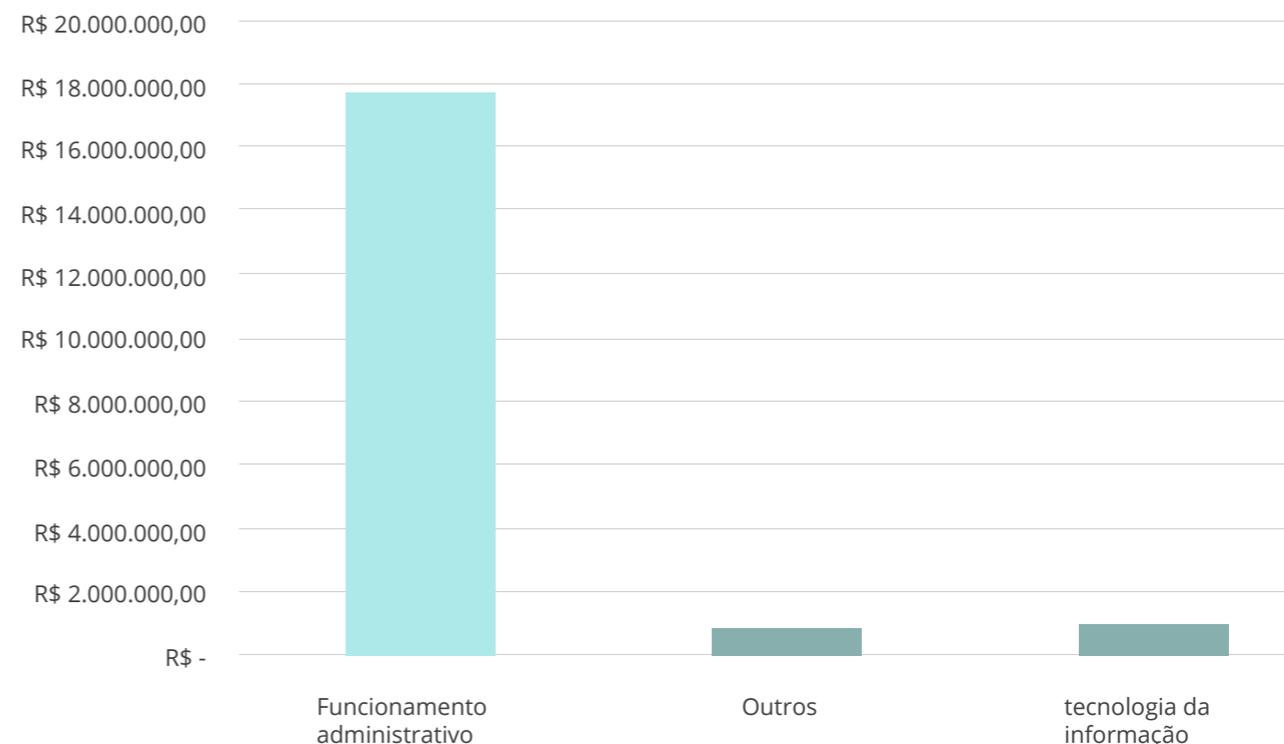
Total em reais gastos nas contratações durante o exercício de 2021

No exercício de 2021 foram gastos em contratações o valor global de R\$ 19.618.212,05 (dezenove milhões, seiscentos e dezoito mil, duzentos e doze reais e cinco centavos).

## Detalhamento dos gastos por finalidade

Funcionamento Administrativo	R\$ 17.805.009,99
Outros	R\$ 825.374,63
Tecnologia da Informação	R\$ 987.827,43

## Contratações em 2021 = R\$ 19 mi



# Gerência de Compras e Contratos

Especificação dos tipos de serviços contratados para o Funcionamento Administrativo:

Conforme figura 02, os tipos de serviços que compõem o Funcionamento Administrativo são:

Tipos de Serviços	Valor em R\$
Serviços Bancários	1.953 mi
Limpeza	590 mil
Manutenção Predial	603 mil
Terceirização do Atendimento	643 mil
Vigilância	796 mil
Correspondência e cobrança	536 mil
Locação de Veículos	620 mil

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações.

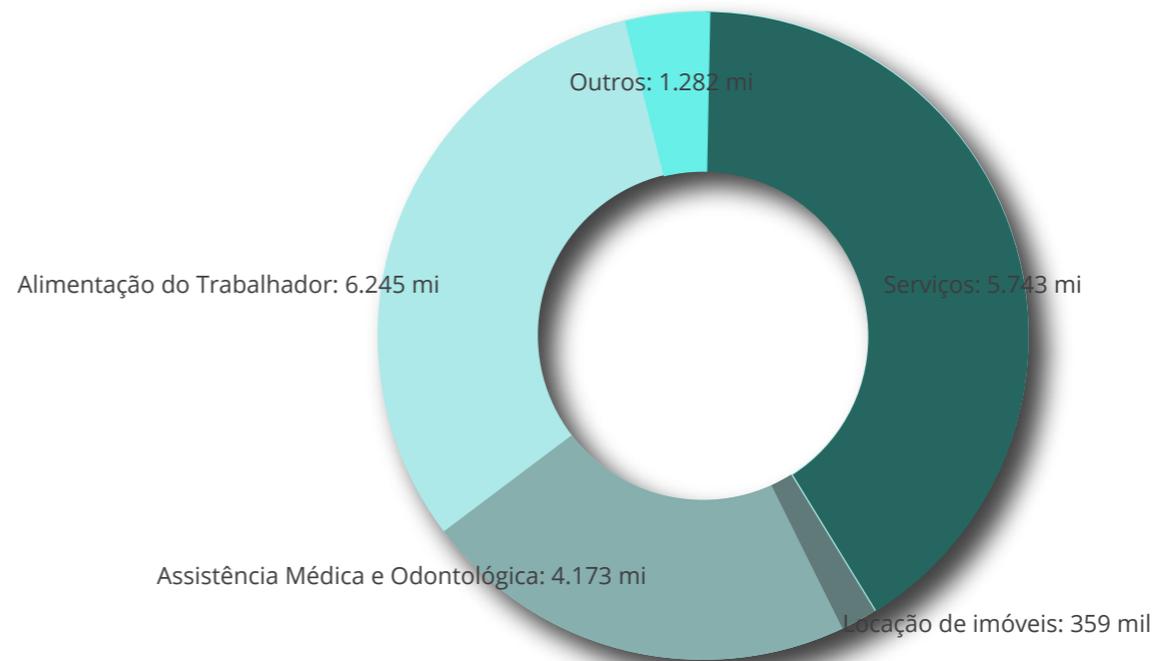
## Contratações mais relevantes:

As contratações mais relevantes do Coren-SP referem-se ao funcionamento administrativo:

- Destacam-se a contratação dos serviços continuados de captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação financeira das transações realizadas por meio de cartões de crédito e débito, à vista e parcelado, de recebíveis do Coren-SP, bem

como a contratação de equipamentos de proteção individual para utilização da fiscalização do Coren-SP, os serviços de manutenção predial para todas as unidades e a aquisição de itens de áudio, vídeo e informática.

## Especificação do Funcionamento Administrativo:



# Gerência de Compras e Contratos

## Associação aos objetivos estratégicos:

As contratações mais relevantes descritas acima estão alinhadas ao Planejamento Estratégico da instituição, bem como Plano Plurianual.

## Justificativas para essas contratações:

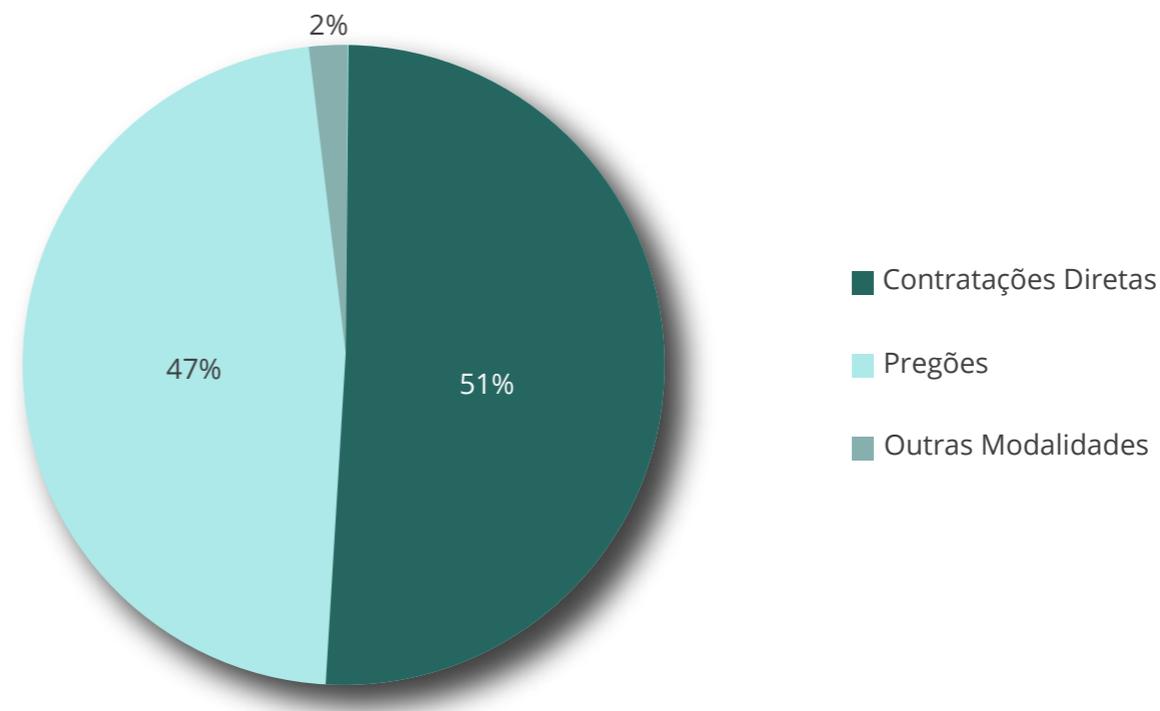
As contratações mais relevantes do Coren-SP justificam-se pela essencialidade dos serviços, promovendo e facilitando o meio de comunicação do profissional com a Instituição, bem como visam assegurar o estabelecimento e funcionamento da sede do Coren-SP e de novas unidades descentralizadas para o atendimento ao profissional no estado de São Paulo.

## Assim distribuídos:

Contratações Diretas	28
Pregões	26
Outras modalidades	1

As hipóteses de contratação direta são aquelas previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

## Processos de contratação em 2021: 55



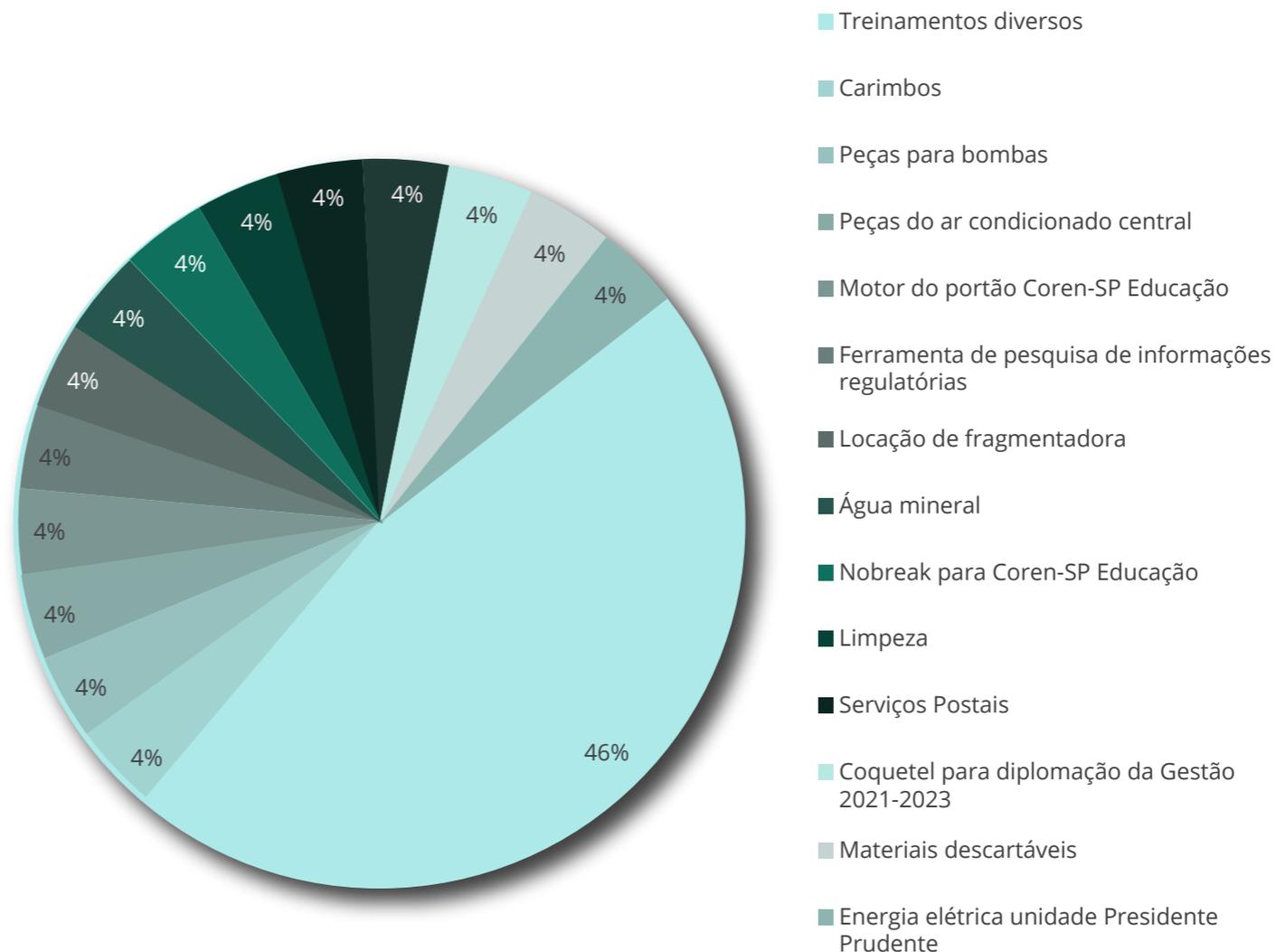
# Gerência de Compras e Contratos

Abaixo seguem os números relativos ao exercício de 2021 para cada um dos tipos:

Tipos	Total
Dispensa de Licitação	16
Inexigibilidade de Licitação	12

## Principais tipos das contratações diretas:

- Carimbos;
- Aquisição de peças para bombas, ar condicionado central e motor para unidade Coren-SP Educação;
- Treinamentos diversos;
- Ferramenta de pesquisa de informações regulatórias;
- Locação de fragmentadora;
- Água mineral;
- Nobreak para Coren-SP Educação;
- Limpeza;
- Serviços Postais;
- Coquetel para diplomação da Gestão 2021-2023;
- Materiais descartáveis;
- Energia elétrica unidade Presidente Prudente;
- Buffet para evento "Meu Primeiro Emprego" e
- Licenças software Power BI.



# Gerência de Compras e Contratos

Abaixo seguem os números relativos ao exercício de 2021 para cada um dos tipos:

Tipos	Total
Dispensa de Licitação	16
Inexigibilidade de Licitação	12

## Principais tipos das contratações diretas:

- Carimbos;
- Aquisição de peças para bombas, ar condicionado central e motor para unidade Coren-SP Educação;
- Treinamentos diversos;
- Ferramenta de pesquisa de informações regulatórias;
- Locação de fragmentadora;
- Água mineral;
- Nobreak para Coren-SP Educação;
- Limpeza;
- Serviços Postais;
- Coquetel para diplomação da Gestão 2021-2023;
- Materiais descartáveis;
- Energia elétrica unidade Presidente Prudente;
- Buffet para evento “Meu Primeiro Emprego” e
- Licenças software Power BI.

Justificativa das contratações diretas									
Forma de contratação	Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	Artigo 24, inciso V da Lei nº 8.666/93	Artigo 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/93	Artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93	Artigo 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93	Artigo 25 da Lei nº 8.666/93	Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21	Artigo 75, inciso III da Lei nº 14.133/21	Total
Dispensa de licitação	10	1	1	1	1	-	1	1	16
Inexigibilidade de licitação	-	-	-	-	-	12	-	-	12

## Principais desafios e ações futuras:

O principal desafio da gestão de licitações e contratos é almejar a modernização dos normativos internos para que consigamos atender, com celeridade, às requisições de compras das diversas áreas do Coren-SP, respeitando, na íntegra, o que determina a lei vigente de licitações e contratos administrativos.

Outro desafio é a falta de mão de obra qualificada para atuar na área, assim como a necessidade de constante atualização e adaptação às legislações vigentes, itens que são tratados fundamentalmente como ação futura.

O principal desafio da gestão de licitações e contratos é almejar a modernização dos normativos internos para que consigamos atender, com celeridade, às requisições de compras das diversas áreas do Coren-SP.

```
( function (ko, datacontext) ) {  
<!-- Template by html.am -->  
<html>  
  <head>  
    <div style="background-image:url('/pix/samples/bg1.gif');background . text- todoitem ;  
    <title>Fixed Width 2 Blue</title>  
    <style type="text/css">  
    <div style="background-image:url('/pix/samples/bg1.gif');background . text- todoitem ;  
    height . text - :200px;"><p>The image can be tiled across the background,  
    while the text runs across the top.</p> </div>  
  
    /* Logo */  
    <body style="background-color:yellowgreen;color:white;">  
    <html> <.todolistid = data.todoidb;>  
  
    /* Header */  
    <header { background:#eee; }  
    #header-inner { margin:0 auto; padding:10px; width:970px;background:#fff;}  
  
    /* Feature */  
    <div style="background-image:url('/pix/samples/bg1.gif');background . text- todoitem ;  
    height . text - :200px;"><p>The image can be tiled across the background,  
    while the text runs across the top.</p> </div>  
  
    /* Menu */  
    <p>You can make <span style="font-style:italic">some</span> the HTML 'span' tag.  
    <p>You can hold <span style="">parts</span> of your text using the HTML tag.</p>  
    #top-nav ul li { margin:0; padding:0 0 8px; float:left;}  
    #top-nav ul li a { display:block; margin:0; padding:8px 20px; color:blue; text-decoration:none;}  
    #top-nav ul li a { background-color:yellowgreen;color:white;"> { color:#d3d3f9;}  
    <body style="background-color:yellowgreen;color:white;">  
  
    /* Content */  
    <p>You can make <span style="font-style:italic">some</span> the HTML 'span' tag.  
    <p>You can hold <span style="">parts</span> of your text using the HTML tag.</p>  
    <div style="background-image:url('/pix/samples/bg1.gif');background . text- todoitem ;  
    height . text - :200px;"><p>The image can be tiled across the background,  
    while the text runs across the top.</p> </div>  
    <body style="background-color:yellowgreen;color:white;">  
    #content #sidebar .widget ul { margin:0; padding:0; list-style:none; color:#959595;}  
    #content #sidebar .widget ul li { margin:0;}  
    #content #sidebar .widget ul li { padding:4px 0; width:185px;}  
    #content #sidebar .widget ul li a { color:blue; text-decoration:none; margin-left:-16px; padding:4px 8px 4px 16px;}  
    #content #sidebar .widget ul li a { background-color:yellowgreen;color:white;">  
    #content #sidebar .widget ul li a { color:blue; text-decoration:none; margin-left:-16px; padding:4px 8px 4px 16px;}  
    while the text runs across the top.</p> </div>  
  
    /* Footer */  
    <footer { background:#eee;}  
    #footer-inner { margin:auto; text-align:center; padding:12px; width:970px;}  
    <html> <p style="font-weight:bold;">  
    >HTML font code is done using the </p>  
    <html> <.todolistid = data.todoidb;>
```

# Gestão da Tecnologia da Informação

# Gestão da Tecnologia da Informação

## Principais iniciativas e resultados na área de TI

Principais iniciativas e resultados na área de TI	
Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
- Inspeções fiscalizatórias utilizando Tablet (app Fiscaliza);	- Inspeções fiscalizatórias utilizando Tablet (app Fiscaliza); - A fiscalização do Coren-SP aumentou a sua produtividade, utilizando o app Fiscaliza no tablet, pois com o uso do aplicativo, várias rotinas que eram executadas de forma manual, foram automatizadas pelo app. A sincronização dos dados com o aplicativo alimentou os sistemas do Coren-SP, automaticamente, não sendo mais necessário a atualização manual de cada sistema pelos fiscais. Além disso, com o app, a própria liderança das fiscalizações pode definir a agenda dos fiscais que recebem as suas atividades no tablet. E, na própria fiscalização, os responsáveis na instituição podem assinar os termos diretamente no tablet, eliminando o papel físico, recebendo-os por e-mail. Dessa forma, houve um ganho expressivo de produtividade nesse processo de negócio.
- Inscrição online de Pessoa Jurídica (RT);	- A inscrição online de pessoa jurídica RT aumentou consideravelmente a produtividade do setor, pois, além de receber as requisições de forma online diretamente das instituições, organizou o trabalho administrativo através de um workflow de atendimento. Então, toda a análise de documentos se tornou um trabalho de fácil divisão entre os colaboradores do setor administrativo da fiscalização, pois o atendimento passou a entrar numa fila. Assim, cada passo pode ser executado por um determinado colaborador, acessando o sistema remotamente. Toda interação com a instituição é realizada através do workflow de atendimento que envia e-mails a cada mudança de status da requisição, o que gerou transparência para o processo, pois todos podem saber em qual passo está a requisição em qualquer momento. Além disso, todas as diligências são armazenadas no workflow, centralizando todo o contato com o requisitante, que responde as diligências em sua página de acompanhamento online.
- Agendamento para o atendimento pela fiscalização;	- Foi criado um sistema de agenda para que os profissionais de enfermagem possam agendar o atendimento por um fiscal presencialmente no Conselho. Assim, é marcado um horário específico com um fiscal do Conselho para sanar dúvidas relacionadas a atividade fim dos profissionais de enfermagem.
- Notificação de Cobrança através do E-carta;	- A geração automática de cartas de notificação de cobrança integrada aos correios melhorou consideravelmente a operação administrativa do setor de dívida ativa, que antes envelopava manualmente, carta por carta para enviar aos correios. Com a integração com os correios, o processo foi automatizado, o sistema envia um arquivo para os correios com os profissionais em dívida ativa para que o próprio sistema dos correios gere a carta e realize a postagem para o profissional. Dessa forma, o trabalho operacional manual do setor foi substituído pela automatização do processo.

# Gestão da Tecnologia da Informação

## Principais iniciativas e resultados na área de TI (continuação)

Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
- Gestão automática das guias de remessa para o COFEN;	- O processo de envio de guias de remessa ao COFEN para solicitar o número de inscrição de profissional foi totalmente automatizado, eliminando todos os passos manuais que eram realizados pelo setor administrativo do Atendimento ao profissional. Dessa forma, todo o prontuário do profissional é enviado ao COFEN, e o próprio sistema se encarrega de baixar a guia de retorno do COFEN com o número de inscrição do profissional, não havendo mais a necessidade de interação humana no processo. Dessa forma, aumentou o número de guias de remessa processadas e consequentemente, aumentou a velocidade dos deferimentos de inscrição profissional.
- Sistema Agiliza: Módulo de Processo;	- Com a pandemia, foi necessário transformar os processos administrativos físicos em eletrônicos, de forma que toda a gestão de processos se tornou digital, através do sistema implantado. Toda a tramitação do processo se tornou eletrônica, através de login e senha dos colaboradores do Conselho e todas as operações nos processos, como juntada de documentos, despachos, tramitações, e outras, são assinadas eletronicamente, não havendo mais a necessidade de transitar os processos físicos para coleta de assinaturas, como era realizado anteriormente ao sistema. Com o módulo de processo implantado, os colaboradores do Coren-SP continuaram a realizar as suas atividades em processos de forma remota, melhorando muito a gestão de processos, tornando mais rápida toda a dinâmica envolvendo os processos administrativos do Conselho.
- Sistema Agiliza: Módulo SISDOC;	- Com a pandemia, foi necessário implantar um sistema eletrônico para gestão de documentos que entram pelo setor de protocolos do Conselho. Dessa forma, com o módulo SISDOC, as áreas conseguem ter acesso mais rapidamente aos documentos eletrônicos, que já podem, inclusive, serem juntados em processos eletrônicos, aumentando bastante o controle e produtividade das operações administrativas relacionadas aos processos.
- Sistema Agiliza: Workflow de sindicância;	- Com a implantação do workflow de Sindicância, todo o processo de negócio de sindicância, que antes era realizado em formato físico dentro de um processo físico, se tornou eletrônico, além de controlar o fluxo de trabalho (nomeações, despachos, juntada de documentos) para que não haja inconsistências de procedimento, pois o próprio workflow mapeou os passos do processo. A cada passo do workflow, o usuário responsável pela ação é notificado por e-mail. Dessa forma, os colaboradores que atuam nesse processo, podem realizá-lo remotamente, aumentando muito a sua eficiência e organizando todo o processo para que não haja inconsistências.
- Implantação de BI no Conselho.	- Foi implantado o uso de BI no conselho para os gerentes das áreas, melhorando a tomada de decisão em seus processos de negócio. Houve um treinamento, desenvolvido pelo setor de Tecnologia da Informação, com todos os gestores para o uso de tal ferramenta. Estão sendo adquiridas mais licenças, dada à necessidade e aceitação da ferramenta (Power BI) no Conselho, o que torna a gestão do conselho muita mais eficiente.
Criação do módulo de indicadores	O plano de expansão de desenvolvimento da Gerencia de Tecnologia do Coren-SP, prevê para o ano de 2023 o desenvolvimento do módulo de indicadores dentro do sistema agiliza

# Gestão da Tecnologia da Informação

## Montante de recursos aplicados em TI

Nas tabelas abaixo, foram apresentados os comparativos das despesas com investimentos e custeios de TI, bem como os valores dos restos a pagar entre os anos 2019 a 2021. Para os valores com custeio, foram considerados todos os custos com manutenção e conservação de equipamentos de informática, os serviços de reprografia e demais serviços de informática, locação de bens móveis e as despesas com pessoal de TI. Para os valores com investimentos, foram considerados todos os custos com equipamentos de informática e aquisições e desenvolvimento de softwares. Todos os dados provenientes das despesas correntes (custeio) e despesas de capital (investimento) foram extraídos do departamento contábil do Conselho, através do sistema de contabilidade (SISCONT) e das planilhas orçamentárias para os exercícios de 2019 à 2021. Nos quadros abaixo foram evidenciadas as informações, contendo as despesas empenhadas dentro dos respectivos exercícios, despesas empenhadas pagas dentro dos respectivos exercícios, o saldo a liquidar e pagar das despesas que foram empenhadas e não foram pagas dentro dos respectivos exercícios, ficando para ser paga no próximo exercício:

Em 2019 a GTI teve um alto custo com despesas de capital (investimento), devido a modernização do parque tecnológico das unidades do Coren-SP, com a substituição de equipamentos com mais de 10 (dez) anos de uso, defasados e sem garantia e com a atualização dos equipamentos de rede e infraestrutura de TI.

Tabela 1 - montante de recursos aplicados em TI em 2019

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2019 (R\$)			
Grupo Despesa	Empenhada	Empenhada paga	Saldo a Liquidar / Pagar
	3.685.831,34	977.487,87	2.708.343,47
<b>Custeio</b>	3.609.197,26	3.569.543,73	39.653,53
	7.295.028,60	4.547.031,60	2.747.997,00

Tabela 2 - montante de recursos aplicados em TI em 2020

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2020 (R\$)			
Grupo Despesa	Empenhada	Empenhada paga	Saldo a Liquidar / Pagar
	148.519,76	148.519,76	0
<b>Custeio</b>	3.391.117,01	2.926.294,10	464.822,91
	3.539.636,77	3.074.813,86	464.822,91

Tabela 3 - montante de recursos aplicados em TI em 2021

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2021 (R\$)			
Grupo Despesa	Empenhada	Empenhada paga	Saldo a Liquidar / Pagar
	323.427,97	107.442,72	215.985,25
<b>Custeio</b>	5.314.438,06	4.394.049,39	920.388,67
	5.637.866,03	4.501.492,11	1.136.373,92

# Capítulo 4

## Informações Orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais

- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gerência Contábil



# Gestão Patrimonial e Infraestrutura



## 1. Locações de imóveis e equipamentos

### 1.1. Locação de Imóveis

Segue informações sobre os valores de 2021, que correspondem a um aumento de 3,96% nas despesas com locação.

Unidades em Imóveis Locados	2020 (locação + condomínio - R\$)	2021 (locação + condomínio - R\$)
Subseção Guarulhos	102.517,01	105.965,37
Subseção Osasco	131.501,71	137.371,92
Subseção Santo André	100.365,27	100.365,27
NAPE* Registro (até Julho 2020)	9.000,00	0,00
NAPE* Santo Amaro	69.098,99	89.354,90
NAPE* Sorocaba	21.479,97	22.251,48
<b>TOTAL</b>	<b>433.962,95</b>	<b>451.176,26</b>

\*NAPEs são Núcleos de Atendimento ao Profissional, e não desenvolvem atividades fiscalizatórias.

### 1.2. Locação de Equipamentos

Houve uma redução de 6,79% nos custos de locação de equipamentos, em relação ao ano de 2020 (redução de contratos e novas licitações).

Locação de Equipamentos	2020 - em R\$	2021 - em R\$
Gerador de Energia	36.930,46	27.588,58
Monitoramento por Câmeras (CFTV)	156.230,55	164.050,42
Frota de veículos terceirizada	756.858,67	693.855,20
<b>TOTAL</b>	<b>950.019,68</b>	<b>885.494,20</b>

## 2. Recursos ambientais – Consumo de Água e Energia elétrica

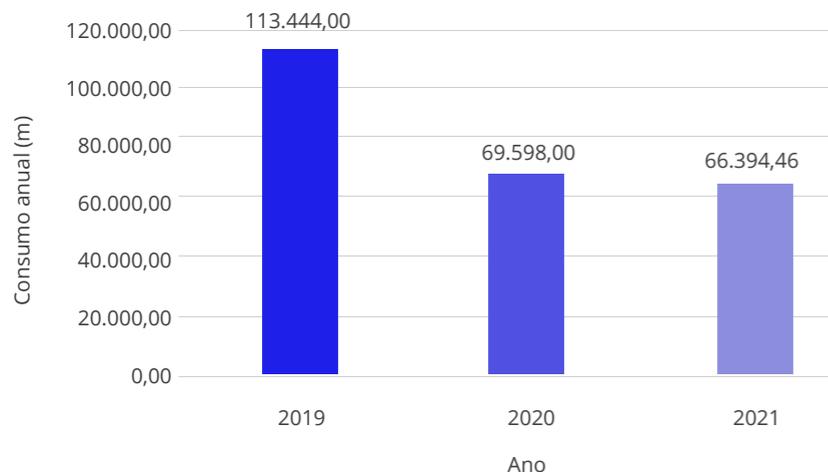
2.1. Informamos a seguir os dados de consumo de água e energia elétrica, de 2019 a 2021, embora ainda não tenham sido iniciados os projetos de sustentabilidade planejados. Observamos redução expressiva no consumo dos recursos, devido ao trabalho remoto adotado no contexto da pandemia. Pretende-se implementar sistema de captação de água de chuva para reuso (limpeza de pisos externos e irrigação de jardins).

houve uma redução de 6,79% nos custos de locação de equipamentos

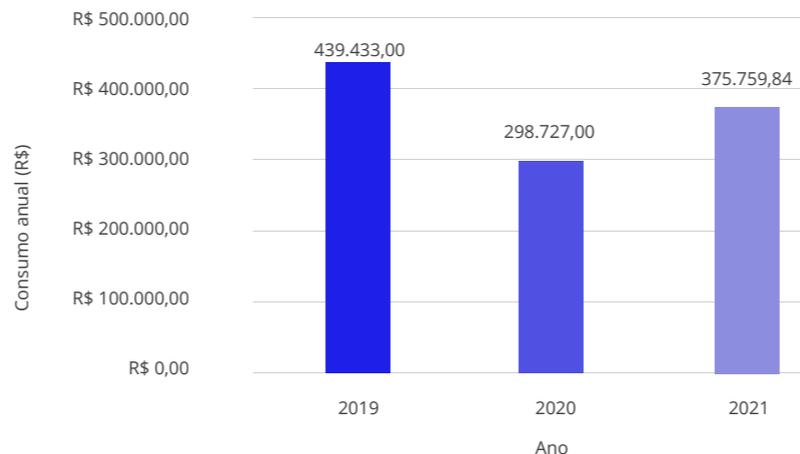
### Consumo de água SEDE - 2019 a 2021 m<sup>3</sup>



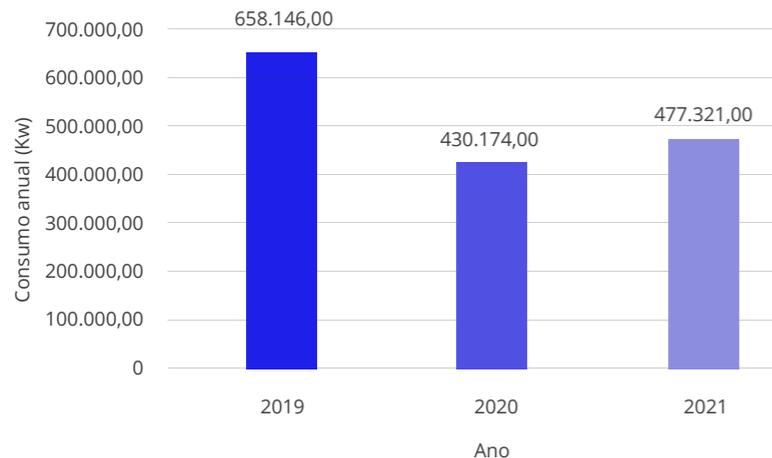
## Valor anual água SEDE - 2019 a 2021 R\$



## Valor anual energia SEDE - 2019 a 2021 R\$



## Consumo de energia SEDE - 2019 a 2021 Kw



“Observamos redução expressiva no consumo dos recursos, devido ao trabalho remoto adotado no contexto da pandemia”

## 3. Mudanças e desmobilizações relevantes

3.1. Não houve desmobilização de imóveis no exercício – continua em processo a alienação de 02 salas comerciais, localizadas na cidade de São José do Rio Preto (PA 103219/2013).

## 4. Planejamento Estratégico – GEAD – Gestão 2021 – 2023

4.1. No planejamento estratégico foram elencados 22 projetos; 3 referem-se à reformulação de contratos, incluindo o fornecimentos de peças e serviços, 2 focam em sustentabilidade, 4 visam modernizar equipamentos, e 13 a execução de reformas e adequações nas unidades descentralizadas, bem como a transferência para a Sede das atividades de treinamento oferecidas aos profissionais inscritos, hoje realizadas no Coren Educação.

4.2. Para viabilizar a transferência mencionada acima, foi definido pela Gestão que a Assessoria de Projetos de Engenharia considere em seus projetos a criação de áreas de coworking, otimizando a ocupação dos espaços do edifício sede, depois de normatizado o trabalho remoto dos colaboradores.

A person in a dark suit and blue striped tie is shown from the chest down. They are holding a silver calculator in their left hand and a single gold coin in their right hand. In the foreground, there are several stacks of gold coins on a white surface. The text "Gestão Orçamentária e Financeira" is overlaid in a teal color.

# Gestão Orçamentária e Financeira

# Gestão Orçamentária e Financeira

## Desempenho Orçamentário

O orçamento do Coren/SP integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nas atividades e investimentos do Conselho, atendendo ao princípio do orçamento bruto.

A programação orçamentária do Conselho não depende do orçamento da União, e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades devidas pelos profissionais e empresas de enfermagem, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação.

O orçamento, como instrumento de planejamento e de controle, reflete as decisões políticas e estabelece as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade.

O Orçamento aprovado do Coren/SP para o exercício de 2021 foi de R\$ 154.586.029,28 para receita e despesa, previstas e fixadas em cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamentário.

A receita teve uma realização de aproximadamente 94,87% da Receita Prevista e a execução da despesa empenhada não ultrapassou o valor fixado na Proposta Orçamentária. Como resultado alcançou-se um superávit orçamentário de R\$ 16.710.568,27, demonstrado no quadro a seguir:

2021	RECEITA ARRECADADA	DESPESA EMPENHADA	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO
Corrente	146.648.566,24	129.417.816,32	

Capital	0,00	520.181,65	
TOTAL	146.648.566,24	129.937.997,97	16.710.568,27
Total	15117	10524	7012

## Informações sobre a realização das receitas

As receitas são caracterizadas como disponibilidades financeiras, constituindo a fonte de recurso utilizada pelo Conselho com a finalidade de atender às necessidades e demandas dos profissionais de Enfermagem.

De um modo geral, a receita do Coren/SP possui a seguinte constituição:

- **Receitas de Contribuições** – São oriundas da arrecadação das anuidades de Pessoas Físicas (PF) e Jurídicas (PJ), tanto do exercício de 2020, como de exercícios anteriores.
- **Receitas de Valores Mobiliários** – São recursos oriundos do recebimento de juros e correção monetária de valores depositados em caderneta de poupança e remuneração de depósitos bancários, decorrentes de aplicação em CDB – Certificado de Depósito Bancário.
- **Serviços Administrativos** – Compreendem as receitas

advindas de serviços tais como: inscrição PF e PJ, expedição ou renovação de certidões PJ, expedição de carteiras de identidade PF, taxas de cancelamento PF, certificados de PJ, outros serviços administrativos PF e PJ.

- **Multas e Juros de Mora** – São as receitas provenientes de multas, juros e correções monetárias incidentes sobre as anuidades do exercício corrente, bem como dos exercícios anteriores, Dívida Ativa e outras origens, tais como multa de eleições e multas de inexecução contratual.
- **Indenizações e Restituições** – São as receitas advindas da recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores.
- **Receitas da Dívida Ativa** – São recursos recebidos de profissionais inscritos em Dívida Ativa em fase Administrativa e Executiva. Consideram-se apenas os valores principais, sem multas, juros e correções monetárias, que possuem conta própria para registro.
- **Receitas Diversas** – Neste grupo são registradas as receitas correntes não enquadráveis nos itens anteriores, tais como: atualização monetária, ônus de sucumbência e receitas não identificadas.
- **Receita de Capital** – Corresponde aos recursos recebidos pela alienação de bens da Autarquia, amortização de empréstimos concedidos, entre outros.

# Gestão Orçamentária e Financeira

Origem Das Receitas (Anuidades; Rendimentos De Aplicações Financeiras, Taxas De Serviços; Multas Etc.)	2021	2020	Variação %
<b>Contribuições - Anuidades Pessoas Físicas</b>	100.076.514,04	104.000.641,74	-3,77
<b>Contribuições - Anuidades Pessoas Jurídicas</b>	545.120,05	512.182,42	6,43
<b>Receitas Patrimoniais</b>	4.862.239,17	2.678.131,11	81,55
<b>Serviços Administrativos</b>	23.481.552,84	14.169.446,97	65,72
<b>Multas E Juros De Mora</b>	4.940.965,50	5.658.243,16	-12,68
<b>Indenizações E Restituições</b>	4.171,88	13.724,87	-69,60
<b>Receita Da Dívida Ativa</b>	12.334.840,21	10.378.842,58	18,85
<b>Receitas Diversas</b>	403.162,55	407.396,80	-1,04
<b>Total</b>	<b>146.648.566,24</b>	<b>137.818.609,65</b>	<b>6,41</b>

No Coren-SP, o maior impacto resultante da pandemia foi na arrecadação das anuidades, principal fonte de recursos do Conselho. Em 2021 a arrecadação do Coren-SP teve uma queda de -3,77% no recebimento de anuidades em relação ao exercício 2020.

Apesar da redução na receita com anuidades, a entrada de recursos oriunda dos recebimentos das taxas de serviços administrativos teve um aumento de 65,72%, isso colaborou para que a situação financeira e patrimonial do Conselho continuasse equilibrada alcançando no final do exercício um aumento de 6,41% em comparação a 2020. Diante das incertezas econômicas no Brasil, o Coren-SP adotou medidas de contenção de despesas como por exemplo, negociação de contratos com fornecedores e prestadores de serviço.

A principal fonte de receita corrente do Coren-SP, é a receita de contribuições que representou no exercício de 2021 68,61% de sua arrecadação total, seguida pelas receitas de serviços administrativos, onde encontramos os recebimentos de taxas de inscrição profissional, taxas de expedição de carteiras dentre outras representando 16,01%. Logo após encontramos os recebimentos da dívida ativa em fase executiva que representou 8,41% da arrecadação total.

## Disponibilidade em Caixa

2019	77.192.796,80
2020	88.396.385,62
2021	109.672.483,25

## Resultado Orçamentário

2019	18.782.472,70
2020	12.652.752,82
2021	16.710.568,27

## Superávit Financeiro

2019	67.590.753,76
2020	80.815.184,61
2021	99.400.037,94

## Receitas Arrecadadas (Correntes e Capital)

2019	153.246.585,21
2020	137.818.609,65
2021	146.648.566,24

# Gestão Orçamentária e Financeira

## Despesas Executadas (Correntes e Capital)

2019	129.495.796,68
2020	122.527.684,29
2021	125.690.292,64

## Execução Orçamentária

A realização das receitas é caracterizada como disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário, servindo como instrumento para viabilizar o planejamento de ações e projetos dos entes.

No âmbito do Sistema Cofen/Coren's, a receita orçamentária é utilizada em programas e ações, cuja finalidade precípua é atender as necessidades e as demandas dos profissionais de enfermagem.

Além da receita de contribuições (anuidades), constituem receitas do Coren-SP: Receitas Patrimoniais (rendimentos de aplicações financeiras), Receitas de Serviços Administrativos (emolumentos com inscrições de profissionais e de empresas, taxas de expedição de carteiras, entre outros); receitas financeiras (juros, multa e atualização monetária sobre anuidades e multas,); Receitas de Dívida Ativa (receitas provenientes de acordos que estão na fase judicial de cobrança) ou-

tras receitas correntes (multas de infrações, receitas não identificadas, receita de recuperação de despesas judiciais de exercícios anteriores).

No exercício de 2021, foram arrecadados R\$ 100.621.634,09 como receitas de contribuições, que representou 68,61% das receitas totais arrecadadas, e 90,99% da mesma receita prevista para o período.

## Receitas por grupo e elemento

R\$ mil

Grupos de Receita	RECEITAS CORRENTES					
	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Receitas de Contribuições	110.587	100.622	90,99	107.326	104.513	97,38
Receitas Patrimoniais	3.954	4.862	122,98	5.864	2.678	45,67
Receitas de Serviços	19.562	23.482	120,04	13.275	14.169	106,73
Multas e Juros de Mora	8.650	4.941	57,12	14.242	5.658	39,73
Indenizações e Restituições	5	4	79,09	2	14	896,55
Receita da Dívida Ativa	11.275	12.335	109,40	9.901	10.379	104,82
Outras Receitas	553	403	72,89	1.257	407	32,42
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>154.586</b>	<b>146.649</b>	<b>94,87</b>	<b>151.868</b>	<b>137.819</b>	<b>90,75</b>

# Gestão Orçamentária e Financeira

R\$ mil

Grupos de Receita	RECEITAS CAPITAL					
	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Operações de Crédito	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens	0	0	0	0	0	0
Amortizações de Empréstimos Concedidos	0	0	0	0	0	0
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0	2	0	0
Receitas Capital	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>154.586</b>	<b>146.649</b>	<b>94,87</b>	<b>151.868</b>	<b>137.819</b>	<b>90,75</b>

A tabela abaixo apresenta o comportamento das despesas do Coren-SP, no exercício de 2021 em comparação a 2020.

Despesas por grupo e elemento

R\$ mil

Grupos de Despesas	DESPESAS CORRENTES					
	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Despesas de Pessoal	69.846	68.929	69.835	68.010	65.899	66.116
Transferências Intragovernamentais	35.455	33.787	35.455	33.787	35.408	33.740
Uso de Bens e Serviços	20.036	18.540	16.218	16.889	15.917	15.530
Outras Despesas Correntes	4.081	2.853	4.073	2.848	4.073	2.847
<b>DESPESAS CORRENTE</b>	<b>129.418</b>	<b>124.108</b>	<b>125.581</b>	<b>121.534</b>	<b>121.297</b>	<b>118.233</b>

R\$ mil

Grupos de Despesas	DESPESAS CAPITAL					
	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Investimentos	520	1.058	109	994	109	994
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>520</b>	<b>1.058</b>	<b>109</b>	<b>994</b>	<b>109</b>	<b>994</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>129.938</b>	<b>125.166</b>	<b>125.690</b>	<b>122.528</b>	<b>121.406</b>	<b>119.227</b>

Percebe-se que as despesas correntes, tiveram um aumento de 2,59% quando comparamos o exercício de 2021 com 2020, ocasionadas principalmente, pelo aumento do repasse da cota-parte devido ao crescimento de receita corrente passível de repasse ao Conselho Federal de Enfermagem. Tivemos também um aumento das despesas com indenizações e restituições, ocasionado pela intensificação dos trabalhos do Plenário nos julgamentos dos processos éticos- disciplinares.

Em 2021, 54,33% das despesas correntes foram destinados para pagamento de despesas com pessoal, abrangendo salários e encargos, despesas com programa de alimentação ao trabalhador, auxílio odontológico, auxílio funeral, indenização de transporte à fiscalização, auxílio filho com deficiência.

No grupo "Uso de bens e serviços" foram registrados pagamentos de despesas com serviços prestados para atender as atividades operacionais do Coren-SP onde no exercício de 2021 totalizou-se R\$ 15.916.799,26. Neste grupo também encontramos despesas com a aquisição de materiais de consumo para o almoxarifado, bem como, outros insumos necessários para as atividades finalísticas das Unidades Organizacionais do Conselho.

No grupo das despesas de capital, no exercício de 2021, observa-se uma redução de 89,02%, em comparação a 2020, devido aos investimentos com obras de manutenção da sede e respectivas subseções, bem como, aquisição de equipamentos e licenças de informática estarem previstas para serem executadas no triênio 2022-2024 em atendimento ao Plano de Plurianual do Coren-SP.



# Gerência Contábil

## DECLARAÇÃO

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do COREN-SP, exceto no tocante as ressalvas apontadas.



São Paulo, 31 de janeiro de 2021.  
William Francisco da Silva  
CRC nº 1SP 138.254/O-6  
Gerente da Contabilidade

## CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, localizado na Alameda Ribeirão Preto nº 82, bairro da Paulista, São Paulo/SP, vinculado ao Conselho Federal de Enfermagem, criado pela Lei nº 5.905 de 12 de Julho de 1973, é uma Autarquia Federal da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, que tem como finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem, e da observância de seus princípios éticos profissionais.

A estrutura, organização e funcionamento foram estabelecidos pela Resolução Cofen nº. 421 de 15 de Fevereiro de 2012. A constituição, sede e foro do Coren-SP estão regulamentados em seu Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SP nº 03/2013.

A principal fonte de recursos do Conselho é composta pela arrecadação de anuidades e taxas de serviços administrativos.

## APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) principalmente a NBC T SP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis visando à harmonização internacional e aos Princípios Contábeis geralmente aceitos.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo/SP referentes ao exer-

cício 2021 atenderam ainda a Resolução Cofen nº. 340/2008 que estabelece normas e princípios de Administração Financeira e Contábil, aplicáveis ao Sistema COFEN/COREN's.

Dentre as práticas adotadas no exercício financeiro de 2021 é relevante citar a apropriação patrimonial da despesa pelo regime de competência permanecendo o reconhecimento da receita orçamentária pelo regime de caixa.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

As demonstrações contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo são as seguintes:

- a) Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo;
- b) Balanço Orçamentário – evidencia a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo;
- c) Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais – Evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas) do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo;

As demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos registros das transações do COREN-SP: provisões, depreciações e amortizações.

## MELHORIAS

Em 2021 a instituição consolidou a implantação do processo administrativo eletrônico, processo este que colaborou significativamente com a agilidade e a dinâmica de trabalho administrativo, de todos os colaboradores. Esta situação facilitou a implantação parcial do trabalho remoto em todas as unidades do Coren-SP.

## RESSALVAS

É oportuno destacarmos que os processos e os fluxos de trabalho do COREN-SP são complexos, e o mapeamento de todas as variáveis envolvidas, em muitos casos, são desafios que precisam ser superados visando uma melhor qualidade da informação a ser apresentada ao usuário. Abaixo destacaremos algumas situações que carecem um melhor aprimoramento sistêmico de trabalho:

- Automatização dos registros da folha de pagamento - Atualmente os lançamentos relacionados aos eventos da folha de pagamento ocorrem de forma manual, atividade que demanda muito tempo para ser realizada. A fim de superarmos esta carência sistêmica, a empresa responsável pelo sistema da folha de pagamento e a empresa responsável pelo software de contabilidade, sob a orientação do setor de contabilidade do Coren-SP, estão desenvolvendo um formato de arquivo que seja capaz de traduzir todos os eventos relacionados à folha de pagamento do Conselho e, que este arquivo possa ser importado e reconhecido pelo sistema contábil de forma automática, com isso, os eventos serão

registrados de forma automatizada, obtendo-se uma maior agilidade para execução desta atividade, bem com, garantindo-se a integridade aos entre os eventos da folha de pagamento e os registros contábeis;

- Gestão de Custos - Atualmente o Coren-SP não possui sistema informatizado para controle da gestão dos custos, quando há necessidade de estratificações de informações em nível analítico, para atender a necessidade específica, estes dados são gerados a partir da composição dos diversos relatórios e demonstrativos contábeis. Para superar esta carência sistêmica, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a implantação do sistema de gestão de custos, sabendo que isso seria uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para os gestores. Destacamos que, atualmente estamos em fase de estudo, sobre a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos;

## Demonstrativos Contábeis

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9º edição).

## Balanço Patrimonial.

Todos os demonstrativos contábeis estão disponibilizados no sítio eletrônico: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/Demonstrações das Variações Patrimoniais>

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9º edição).

O resultado patrimonial está demonstrado no quadro abaixo:

# Gerência Contábil

## Balço Patrimonial

Ativo	NE	2021	2020
01- Ativo Circulante	-	173.199.771,51	150.079.168,33
02- Caixa E Equivalentes De Caixa	1	109.672.483,25	88.396.385,62
03- Créditos A Curto Prazo	-	61.554.429,42	59.798.487,87
04- Anuidades Do Exercício	-	76.209.058,10	67.257.143,11
05- Anuidades De Exercícios Anteriores	-	12.481.145,55	17.724.363,60
06- Dívida Ativa Tributária E De Contribuições	2	15.709.178,17	16.952.900,38
07- Cota Parte A Receber - Conselho Federal	-	510.517,49	494.254,21
08- (-) Ajuste De Perdas De Creditos Tributarios E De Contribuições	3	43.355.469,89C	42.630.173,43
09- Demais Créditos E Valores A Curto Prazo	4	1.273.995,96	1.190.024,93
10- Investimentos E Aplicações Temporárias A Curto Prazo	-		
11- Estoques	5	152.675,72	190.229,71
12- Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	-	546.187,16	504.040,20
13- Ativo Não-Circulante	-	189.684.116,00	203.517.418,57
14- Ativo Realizável A Longo Prazo	-	124.789.724,77	133.105.043,52
15- Créditos A Longo Prazo	-	124.789.724,77	133.105.043,52
16- Créditos Tributários A Receber	-	116.611.772,01	128.065.372,43
17- Dívida Ativa Tributária E De Contribuições	6	140.489.959,17	126.790.678,79
18- Empréstimos E Financiamentos Concedidos	7	0,00	0,00
19- ( - ) Receitas A Classificar -Dívida Ativa Tributária	-	628.806,01	628.806,01
20- (-) Ajustes De Perdas De Créditos A Longo Prazo	-	131.683.200,40	131.419.825,41
21- Investimentos	-		
22- Imobilizado	8	63.829.886,77	69.320.788,74
23- Bens Móveis		7.003.225,97	7.008.554,44
24- Bens Imóveis	-	66.417.391,17	67.037.297,81
25- (-) Depreciação, Exaustão E Amortização Acumuladas	9	9.590.730,37	4.725.063,51
26- Intangível	8	1.064.504,46	1.091.586,31
27- Softwares	-	1.683.802,00	1.586.559,28
28- (-) Amortização Acumulada	-	619.297,54	494.972,97
29- Total Do Ativo	-	362.883.887,51	353.596.586,90

## Balço Patrimonial

Passivo	NE	2021	2020
01- Passivo Circulante	-	18.496.086,35	16.930.256,25
02- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias E Assistenciais A Pagar A Curto Prazo	10	3.360.301,78	1.256.394,36
03- Empréstimos E Financiamentos A Curto Prazo	-		
04- Fornecedores E Contas A Pagar A Curto Prazo	11	839.933,75	2.167.981,29
05- Obrigações Fiscais A Curto Prazo	12	54.093,13	52.031,57
06- Obrigações De Repartição A Outros Entes	13	46.795,96	47.366,69
07- Provisões A Curto Prazo	14	6.779.220,98	6.000.996,70
08- Demais Obrigações A Curto Prazo	15	7.415.740,75	7.405.485,64
09- Passivo Não-Circulante	-	1.179.257,91	2.549.439,32
10- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias E Assistenciais A Pagar A Longo Prazo	-		
11- Empréstimos E Financiamentos A Longo Prazo	-		
12- Fornecedores A Longo Prazo	-		
13- Obrigações Fiscais A Longo Prazo	-		
14- Obrigações De Repartição A Outros Entes	-		
15- Provisões A Longo Prazo	16	1179257,91	2.549.439,32
16- Demais Obrigações A Longo Prazo	-		
17- Resultado Diferido	-		
18- Patrimônio Líquido	-	343.208.543,25	334.116.891,33
19- Patrimônio Social E Capital Social	-		
20- Ajuste De Avaliação Patrimonial	-		
21- Demais Reservas	-		
22- Resultados Acumulados	17	343.208.543,25	334.116.891,33
23- Total Do Passivo	-	362.883.887,51	353.596.586,90
29- Total Do Ativo	-	362.883.887,51	353.596.586,90

## Demonstração Das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas (Vpa)	NE	2021	2020
01- Contribuições	18	180.799.183,84	168.107.530,95
02- Exploração E Venda De Bens, Serviços E Direitos	19	23.506.434,80	14.173.083,34
03- Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	20	9.803.204,67	8.336.387,72
04- Transferências Recebidas	-		
05- Valorização E Ganhos Com Ativos	21	12.546,98	2.616,76
06- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22	193.409.410,87	169.844.356,99
07- Total (Vpa)	-	407.530.781,16	360.463.975,76

## Demonstração Das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas (Vpd)	NE	2021	2020
01- Pessoal E Encargos	23	79.430.794,02	71.654.405,43
02- Uso De Bens, Serviços E Consumo De Capital Fixo	24	22.691.483,96	24.730.887,72
03- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	25	24.927.950,32	20.895.177,57
04- Transferências Concedidas	26		80.000,00
05- Desvalorização E Perda De Ativos	27	175.046.895,48	174.049.998,84
06- Vpd Tributárias	28	12.839,93	12.756,29
07- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29	47.805.868,33	43.567.938,82
08- Total (Vpd)	-	349.915.832,04	334.991.164,67

## Balanço Orçamentário

A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

Desta forma, este capítulo tem por objetivo dispor sobre a elaboração do Balanço Orçamentário, compatibilizando as disposições da NBC TSP 11, NBC TSP 13 e a legislação aplicável. O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9º edição).

Balço Orçamentário							
Despesas Orçamentárias	Ne	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Dotação
01- Crédito Disponível	-	154.586.029,28	154.586.029,28	129.937.997,97	125.690.292,64	121.405.738,11	24.648.031,31
<b>02- Crédito Disponível - Despesas Correntes</b>	<b>-</b>	<b>149.120.807,55</b>	<b>149.350.807,55</b>	<b>129.417.816,32</b>	<b>125.581.269,52</b>	<b>121.296.714,99</b>	<b>19.932.991,23</b>
03- Vencimentos E Vantagens - Pessoal Civil	-	76.666.269,79	76.268.269,79	69.845.921,19	69.834.952,07	65.898.612,80	6.422.348,60
04- Pessoal E Encargos Sociais - Aplicações Diretas	-	76.666.269,79	76.268.269,79	69.845.921,19	69.834.952,07	65.898.612,80	6.422.348,60
05- Contratação Por Tempo Determinado	-	194.709,42	196.209,42	117.449,97	117.449,97	110.574,60	78.759,45
06- Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	-	51.486.031,05	50.849.531,05	47.322.121,72	47.322.121,72	45.294.705,68	3.527.409,33
07- Obrigações Patronais	-	16.249.932,55	16.299.932,55	14.427.140,87	14.427.140,87	13.148.275,42	1.872.791,68
08- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	-	7.316.684,12	7.503.684,12	6.965.184,28	6.954.215,16	6.331.032,75	538.499,84
09- Sentenças Judiciais	-	1.418.912,65	1.418.912,65	1.014.024,35	1.014.024,35	1.014.024,35	404.888,30
10- Indenizações E Restituições Trabalhistas	-						
11- Outras Despesas Correntes	-	72.454.537,76	73.082.537,76	59.571.895,13	55.746.317,45	55.398.102,19	13.510.642,63
12- Transferências Da Intragovernamentais	-	37.595.753,00	37.595.753,00	35.454.883,16	35.454.883,16	35.408.087,20	2.140.869,84
13- Contribuições	-	37.595.753,00	37.595.753,00	35.454.883,16	35.454.883,16	35.408.087,20	2.140.869,84
14- Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	-	34.858.784,76	35.486.784,76	24.117.011,97	20.291.434,29	19.990.014,99	11.369.772,79
15- Diárias	-	700.000,00	570.000,00	354.129,00	354.129,00	354.129,00	215.871,00

# Gerência Contábil

16- Material De Consumo	-	1.675.071,67	1.695.071,67	532.177,05	279.564,71	275.047,99	1.162.894,62
17- Material De Distribuição Gratuita	-						
18- Passagens E Despesas Com Locomoção	-	366.491,33	366.491,33	182.173,47	127.662,34	127.662,34	184.317,86
19- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	-	1.001.280,44	1.086.935,36	778.977,98	775.919,79	704.660,85	307.957,38
20- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	-	27.274.718,95	27.117.064,03	18.543.024,01	15.035.071,72	14.809.428,08	8.574.040,02
21- Despesas Miúdas De Pronto Pagamento	-	80.000,00	80.000,00	22.073,82	22.073,82	22.073,82	57.926,18
22- Obrigações Tributárias E Contributivas	-	49.000,00	49.000,00	12.839,93	12.839,93	12.839,93	36.160,07
23- Sentenças Judiciais		211.976,80	211.976,80	64.466,32	64.466,32	64.466,32	147.510,48
24- Despesas De Exercícios Anteriores	-	355.172,00	355.172,00	65.252,94	58.945,65	58.945,65	289.919,06
25- Indenizações E Restituições	-	3.145.073,57	3.955.073,57	3.561.897,45	3.560.761,01	3.560.761,01	393.176,12
26- Crédito Disponível - Despesas De Capital	-	3.928.867,55	3.858.867,55	520.181,65	109.023,12	109.023,12	3.338.685,90
27- Investimentos	-	3.928.867,55	3.858.867,55	520.181,65	109.023,12	109.023,12	3.338.685,90
28- Investimentos - Aplicações Diretas	-	3.928.867,55	3.858.867,55	520.181,65	109.023,12	109.023,12	3.338.685,90
29- Obras E Instalações	-	400.000,00	851.000,00	0,00	0,00	0,00	851.000,00
30- Equipamentos E Material Permanente		3.528.867,55	3.007.867,55	520.181,65	109.023,12	109.023,12	2.487.685,90
31- Reserva De Contigência		1.536.354,18	1.376.354,18	0,00	0,00	0,00	1.376.354,18
32- Sub-Total Das Despesas		154.586.029,28	154.586.029,28	129.937.997,97	125.690.292,64	121.405.738,11	24.648.031,31
33- Superávit		0	0,00	16.710.568,27	0,00	0,00	16.710.568,27
Total		154.586.029,28	154.586.029,28	146.648.566,24	125.690.292,64	121.405.738,11	7.937.463,04

Balço Orçamentário					
Receitas Orçamentárias	Ne	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
01- Receita Corrente	-	154.586.029,28	154.586.029,28	146.648.566,24	-7.937.463,04
<b>02- Receitas De Contribuições</b>	-	<b>110.587.298,16</b>	<b>110.587.298,16</b>	<b>100.621.634,09</b>	<b>-9.965.664,07</b>
03- Contribuição Das Categorias Profissionais E Econômicas	-	110.587.298,16	110.587.298,16	100.621.634,09	-9.965.664,07
04- Anuidades - Pessoas Físicas	-	110.018.009,19	110.018.009,19	100.076.514,04	-9.941.495,15
05- Anuidades - Pessoas Jurídicas	-	569.288,97	569.288,97	545.120,05	-24.168,92
06- Receitas Patrimoniais	-	3.953.527,24	3.953.527,24	4.862.239,17	908.711,93
07- Receitas De Valores Mobiliários	-	3.953.527,24	3.953.527,24	4.862.239,17	908.711,93
08- Receitas De Serviços	-	19.561.742,64	19.561.742,64	23.481.552,84	3.919.810,20
09- Serviços Administrativos	-	19.561.742,64	19.561.742,64	23.481.552,84	3.919.810,20
10- Transferências Correntes	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
11- Transferências Intragovernamentais	-	0,00	0,00	0,00	
12- Transferências Do Conselho Federal De Enfermagem - Cofen	-	0,00		0,00	
13- Outras Receitas Correntes	-	553.146,10	553.146,10	403.162,55	-149.983,55
14- Multas E Juros De Mora	-	8.649.660,00	8.649.660,00	4.940.965,50	-3.708.694,50
15- Multas E Juros De Mora Das Contribuições	-	4.620.959,52	4.620.959,52	2.018.145,20	-2.602.814,32

# Gerência Contábil

16- Multas E Juros De Mora Da Dívida Ativa Das Contribuições	-	4.028.700,48	4.028.700,48	2.922.820,30	-1.105.880,18
17- Multas De Outras Origens	-				
18- Indenizações E Restituições	-	5.274,82	5.274,82	4.171,88	-1.102,94
19- Indenizações	-				
20- Restituições	-	5.274,82	5.274,82	4.171,88	-1.102,94
21- Receita Da Dívida Ativa	-	11.275.380,32	11.275.380,32	12.334.840,21	1.059.459,89
22- Receita Da Dívida Ativa De Outras Contribuições	-	11.275.380,32	11.275.380,32	12.334.840,21	1.059.459,89
23- Receitas Diversas		553.146,10	553.146,10	403.162,55	-149.983,55
24- Receitas De Seguros	-				
25- Receita Da "Terceirização" Da Folha De Pagamento Dos Agentes Públicos	-				
26- Outras Receitas	-	553.146,10	553.146,10	403.162,55	-149.983,55
27- Receita De Capital	-				
28- Alienação De Bens	-				
29- Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores	-				
30- Sub-Total Das Receitas		154.586.029,28	154.586.029,28	146.648.566,24	-7.937.463,04
31- Déficit					
32- Total		154.586.029,28	154.586.029,28	146.648.566,24	-7.937.463,04
33- Saldo De Exercícios Anteriores		0	0,00	16.710.568,27	0,00
34- Superavit Financeiro De Exercício Anterior		154.586.029,28	154.586.029,28	146.648.566,24	125.690.292,64

## Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. Os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- c. As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9º edição).

Balanço Financeiro			
Ingressos	Ne	2021	2020
01- Receita Orçamentária		146.648.566,24	137.818.609,65
02- Receita Realizada		146.648.566,24	137.818.609,65
03- Receita Corrente		146.648.566,24	137.818.609,65
04- Receitas De Contribuições		100.621.634,09	104.512.824,16
05- Contribuição Das Categorias Profissionais E Econômicas		100.621.634,09	104.512.824,16
06- Anuidades - Pessoas Físicas		100.076.514,04	104.000.641,74
07- Anuidades - Pessoas Jurídicas		545.120,05	512.182,42
08- Receitas Patrimoniais		4.862.239,17	2.678.131,11
09- Receitas De Valores Mobiliários		4.862.239,17	2.678.131,11
10- Receitas De Serviços		23.481.552,84	14.169.446,97
11- Serviços Financeiros			13,45
12- Serviços Administrativos		23.481.552,84	14.169.433,52
13- Outras Receitas Correntes		17.683.140,14	16.458.207,41
14- Multas E Juros De Mora		4.940.965,50	5.658.243,16
15- Multas E Juros De Mora Das Contribuições		2.018.145,20	2.627.684,65
16- Multas E Juros De Mora Da Dívida Ativa Das Contribuições		2.922.820,30	3.030.558,51
17- Multas De Outras Origens			
18- Indenizações E Restituições		4.171,88	13.724,87
19 - Indenizações			7,00
20 - Restituições		4.171,88	13.717,87
21 - Receita Da Dívida Ativa		12.334.840,21	10.378.842,58
22 - Receita Da Dívida Ativa De Outras Contribuições		12.334.840,21	10.378.842,58
23 - Receitas Diversas		403.162,55	407.396,80
24 - Receitas De Ônus De Sucumbência De Ações Judiciais			
25 - Receitas De Seguros			0,00
26 - Receita Da "Terceirização" Da Folha De Pagamento Dos Agentes Públicos			310.510,00
26 - Outras Receitas		403.162,55	407.396,80

# Gerência Contábil

<b>27 - Receita De Capital</b>			
<b>29 - Transferências Financeiras Recebidas</b>			
			0
<b>30 - Recebimentos Extraorçamentários</b>		43.311.866,74	43.470.834,53
<b>31 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados</b>	31	4.247.705,33	2.638.172,54
<b>32 - Inscrição de Restos a Pagar Processados</b>	32	4.284.554,53	3.300.987,01
<b>33 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</b>		13.271.374,36	13.815.864,60
<b>34 - Outros Recebimentos Extraorçamentários</b>		21.508.232,52	23.715.810,38
<b>35 - Saldo em espécie do Exercício Anterior</b>	33	89.531.128,31	78.377.495,26
<b>36 - Caixa e Equivalente de Caixa</b>		88.396.385,62	77.192.796,80
<b>37 - Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados</b>		1.134.742,69	1.184.698,46

<b>Balanco Financeiro</b>			
<b>Dispêndios</b>	<b>NE</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>01- Despesa Orçamentária</b>		129.937.997,97	125.165.856,83
<b>02- Credito Empenhado A Liquidar</b>		4.247.705,33	2.638.172,54
<b>03- Credito Empenhado Liquidado</b>		4.284.554,53	3.300.987,01
<b>04- Crédito Empenhado Liquidado - Pago</b>		121.405.738,11	119.226.697,28
<b>05- Crédito Empenhado Liquidado - Pago - Despesas Correntes</b>		121.296.714,99	118.233.194,09
<b>06- Vencimentos E Vantagens - Pessoal Civil</b>		65.898.612,80	66.115.911,36
<b>07- Pessoal E Encargos Sociais - Aplicações Diretas</b>		65.898.612,80	66.115.911,36
<b>08- Contratação Por Tempo Determinado</b>		110.574,60	152.313,10
<b>09- Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil</b>		45.294.705,68	45.493.266,09
<b>10- Obrigações Patronais</b>		13.148.275,42	12.739.065,79
<b>11- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil</b>		6.331.032,75	5.961.003,20
<b>12- Sentenças Judiciais</b>		1.014.024,35	1.770.263,18
<b>13-Indenizações E Restituições Trabalhistas</b>			
<b>14- Outras Despesas Correntes</b>		55.398.102,19	52.117.282,73
<b>15- Transferências Da Intragovernamentais</b>		35.408.087,20	33.739.674,67
<b>16- Contribuições</b>		35.408.087,20	33.739.674,67

# Gerência Contábil

17- Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		19.990.014,99	18.377.608,06
18- Diárias		354.129,00	96.992,00
19- Material De Consumo		275.047,99	266.828,40
20- Material De Distribuição Gratuita			0,00
21- Passagens E Despesas Com Locomoção		127.662,34	48.399,40
22- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física		704.660,85	789.339,77
23- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica		14.809.428,08	14.425.742,24
24- Despesas Miúdas De Pronto Pagamento		22.073,82	19.709,54
25- Obrigações Tributárias E Contributivas		12.839,93	12.741,66
26- Sentenças Judiciais		64.466,32	30048,34
27- Despesas De Exercícios Anteriores		58.945,65	252.223,00
28- Indenizações E Restituições		3.560.761,01	2.435.583,71
29- Crédito Empenhado Liquidado - Pago - Despesas De Capital		109.023,12	993.503,19
30- Investimentos		109.023,12	993503,19
31- Investimentos - Aplicações Diretas		109.023,12	993.503,19
32- Equipamentos E Material Permanente			153.503,19
33- Obras E Instalações		109.023,12	840.000,00
34- Pagamentos Extraorçamentários		38.745.515,86	44.969.954,30
35- Pagamentos De Restos A Pagar Não Processados	34	1.002.028,71	4.755.700,15
36- Pagamentos De Restos A Pagar Processados	35	3.492.889,45	3.358.908,85
37- Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados		13.472.817,16	13.772.424,02
38- Outros Pagamentos Extraorçamentários		20.777.780,54	23.082.921,28
39- Saldo Em Espécie Para O Exercício Seguinte	36	110.808.047,46	89.531.128,31
40- Caixa E Equivalente De Caixa		109.672.483,25	88.396.385,62
41- Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		1.135.564,21	1.134.742,69

## Demonstrações do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:

- a. As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. O saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliarem como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

## Definições

**Caixa** compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

**Equivalentes de caixa** são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente

convertíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantidade conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

**Fluxos de caixa** são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento são as referentes à aquisi-

ção e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9º edição).

## Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo De Caixa Das Atividades Das Operações	Demonstração Do Fluxo De Caixa		
	NE	2021	2020'
01- Ingressos	.		
02- Receita Corrente	.	146.648.566,24	137.818.609,65
03- Receitas De Contribuições	.	100.621.634,09	104.512.824,16
04- Contribuição Das Categorias Profissionais E Econômicas	.	100.621.634,09	104.512.824,16
05- Anuidades - Pessoas Físicas	.	100.076.514,04	104.000.641,74
06- Anuidades - Pessoas Jurídicas	.	545.120,05	512.182,42
07- Receitas Patrimoniais	.	4.862.239,17	2.678.131,11
08- Receitas De Valores Mobiliários	.	4.862.239,17	2.678.131,11
09- Receitas De Serviços	.	23.481.552,84	14.169.446,97
10- Serviços Financeiros	.		13,45
11- Serviços Administrativos	.	23.481.552,84	14.169.433,52
12- Outras Receitas Correntes	.	17.683.140,14	16.458.207,41
13- Multas E Juros De Mora	.	4.940.965,50	5.658.243,16
14- Multas E Juros De Mora Das Contribuições	.	2.018.145,20	2.627.684,65
15- Multas E Juros De Mora Da Dívida Ativa Das Contribuições	.	2.922.820,30	3.030.558,51
16- Multas De Outras Origens	.		
17- Indenizações E Restituições	.	4.171,88	13.724,87
18- Indenizações	.	0,00	7,00
19- Restituições	.	4.171,88	13.717,87
20- Receita Da Dívida Ativa	.	12.334.840,21	10.378.842,58
21- Receita Da Dívida Ativa De Outras Contribuições	.	12.334.840,21	10.378.842,58
22- Receitas Diversas	.	403.162,55	407.396,80
23- Receitas De Seguros	.	0,00	0,00
24- Receita Da "Terceirização" Da Folha De Pagamento Dos Agentes Públicos	.	0,00	0,00
25- Outras Receitas	.	403.162,55	407.396,80
26- Outros Ingressos	.	34.781.249,92	37.582.127,73

# Gerência Contábil

Fluxo De Caixa Das Atividades Das Operações	Demonstração Do Fluxo De Caixa		
	NE	2021	2020'
01 - Desembolsos	.		
02- Crédito Empenhado Liquidado - Pago - Despesas Correntes	.	121.296.714,99	118.233.194,09
03- Vencimentos E Vantagens - Pessoal Civil	.	65.898.612,80	66.115.911,36
04- Pessoal E Encargos Sociais - Aplicações Diretas	.	65.898.612,80	66.115.911,36
05- Contratação Por Tempo Determinado	.	110.574,60	152.313,10
06- Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	.	45.294.705,68	45.493.266,09
07- Obrigações Patronais	.	13.148.275,42	12.739.065,79
08- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	.	6.331.032,75	5.961.003,20
09- Sentenças Judiciais	.	1.014.024,35	1.770.263,18
10- Indenizações E Restituições Trabalhistas	.		0,00
11- Outras Despesas Correntes	.	55.398.102,19	52.117.282,73
12- Transferências Da Intragovernamentais	.	35.408.087,20	33.739.674,67
13- Contribuições	.	35.408.087,20	33.739.674,67
14- Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	.	19.990.014,99	18.377.608,06
15- Diárias	.	354.129,00	96.992,00
16- Material De Consumo	.	275.047,99	266.828,40
17- Material De Distribuição Gratuita	.		0,00
18- Passagens E Despesas Com Locomoção	.	127.662,34	48.399,40
19- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	.	704.660,85	789.339,77
20- Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	.	14.809.428,08	14.425.742,24
21- Despesas Miúdas De Pronto Pagamento	.	22.073,82	19.709,54
22- Obrigações Tributárias E Contributivas	.	12.839,93	12.741,66
23- Sentenças Judiciais	.	64.466,32	30.048,34
24- Despesas De Exercícios Anteriores	.	58.945,65	252.223,00
25- Indenizações E Restituições	.	3.560.761,01	2.435.583,71
26- Outros Desembolsos	.	38.747.980,42	44.970.451,28
27- Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades Das Operações	-	21.385.120,75	12.197.092,01

Demonstração Do Fluxo De Caixa			
Fluxo De Caixa Das Atividades De Investimento	NE	2021	2020'
01- Ingressos	.		
02- Desembolsos	.		
03- Investimentos	.	109.023,12	993.503,19
04- Investimentos - Aplicações Diretas	.	109.023,12	993.503,19
05- Obras E Instalações	.		840.000,00
06- Equipamentos E Material Permanente	.	109.023,12	153.503,19
07- Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Investimento	.	-109.023,12	-993.503,19
08- Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento	37		
09- Ingressos	.		
10- Desembolsos	.		
11- Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Financiamento	37		0
12- Apuração Do Fluxo De Caixa Do Período	.		
13- Geração Líquida De Caixa E Equivalentes De Caixa	.	21.276.097,63	11.203.588,82
14- Caixa E Equivalentes De Caixa Inicial	.	88.396.385,62	77.192.796,80
15- Caixa E Equivalentes De Caixa Final	.	109.672.483,25	88.396.385,62

## Contexto Operacional

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, localizado na Alameda Ribeirão Preto nº 82, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, vinculado ao Conselho Federal de Enfermagem, criado pela Lei nº 5.905 de 12 de Julho de 1973, é uma Autarquia Federal da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, que tem como finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem, e da observância de seus princípios éticos profissionais. A estrutura, organização e funcionamento foram estabelecidos pela Resolução Cofen nº. 421 de 15 de Fevereiro de 2012. A constituição, sede e foro do Coren-SP estão regulamentados em seu Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SP nº 03/2013. A principal fonte de recursos do Conselho é composta pela arrecadação de anuidades e taxas de serviços administrativos.

## Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional. As estruturas e a composição das Demonstrações Contá-

beis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I) Balanço Patrimonial (BP);
- II) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III) Balanço Orçamentário (BO);
- IV) Balanço Financeiro (BF);
- V) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

## Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, visando atender às premissas do modelo da contabilidade aplicadas ao setor público.

## Caixa e equivalentes de caixa:

As contas deste grupo estão demonstradas pelo critério de grau de liquidez de realização. Saldos esses em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Seus valores são registrados pelos valores de custos estão disponibilizados e acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa do COREN-SP são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

## Créditos a curto prazo:

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e eleições, acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa.

## Ajustes para perdas de devedores duvidosos:

A estimativa da perda com créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos de curto prazo é calculada considerando-se o histórico de recebimento dos créditos apenas do exercício anterior. O percentual apurado é aplicado sobre o total dos créditos a receber do exercício atual, resultando assim na previsão do que não será recebido; As atualizações dos créditos e os ajustes nas contas de provisões são contabilizados em contra partida às contas de Variações para posterior apuração do resultado do exercício.

a) Implantação de política contábil – Nós procedemos ao registro contábil de ajuste para perdas de devedores duvidosos no encerramento do exercício de 2018 em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual (Mensuração de Ativos e Passivos, Receitas e Despesas).

b) Base de mensuração – Utilizamos média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pes-

soas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios anteriores;

Durante o exercício de 2021, foram constituídas estimativas com perdas estimativas e que devido à nova métrica adotada de composição e constituição para o exercício de 2020, precisaram ser revertidos, tais lançamentos foram constituídos baixando-se a conta correspondente ao ajuste para perdas referente ao crédito a receber contra uma VPA de reversão de perdas, abaixo evidenciaremos os lançamentos.

c) Julgamento pela aplicação - Na preparação das nossas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, porém, utilizamos o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que utilizamos o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

## Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, com vencimento no curto prazo.

## Estoques:

Compreende o somatório dos itens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no

curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto principalmente de materiais de expediente, materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, materiais de higiene, limpeza e conservação, e outros. Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

## Imobilizado:

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

## Intangível:

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

## Depreciação, exaustão e amortização acumulada:

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes. Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. As informações da depreciação dos bens móveis do COREN-SP são apuradas pelo Sistema Patrimonial (SISPAT), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros: Método linear das cotas constantes; As alíquotas de depreciação, vida útil e saldo residual guardam conformidade com a legislação do Imposto de Renda.

## Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) empréstimos e financiamentos;

- (iii) fornecedores e contas a pagar;
- (iv) obrigações fiscais;
- (v) obrigações de repartições a outros entes;
- (vi) provisões; e
- (vii) demais obrigações.

## Provisões

As provisões do COREN-SP estão segregadas do em três categorias:

- (i) riscos trabalhistas;
- (ii) riscos fiscais;
- (iii) riscos cíveis.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

## Ativos e Passivos Contingentes:

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do

exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente.

## Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício. As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## Apuração do Resultado:

Em atendimento ao MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público – 9ª edição) o COREN-SP apura os seguintes resultados:

### Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor pú-

blico. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a COREN-SP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

### Resultado orçamentário

O regime orçamentário tem previsão no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Também é possível verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## Notas Explicativas

### Nota 01: Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo COREN-SP, em consonância ao que dispõe o § 3º do Art.º 164 da Constituição Federal. Tais recursos são compreendidos pelos depósitos bancários, aplicações em Poupança e CDB-Certificados de Depósitos Bancários.

As contas deste subgrupo estão demonstradas em ordem decrescente do grau de liquidez, avaliadas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

Caixa E Equivalentes De Caixa			
Conta	2021	2020	AH%
01- Bancos Conta Movimento	468.697,15	5.798.242,32	-91,92%
02- Rede Bancária Arrecadação Banco Do Brasil	291.507,34	832.771,33	-65,00%
03- Aplicações Financeiras De Liquidez Imediata	108.912.278,76	81.765.371,97	33,20%
04- Caixa E Equivalentes De Caixa	109.672.483,25	88.396.385,62	24,07%

**Nota 02: Dívida Ativa Tributária e de Contribuições:**  
A Dívida Ativa é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores, bem como de Contribuições não realizadas no ano em curso. Considera-se Dívida Ativa de Curto Prazo os valores previstos para recebimento até o término do exercício subsequente. A Dívida de Curto Prazo registrada em 31/12/2021 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora.

Para constituição da estimativa de perda com créditos da Dívida Ativa foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos exercícios de 2019 a 2021.

Nesta metodologia, calcula-se o quociente de recebimento e a perda estimada por exercício, com base no total de recebimento e no total dos saldos de créditos tributários a receber no início de cada exercício.

**Nota 03: Ajuste de Perdas de Créditos à Curto Prazo:**  
O ajuste de perdas de créditos a curto prazo compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras.

O Cálculo do ajuste para perdas de créditos à Curto Prazo foi baseado no histórico de recebimentos passados. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada

aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Para curto prazo, consideraram-se os débitos que estiverem parcelados, através de acordos, e que seus vencimentos ficassem adstritos até 12 meses do término do exercício seguinte conforme quadro abaixo.

Ajustes De Perdas De Creditos A Curto Prazo		
Base De Cálculo	Anuidades Do Exercício	Dívida Ativa Tributária E De Contribuições
<b>Exercício 2019</b>		
Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	153.083.009,31	49.520.157,93
Total de Recebimentos Anuais	79.217.429,74	8.065.049,83
QM = Quociente de Recebimentos	51,75%	16,29%
PE = Perda Estimada	48,25%	83,71%
<b>Exercício 2019</b>		
Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	160.833.350,90	34.677.263,98
Total de Recebimentos Anuais	75.589.743,74	23.541.157,27
QM = Quociente de Recebimentos	47,00%	67,89%
PE = Perda Estimada	53,00%	32,11%
<b>Exercício 2020</b>		
Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	170.564.354,36	28.190.323,72
Total de Recebimentos Anuais	74.264.280,10	20.944.924,57
QM = Quociente de Recebimentos	43,54%	74,30%
PE = Perda Estimada	56,46%	25,70%
<b>Estimativa de Perda - CP</b>		
Saldo 31/12/2020	67.257.143,11	16.952.900,38
PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios	35.357.719,08	7.997.750,81

## Ajustes De Perdas De Creditos A Curto Prazo

### Legenda

01- Qr = (Total De Recebimentos Anuais) / (SalDOS De Créditos Tributários A Receber)

02- Pe = 100% - Qr

03- Pem = (Pe2018 + Pe2019 + Pe2020) / 3

Destacamos que o Balanço Patrimonial do exercício se encontra evidenciada, de forma analítica no exercício corrente, o valor bruto da Dívida Ativa e o valor da conta redutora Ajuste de Perdas de Créditos. Conforme subgrupo Créditos à Curto Prazo abaixo:

Nota 04: Demais Créditos e Valores à Curto Prazo: Compreende os créditos valores não enquadráveis nos demais subgrupos, com previsão de realização até o término do exercício social subsequente. Os montantes são registrados neste subgrupo pelo valor original, conforme detalhado no quadro abaixo:

Créditos A Curto Prazo		
Descrição	2021	2020'
01- Anuidades Pessoa Física		
02- Anuidades Pessoa Jurídica	458.134,79	399.011,56
03- Anuidades Do Exercício	75.750.923,31	66.858.131,55
04- Anuidades De Exercícios Anteriores	12.481.145,55	17.724.363,60
05- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Física – Curto Prazo - Fase Adm	9.412.090,48	10.647.954,38
06- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Jurídica – Curto Prazo- Fase Adm	7.073,87	5.136,37
07- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Física – Curto Prazo- Fase Exe	6.290.013,82	6.299.809,63
08- Cofen – ¼ - Restituição De Profissionais		
09- Cota Cofen Repassada A Maior		
10- Cofen – ¼ - Restituição De Profissionais	472.351,36	456.185,07
11- Cota Cofen Repassada A Maior	38.166,13	38.069,14
12- (-) Ajuste De Perdas De Créditos – Pessoa Física		
13- (-) Ajuste De Perdas De Créditos - Anuidades Do Exercício	35.357.719,08	-33.387.190,23
14- (-) Ajuste De Perdas De Crédito - Dívida Ativa Tributárias E Contribuições - Curto Prazo	7.997.750,81	-9.242.983,20
15- Total Subgrupo Créditos À Curto Prazo	61.554.429,42	59.798.487,87

# Gerência Contábil

Demais Creditos E Valores A Curto Prazo		
01- Adiantamentos Concedidos a Pessoal	7.283,04	5.927,47
02- Adiantamento/Depósitos de Suprimento de Fundos	688,65	688,65
03- Depósitos Suprimento de Fundos-Prestação de Contas		
04- Tributos a Recuperar	38.297,08	41.844,69
05- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.135.564,21	1.134.742,69
06- Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	14.664,88	7.060,95

Os Adiantamentos Concedidos a Pessoal correspondem aos valores de férias e salários, a serem descontados em Folha de Pagamento.

Os Adiantamentos e Depósitos de Suprimento de Fundos correspondem aos valores adiantados aos detentores de suprimentos, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesas, pendentes de prestação de contas.

Os Tributos a Recuperar correspondem a valores passíveis de restituição ao COREN-SP, já estão sendo tomadas algumas ações para recuperação dos créditos no exercício corrente, foram emitidos Memorandos à GCC (Gerência de Contratações e Contratos) no sentido de notificar as empresas através de ofício visando à restituição aos cofres do Coren-SP.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados correspondem aos depósitos recursais efetuados em virtude de processos cíveis e trabalhistas, nos quais o Conse-

lho é parte envolvida. A análise periódica destes valores é efetuada pela GJUR-Gerência Jurídica.

Os demais créditos a receber correspondem ao repasse de cota parte efetuado no exercício de multa por inexecução contratual do fornecedor não passível de repasse da cota parte e outros créditos com terceiros, de natureza temporária, a serem restituídos ao Conselho.

## Nota 05: Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades administrativas e operacionais, adquiridos através de processo licitatório, mensurados pelo custo médio de aquisição.

Descrição	2021	2020'
Material De Consumo	152.675,72	190.229,71
Estoques		
Descrição	Demonstrativo	Valor
01 - (+) Saldo Inicial Em Estoque	Balanço Patrimonial Comparado	190.229,71
02- (+) Aquisições Do Exercício	Razão Contábil	45.606,37
03- (+) Ganhos Com Incorporação De Ativos	Variações Patrimoniais(Ajuste De Inventário)	3.022,98
04- (-) Material De Consumo	Variações Patrimoniais	-86.183,34
05- (=) Saldo Final Em Estoque	Balanço Patrimonial	152.675,72

## Nota 06 - Dívida Ativa Tributária:

A Dívida Ativa de Longo Prazo é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores que foram inscritos como Dívida Ativa com previsão de recebimento após o término do exercício subsequente. A Dívida de Longo Prazo registrada em 31/12/2021 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora.

Para longo prazo, consideraram-se os débitos que não haviam sido parcelados, ou seja, não se encontravam em acordos, bem com os parcelamentos que excedessem o término do exercício social seguinte. Através desta sistemática foi possível aplicar critérios objetivos para segregação da dívida ativa em curto e longo prazo, conforme quadros abaixo:

Divida Ativa - Longo Prazo		
Dívida Ativa - Longo Prazo	2021	2020
01- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa Pf	74.293.568,11	73.303.048,53
02- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva Pf	65.904.156,01	63.621.567,58
03- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa Pj		0
04- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva Pj	292.235,05	163.686,40
05- Receita A Classificar - 3032-5 Bb		

Divida Ativa - Longo Prazo					
Dívida Ativa Longo Prazo	31/12/2020'	( - ) Ajuste Esto- que Dívida Ativa A Receber	( + ) Ajuste Esto- que Dívida Ativa A Receber	( - ) Baixas Por Recebimento	31/12/2021
01- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Admi- nistrativa Pf	73.303.048,53	-13.533.056,49	16.589.466,36	-2.065.890,29	74.293.568,11
02- Dívida Ativa Pessoa Física – Adm	73.303.048,53	-13.533.056,49	16.589.466,36	-2.065.890,29	74.293.568,11
03- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Execu- tiva Pf	63.621.567,58	-14.692.026,75	18.645.915,48	-1.671.300,30	65.904.156,01
04- Dívida Ativa Pessoa Física – Ef	63.621.567,58	-14.692.026,75	18.645.915,48	-1.671.300,30	65.904.156,01
05- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Execu- tiva Pj	163.686,40	-51.448,67	179.997,32	-3.737.190,59	292.235,05
06- Dívida Ativa Pessoa Jurídica - Executiva Pj	163.686,40	-51.448,67	179.997,32	-3.737.190,59	292.235,05
07- Receita A Classificar - 3032-5 Bb - Conta Redutora Da Dívida Ativa	-628.806,01				
08- Total	136.459.496,50	42.739.935,89	35.415.379,16	-3.737.190,59	140.489.959,17

Ajuste De Perdas De Créditos A Longo Prazo	2021	2020'
01- ( - ) Ajuste De Perdas De Créditos – Pessoa Física	0,00	0,00
02- ( - ) Ajuste De Perdas De Créditos – Pessoa Jurídica	0,00	0,00
03- ( - ) Ajuste De Perda De Créditos –Div.ativa Tributária E Contribuições Longo Prazo	-131.683.200,40	-131.419.825,41

Na conta redutora de Receita a Classificar são registrados os recebimentos de Dívida Ativa realizada por meios judiciais nos quais existiu depósito em juízo e posterior transferência dos valores à conta do Coren-SP. Em muitos casos não é possível realizar a baixa da Dívida Ativa por falta de informação do processo e do inscrito responsável pelo pagamento.

A identificação dos créditos, por muitas vezes, ocorre de forma extemporânea, conforme justificativas apresentadas pela Gerência Jurídica quando da realização de auditoria interna sobre honorários advocatícios, em virtude dos motivos expostos a seguir:

- Demora na realização, pelo juízo, da intimação judicial acerca das transferências de valores, o que dificulta a vinculação dos valores aos processos e a confirmação dos pagamentos em sistema.

- A confirmação do pagamento judicial é realizada pela Gerência Jurídica – Contas a Receber após a remessa da intimação judicial, na qual consta o comprovante de transferência de valores para a conta corrente do Coren/SP. Somente nesta oportunidade a Gerência Jurídica – Contas a Receber efetua a identificação do pagamento, vinculação ao processo e baixa em sistema;

Considerando as dificuldades acima relatadas constatada-se que, em muitos casos, não é possível efetuar a baixa do montante arrecadado da Dívida Ativa.

Durante o exercício de 2016, motivados a solucionar tal problema, foram estabelecidos fluxos internos para identificação dos créditos. Concomitantemente, o Conselho está buscando celebrar convênios com o

# Gerência Contábil

Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para disponibilização das informações acerca dos depósitos judiciais e transferências realizadas, a fim de sanear a questão e dar maior celeridade na identificação e confirmação dos pagamentos judiciais.

No tocante ao ajuste de perdas de créditos da Dívida Ativa à Longo Prazo informamos que foi utilizada a mesma metodologia de cálculo mencionada no curto prazo.

**Nota 07 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos:** Corresponde a valor a ser recebido do Coren-Sergipe, em virtude de empréstimo concedido através do Processo Administrativo nº 90200/2009, registrado pelo valor original.

De acordo com o referido processo, o empréstimo de R\$ 80.000,00 atendeu o Coren-Sergipe para despesas com a contratação de serviços de projetos arquitetônicos e complementares para a sua nova sede, sem encargos.

Segundo Reunião Plenária do Coren-SP, ao qual foi submetida a matéria que trata do empréstimo realizado em prol do Coren-SE, em oportunidade pretérita, o entendimento é que a cobrança do valor em aberto está obstada devido à incidência de prazo prescricional, sendo assim ficou definido pelo colegiado deste regional, o acolhimento da prescrição do empréstimo celebrado entre as partes em 13/04/2009, sendo que as anotações de baixa dos registros contábeis ocorreram em Janeiro de 2020.

Cálculo Da Estimativa De Perda		
Base De Cálculo	Créditos Tributários A Receber	Dívida Ativa Tributária E De Contribuições
01- Exercício 2019		
02- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	223.323.195,03
03- Total de Recebimentos Anuais	0,00	6.262.008,65
04- QM = Quociente de Recebimentos		
05- PE = Perda Estimada		
06- Exercício 2019		
07- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	245.545.849,84
08- Total de Recebimentos Anuais	0,00	10.378.842,58
09- QM = Quociente de Recebimentos		
10- PE = Perda Estimada		
11- Exercício 2020		
12- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	257.101.731,18
13- Total de Recebimentos Anuais	0,00	12.334.479,50
14- QM = Quociente de Recebimentos		
15- PE = Perda Estimada		
16- Estimativa de Perda - LP		
17- Estimativa de Perda - LP	128.065.372,43	137.088.302,51
18- PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios		
	0,00	131.683.200,40

## Nota 08 Imobilizado e Intangível:

Compreende os bens corpóreos e incorpóreos destinados a manutenção das atividades do COREN-SP.

### Definição:

**Ativo Imobilizado:** É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).  
**Bens Móveis (B.M.):** Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros.

**Bens Imóveis (B.I.):** Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros. Os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis foram reavaliados no exercício de 2015, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à NBC T 16.10. As depreciações foram geradas mensalmente através do Sistema de Patrimônio e os lançamentos foram refletidos no Sistema Contábil, conforme qua-

dro abaixo:

**Ativo Intangível (I.):** É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Conta	Saldo Em 31/12/202	Movimentação Ativo Imobilizado			Saldo 31/12/2019	Depreciação/ Amortização Acumulada	Saldo Líquido Contábil 31/12/2021
		Aquisições	Baixas				
01- Biblioteca	51.706,84	0,00	0,00	51.706,84	0,00	51.706,84	
02- Utensílios de Copa e Cozinha	107.043,90	0,00	0,00	107.043,90	58.696,17	48.347,73	
03- Equipamentos De Informática	4.699.685,71	10.565,00	-6.115,00	4.704.135,71	751.443,07	3.952.692,64	
04- Máquinas e Equipamentos	466.384,79	1.580,40	-20.267,64	447.697,55	223.744,68	223.952,87	
05- Mobiliário Geral	1.068.430,52	9.159,00	-221,15	1.077.368,37	494.944,43	582.423,94	
06- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	374.649,73	0,00	0,00	374.649,73	155.560,93	219.088,80	
07- Equipamentos de Telefonia e Comunicação	36.583,05	0,00	0,00	36.583,05	1.144,32	35.438,73	
08- Aparelho de Medição e Orientação	204.069,90	0,00	-29,08	204.040,82	169.906,96	34.133,86	
09- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10- Edifícios	67.037.297,81	64.000,00	-683.906,64	66.417.391,17	6.281.217,62	60.136.173,55	
11- Softwares E Aquisições De Licenças	1.586.559,28	97.242,72	0,00	1.683.802,00	619.297,54	1.064.504,46	

Nota 09: Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas:

# Gerência Contábil

A depreciação e a Amortização do ativo são calculadas pelo método linear com as alíquotas em conformidade com a legislação do Imposto de Renda conforme quadro abaixo demonstrado e as variações dos anos 2020 e 2021.

SALDO DEPRECIÇÃO		
Contas	2021	2020
01- Coleções Bibliográficas	51.706,84	51.706,84
02- Utensílios de Copa e Cozinha	107.043,90	107.043,90
02- Equipamentos de Informática	4.704.135,71	4.699.685,71
03- Máquinas e Equipamentos	447.697,55	466.384,79
04- Móveis e Utensílios	1.076.478,37	1.068.430,52
05- Outros Bens Móveis	890,00	0,00
06- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	374.649,73	374.649,73
07- Equipamentos de Telefonia e Comunicação	36.583,05	36.583,05
08- Equipamentos Médicos Hospitalares	204.040,82	204.069,90
09- Softwares E Licenças	1.683.802,00	1.586.559,28
10- Edifícios	66.417.391,17	67.037.297,81

**Nota 10: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:**

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		
DESCRIÇÃO	2021	2020
01- Salários e Remunerações a pagar	2.133.302,33	5.383,48
02- Encargos Sociais a pagar	1.226.999,45	1.181.360,88

**Nota 11: Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício, isto é, compreende os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício e os Restos a Pagar Prorrogados.**

São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas. Nessas contas constarão as informações de inscrição, execução (liquidação e pagamento) e cancelamento. Também, haverá tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que se inicia. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9º edição)

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR À CURTO PRAZO		
DESCRIÇÃO	2021	2020'
01- Restos a Pagar Processados	834.503,64	1.959.741,53
02- Restos a Pagar não Processados	5.430,11	208.239,76
TOTAL	839.933,75	2.167.981,29

**Nota 12: Obrigações de Curto Prazo**

Compreende os impostos retidos de terceiros e funcionários com vencimento até o término do exercício seguinte, conforme quadro abaixo:

OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO		
DESCRIÇÃO	2021	2020
01- INSS – Contribuição dos Segurados	54.343,39	230.370,10
02- INSS - Serviços de Terceiros	11.211,55	12.090,64
03- IRRF - Código 0561	1.190.547,07	1.128.926,28
04- IRRF - Código 3208	4.145,30	2.253,48
05- ISS a Recolher	7.225,23	11.627,64
06- COSIRF - Código 6175		4,65
07- COSIRF - Código 6230		4,29
08- COSIRF - Código 6243		5,83
09- PIS/PASEP tx.Lic. a Recolher	54.093,13	51.031,57
10- TOTAL	1.321.565,67	1.436.314,48

**Nota 13 Obrigações de Repartição a Outros Entes:**

Compreende o valor a pagar da cota parte apurada

sobre as receitas recebidas pelo Conselho, nos termos do Artigo nº 10 da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, conforme quadro abaixo:

OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		
Cota Parte	2021	2020
01- Cota Parte Cofen	46.795,96	47.366,69

Como pode ser verificado acima, no exercício corrente, a grande maioria dos valores são referentes a repasse da Cota Cofen, que representa 25% sobre a receita que ingressaram nas contas correntes do conselho e foram repassados dentro do próprio exercício, restando como saldo a ser repassado no início seguinte o valor R\$ 46.795,96.

#### Nota 14: Provisões a Curto Prazo

##### • Provisões judiciais

O Conselho é parte envolvida em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Assim, em atendimento à NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, conforme quadro:

PROVISÕES A CURTO PRAZO - PROVISÕES JUDICIAIS		
TIPO DE PROVISÃO	2021	2020'
01- Provisões trabalhistas	1.557.380,63	936.229,44
02- Provisões tributárias	45.382,86	46.582,59
03- Provisões cíveis	141.301,65	11.539,88
<b>TOTAL</b>	<b>1.744.065,14</b>	<b>994.351,91</b>

Para constituição da provisão foi utilizado como base o Relatório de Provisionamento emitido pela Gerência Jurídica – G JUR, conforme termos processuais, contendo os detalhamentos de fase, valor econômico e risco relacionados às demandas judiciais que envolvem o Coren/SP. Este relatório foi elaborado pela Gerência Jurídica com base nos seguintes critérios para avaliar o risco inerente aos processos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer (há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses do COREN-SP);
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota (ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses do COREN-SP);
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena (há decisão judicial favorável aos interesses do COREN-SP).

As contingências cujos riscos de perda foram classificados como PROVÁVEL foram 100% provisionadas.

• Provisões de férias e encargos incidentes sobre férias  
As provisões de férias são constituídas mensalmente em atendimento ao Regime de Competência com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do COREN-SP, acrescidos dos respectivos encargos sociais, conforme quadro abaixo:

PROVISÕES A CURTO PRAZO - PROV. DE FÉRIAS E ENCARGOS		
TIPO DE PROVISÃO	2021	2020'
01- Provisão de Férias	3.874.180,59	3.852.981,52
02- Provisão de INSS s/Férias	851.227,21	845.683,30
03- Provisão de FGTS s' /Férias	309.748,04	307.979,97
<b>TOTAL</b>	<b>5.035.155,84</b>	<b>5.006.644,79</b>

#### Nota 15: Demais Obrigações de Curto Prazo

Compreende as demais obrigações junto a terceiros, não enquadráveis nos subgrupos acima elencados e com vencimento até o término do exercício seguinte. O saldo contábil no encerramento do exercício de 2021 foi de R\$ 7.415.740,75, onde destacaremos algumas contas que compõem o grupo.

##### • Consignações em Folha de Pagamento

Constituem as retenções efetuadas em Folha de Pagamento, passíveis de repasse a terceiros, conforme quadro abaixo:

CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO		
DESCRIÇÃO	2021	2020'
01- Mensalidades Sindicais	0,00	0,00
02- Funcionário Cedido Cofen	43.274,68	0
03- Contribuição Assistencial		86.055,16
04- Empréstimos Consignados (*)	2.422,73	28.522,04
<b>TOTAL</b>	<b>45.697,41</b>	<b>114.577,20</b>

(\*) Destacamos que durante o exercício de 2019 o Coren/SP celebrou convênios com a Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco, para concessão de empréstimos aos seus funcionários por meio de consignação em folha de pagamento.

#### • Depósitos de Diversas Origens

Constituem depósitos efetuados em favor do Conselho, passíveis de repasse a terceiros ou identificação de sua origem, bem como outras obrigações não classificáveis nos itens anteriores, conforme detalhado no quadro abaixo:

DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		
DESCRIÇÃO	2021	2020'
01- Depósitos a Identificar	38.565,65	15.342,81
02- Receitas a Classificar		
03- Cauções de Terceiros	3.836,05	3.836,05
04- Restituições a Pagar	405,34	405,34
05- Honorários de Sucumbência	60.998,03	68.033,66
06- Receita a Classificar 2195		
07- Receitas a Classificar 3032	596.409,77	367.497,42
<b>TOTAL</b>	<b>700.214,84</b>	<b>455.115,28</b>

Os Depósitos a Identificar referem-se a valores que ingressaram nas contas bancárias do Coren/SP, ainda não identificados ou reclamados por terceiros.

As Cauções de Terceiros constituem depósitos efetuados por fornecedores para garantia de participação em licitações e formalização de contratos.

Restituições a pagar constituem valores a serem restituídos aos profissionais da Enfermagem, pendentes de efetivação bancária até o momento.

Receita a Classificar são valores creditados em conta corrente 3032-5 que, mensalmente são gerados nos relatórios no sistema do Contas a Receber SIC 2.0 dos depósitos identificados pela Gerência Jurídica - GJUR com o valor da receita bruta, Honorários de Sucumbência aos quais mensalmente são repassados aos advogados que atuaram na execução dos processos e os mesmos são calculados e repassada a cota Cofen referente a receita identificada.

Salienta-se que este procedimento será mantido para os próximos exercícios até que se regularizem os créditos não identificados através do relatório da GTI visando o reconhecimento da receita orçamentária no momento em que são ingressadas nos cofres da Autarquia e atendendo a lei 4.320/64 e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª edição), segue quadro abaixo com a composição do saldo da conta contábil.

#### Receita Antecipada à Curto Prazo:

O valor de R\$ 5.399.084,45 corresponde à parcela de recebimento antecipado de anuidades referente ao exercício de 2022 recebido no exercício de 2021. Tais valores foram reconhecidos no Passivo, sem o reconhecimento da VPA correspondente, haja vista que o direito da entidade aos tributos ocorrerá no exercício seguinte, de acordo com o disposto no MCASP 9ª edição item 8.5, Parte II:

RECEITA ANTECIPADA A CURTO PRAZO		
DESCRIÇÃO	2021	2020'
01- Antecipação de Anuidades Pessoa Física	5.399.084,45	5.446.386,55
02- Antecipação de Anuidades Pessoa Jurídica		2.570,28
<b>TOTAL</b>	<b>5.399.084,45</b>	<b>5.448.956,83</b>

#### Nota 16 Provisões a Longo Prazo

No exercício anterior houve a segregação das provisões dos passivos trabalhistas em curto e longo prazo para que as informações contábeis sejam melhores evidenciadas em conformidade com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros contábeis das provisões para riscos fiscais trabalhistas, tributários e cíveis, conforme quadro abaixo:

PROVISÕES A LONGO PRAZO		
TIPO DE PROVISÃO	2021	2020'
01- Provisões trabalhistas	1.123.674,86	2.458.310,61
02- Provisões tributárias	3.663,35	22.932,95
03- Provisões cíveis e Saúde Pública	51.919,70	68.195,76
<b>TOTAL</b>	<b>1.179.257,91</b>	<b>2.549.439,32</b>

## Nota 17 Resultados Acumulados

RESULTADOS ACUMULADOS		
DESCRIÇÃO	2021	2020'
01- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	343.208.543,25	334.116.891,33
02- Ajuste de Exercícios Anteriores	48.523.297,27	7.854.168,68
03- Resultado do Exercício	57.614.949,12	25.472.811,09
04- Superávit/Déficit Acumulados Exercícios Anteriores	334.116.891,33	316.498.248,92

Na conta de Ajustes de Exercícios anteriores destacamos a variação do estoque dívida ativa no exercício de 2021, como sendo oriunda de uma mudança na reestimativa nos critérios de apuração dos créditos a receber, como o relatório da posição da dívida gerado no sistema SICSP 2.0 não consegue evidenciar ainda os juros e atualizações monetárias, não nos cabe falar em evolução ou decréscimo do estoque da dívida, mais sim, de variações produzidas por mudança de critérios de apuração da mesma, então foram produzidos lançamentos contábeis.

Da análise destes relatórios, verificou se que não é possível segregar o valor principal da atualização monetária, deste modo foi consenso entre às áreas técnicas Controladoria e Contabilidade o reconhecimento como ajuste desse valor como resultado de exercícios anteriores conforme quadro abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Composição da Conta 2021	R\$
01- Saldo Anterior	7.854.168,68
02- Transferência do saldo da conta de Ajuste p/ Resultado de Execs.Anteriores	-7.854.168,68
03- Ajuste de Critério Dívida Ativa	48.523.196,30
04- Regularizações de Pendências em anos anteriores	100,90
04- Saldo Final 31/12/2021	48.523.297,20

O resultado patrimonial foi apurado com base no Regime de Competência das receitas e das despesas, de acordo com as normas contábeis. Compreende o superávit patrimonial da Autarquia (Resultado do Exercício), a saber:

RESULTADO PATRIMONIAL	
01- ( + ) Variação Patrimonial Aumentativa	407.530.781,16
02- ( - ) Variação Patrimonial Diminutiva	349.915.832,04
03- ( = ) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	57.614.949,12

## Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia

as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, temos que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Nota 18 Contribuições de Interesse das Categorias Receita de Arrecadação de Anuidade teve um aumento de 7,55% do exercício 2020 para 2021, isto ocorreu provavelmente devido a efeito da pandemia com aumento do número de profissionais da enfermagem para fazer frente ao atendimento do número de pacientes no serviço de saúde.

CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	2021	2020'	AV
01- Contribuições	180.799.183,84	168.107.530,95	7,55%
02- Exploração e venda de bens, serviços e direitos	23.506.434,80	14.173.083,34	65,85%
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	9.803.204,67	8.336.387,72	17,60%
04- Transferências recebidas			
05- Valorização e ganhos com ativos	12.546,98	2.616,76	379,49%
06- Outras variações patrimoniais aumentativas	193.409.410,87	169.844.356,99	13,87%
07- TOTAL (VPA)	407.530.781,16	360.463.975,76	13,06%

## Nota 19 Exploração e Vendas de Bens e Prestações de Serviços

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em diminuição do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
NATUREZA	2021	2020	AH
VALOR ARRECADADO	23.481.552,84	14.169.446,97	65,72%

Receita de Prestação de Serviços são compostas, taxas cobradas no exercício de poder de polícia são: Taxas de inscrições pessoas físicas, Expedição de Certidão PJ, Expedição de Carteiras PF, Taxa de Inscrição Pessoas Jurídicas e Outros Serviços, houve um aumento de 66%, quando comparamos os exercícios de 2020 e 2021, devido ao efeito da pandemia, com aumento do numero de profissionais da enfermagem, bem como, com os profissionais regularizando sua situação, para fazer frente ao atendimento do numero de pacientes no serviço de saúde.

## Nota 20 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam o somatório das variações patrimoniais aumentativas decorrentes de operações financeiras. São exemplos: juros e encargos de empréstimos internos concedidos, juros e encargos de empréstimos externos concedidos, juros e encargos de financiamentos internos concedidos juros e encargos de mora, etc.

REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS (CDB)			
VALORES	2021	2020	AH
	4.862.239,17	2.678.131,11	81,55%

Em relação às Receitas Patrimoniais houve um aumento de 81,55%, quando comparamos os exercícios de 2020 e 2021, estas receitas são provenientes de aportes e seus respectivos rendimentos aplicados pelo Co-ren-SP em CDB.

## Nota 21 Valorizações e Ganhos com Ativos

Representam o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas, ganhos com desincorporação de passivos, etc.

Quando comparamos os exercícios de 2020 e 2021, a variação patrimonial aumentativa com os ativos representaram um aumento de 66% (aproximadamente R\$ 4 mil de resultado líquido nestas operações).

## Nota 22 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Representam o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. Ocorreu aumento de contribuições (anuidades) e de receita de serviços devido ao efeito da pandemia, com aumento do numero de profissionais da enfermagem, bem como, com os profissionais regularizando sua situação, para fazer frente ao atendimento do numero de pacientes no serviço de saúde. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, item de maior representatividade no grupo, houve um aumento significativo devido à mudança nas políticas contábeis, visando ao atendimento das Normas Brasileiras aplicadas a Setor Público como: à reversão de Provisões para perdas com dívida ativa, reversão de processos trabalhistas, cíveis e demais provisões.

CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	2021	2020'	AV
01- Contribuições	180.799.183,84	168.107.530,95	7,55%
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	23.506.434,80	14.173.083,34	65,85%
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	9.803.204,67	8.336.387,72	17,60%
04- Transferências recebidas			
05- Valorização e ganhos com ativos	12.546,98	2.616,76	379,49%
06- Outras variações patrimoniais aumentativas	193.409.410,87	169.844.356,99	13,87%
07- TOTAL (VPA)	407.530.781,16	360.463.975,76	13,06%

## Nota 23: Pessoal e Encargos

Resultantes da remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreendem ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público.

As despesas com pessoal e encargos cresceram em 10,85% devido a:

- reajuste o dissídio coletivo;
- reajuste de produtividade para os empregados públicos concursados;
- contratação de assessores devido a não realização de concurso publico.

## Nota 24 Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Quando analisamos os exercícios de 2020 e 2021, houve uma redução de aproximadamente 8%.

## Nota 25 Variações patrimoniais diminutivas financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

No exercício de 2021, houve um aumento 19,30% em relação ao exercício 2020, isso se deve ao aumento de despesas bancárias e aos descontos concedidos ao pagamento antecipado das anuidades do exercício.

## Nota 26 Transferências concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas. Regularizadas no exercício corrente.

## 27 Desvalorização e perda de ativos

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo, a desincorporação da dívida ativa tributária.

## Nota 28 VPD Tributárias

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações de responsabilidade do ente ou entidades públicas relativas a

impostos, taxas e contribuições de melhoria.

## Nota 29 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. São valores referentes à constituição de provisões de riscos trabalhistas, riscos fiscais e cíveis e constituição da Repartição da Cota Cofen, quando comparamos o exercício de 2020 para 2021 houve um acréscimo de aproximadamente 10%.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	2021	2020	AV
01- Pessoal e encargos	79.430.794,02	71.654.405,43	10,85%
02- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	22.691.483,96	24.730.887,72	-8,25%
03- Variações patrimoniais diminutivas financeiras	24.927.950,32	20.895.177,57	19,30%
04- Transferências concedidas		80.000,00	-100,00%
05- Desvalorização e perda de ativos	175.046.895,48	174.049.998,84	0,57%
06- VPD Tributárias	12.839,93	12.756,29	0,66%
07- Outras variações patrimoniais diminutivas	47.805.868,33	43.567.938,82	9,73%
<b>TOTAL (VPD)</b>	<b>349.915.832,04</b>	<b>334.991.164,67</b>	<b>4,46%</b>

## Nota 30 Resultado Patrimonial

Resultado patrimonial do período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Quando este resultado é positivo temos superávit patrimonial. Caso contrário temos um déficit patrimonial no período.

Em 2021 o resultado Patrimonial do Coren-SP foi um superávit de R\$ 57.614.949,12 observa-se um crescimento do Resultado Patrimonial em comparação a 2020 de aproximadamente 126% porque houve uma significativa redução de gastos com os efeitos da pandemia e manutenção de trabalho remoto parcial nas unidades do Coren-SP e um efeito positivo nas receitas com o aumento de contribuições (anuidades) e de receita de serviços devido ao efeito da pandemia, com aumento do número de profissionais da enfermagem, bem como, com os profissionais regularizando sua situação, para fazer frente ao atendimento do número de pacientes no serviço de saúde.

NATUREZA	2021	2020x	AV
01- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)			
02- Total da VPA	407.530.781,16	360.463.975,76	13,06%
03- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)			
04- Total da VPD	349.915.832,04	334.991.164,67	4,46%
05- Resultado Patrimonial	57.614.949,12	25.472.811,09	126,18%

## 31 e 32 – Restos a Pagar Processados e não Processados:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS			
	2021	2020'	AH
01- Inscrições em Restos a Pagar Processados	4.284.554,53	1.959.741,58	118,63%
02- Inscrições em Restos a Pagar não Processados	4.247.705,33	208.239,76	1939,81%
<b>03- TOTAL</b>	<b>8.532.259,86</b>	<b>2.167.981,34</b>	<b>293,56%</b>

No fim de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar, e distinguem-se em dois tipos: os restos a pagar processados (despesas já liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

# Gerência Contábil

Do total de inscrições de restos a pagar processados 2021 em relação a 2020 constata-se uma redução de 98%, já os saldos dos restos a pagar não processados, também sofreram uma redução 28%. Informamos que a composição de restos a pagar são provenientes, na sua maioria, de saldos de empenhos devidos aos prestadores de serviços do Coren-SP.

## Nota 33 – Saldo em Espécies Exercício Anterior

SALDO EM ESPECIES EXERCÍCIO ANTERIOR			
	2021	2020	AH
01- Saldo em espécie do Exercício Anterior	89.531.128,31	78.377.495,26	14,23%
02- Caixa e Equivalentes de Caixa	88.396.385,62	77.192.796,80	14,51%
03- Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados	1.134.742,69	1.184.698,46	-4,22%

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Anterior verifica-se um crescimento de 14,23%, sendo que a composição deste grupo de contas é representado pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

## Nota 34 e 35 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados e não Processados:

PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR			
	2021	2020	AH
01- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.669.841,09	1.002.028,71	66,65%
02- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.530.870,09	2.490.860,74	1,61%
03- TOTAL	4.200.711,18	3.492.889,45	20,26%

Quando comparamos os pagamentos de restos a pagar processados em 2021, notamos um acréscimo percentual de 1% quando comparados com ao exercício 2020, sendo que com relação aos restos a pagar não processados houve um acréscimo de 66% em relação ao exercício 2020.

## Nota 36 – Saldo em Espécies para Exercício Seguinte

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Seguinte verifica-se um crescimento de 23,76% de 2020 para 2021 devido ao aumento nos saldos das disponibilidades financeiras representadas por caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

SALDO EM ESPECIE PARA EXERCÍCIO SEGUINTE			
	2021	2020'	AH
01- Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	110.808.047,46	89.531.128,41	23,76%
02- Caixa e Equivalente de Caixa	109.672.483,25	88.396.385,62	24,07%
03- Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados	1.135.564,21	1.134.742,69	0,07%

## Nota 37 – Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa:

GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	dez/21	dez/20'	AH(%)
01- Atividades Operacionais	21.385.120,75	12.197.092,01	75,33%
02- Atividades de Investimentos	-109.023,12	-993.503,19	-89,03%
03- Atividades de Financiamento			
04- Total	21.276.097,63	11.203.588,82	89,90%

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período no exercício de 2021 o valor foi superavitário de R\$ 21.276.097,63, que em comparação a 2020 houve um crescimento de 89,90% devido à desaceleração das atividades operacionais devido ao trabalho remoto parcial nas unidades do Coren-SP provocadas pela pandemia de COVID-19.

# Créditos

A elaboração deste Relatório de Gestão contou com a contribuição das seguintes áreas do Coren-SP:

## Presidência

### Diretoria

## Preparo e disponibilização das informações:

Controladoria Geral

Corregedoria

Gabinete da Presidência

Gerência Administrativa

Gerência de Atendimento ao Profissional

Gerência de Comunicação

Gerência de Compras e Contratos

Gerência Coren-SP Educação

Gerência de Fiscalização

Gerência Financeira/ Contabilidade

Gerência Gestão de Pessoas

Gerência Jurídica- Dívida Ativa

Gerência de Tecnologia da Informação

Gerência de Governança e Integridade

## Execução

Gerente Financeiro

Gerente da Contabilidade

Gerente da Comunicação

Coordenador do Suporte da Área de TI

Assessor do Gabinete

Comissão do Relato Integrado

Designer Gráfico da Gerência de Comunicação

Estagiário da área de Comunicação

## Créditos das imagens

**Fotos:** snowing, noomtah, pressfoto, freepik, se-nivpetro, rawpixel.com, pch.vector, diana.grytsku, prostooleh, yanalya, ijeab, jannoon028, our-team - br.freepik.com

**Ícones:** smashingstocks, Eucalyp, Vitaly Gorbachev, netscript, rukanicon, Eucalyp, Freepik, deemakdak-sina, Vectorslab, Darius Dan, Ilham Fitrotul Hayat - Flaticon